

davam na sua maior valia, apenas chegavam para sustento dela, e não pudera ainda satisfazer a obrigação em que estava, de fazer escolas, hospital e cadeia.

Só caindo em pecado mortal...

Por isso assentaram todos *q̄ o tal cōsētim.^{to} se não dee, nēm a procuração q̄ p^a ello se pede e q̄ se ofreça a sua alteza o gasto e despesa das cadeiras das ciencias q̄ no dito collegio se leem e algũa coisa mais q̄ asentara dō m^{el} de menses Reitor cō o dito sōr p^a se descarregar em algũa maneira sua faç^a da esmola q̄ fazia aos irmãos da cōpanhia.*

Quanto à separação das rendas, não consentia o conselho que se desmembrassem as da Universidade e, se a sua oferta fosse aceite, os padres deveriam receber a importância estipulada do recebedor da Universidade que continuaria administrando integralmente as rendas dela.

O conselho acabou encarregando os doutores João Morgoveio e Aires Pinhel, muito peritos em ambos os direitos, de fazerem *cō muj^{ta} breuidade e juntos asi como se asentou*, a minuta da carta a enviar a el-rei, satisfazendo assim o desejo de D. Catarina que pedira resposta breve e sem lhe faltar *clausula algũa*.

Escreveram também a D. Manuel de Menezes oferecendo-lhes dois doutores para o acompanharem e ajudarem, no negócio da separação dos bens que requeriam os colegiais de Jesus.

Era isto a 29 de novembro e logo a 17 do mês imediato chegava a resposta de D. Manuel, contando como o recebiam mal em Lisboa, e pedindo que lhe não mandassem ninguem da Universidade para o ajudar, por julgar que, como andavam os animos, se *danaria mais o negocio vendo la algum doutor*.

Mais contava D. Manuel, e as cartas, tanto a que escrevera ao conselho, como a que particularmente mandara para D. Jorge de Almeida, foram lidas no conselho mor.

D. Manuel de Menezes escrevera, mal chegara do paço, aonde nesse dia, que era o da Senhora da Conceição, o mandara chamar D. Catarina e o recebera acompanhada do cardinal infante, o bispo do Algarve, o de Portalegre e o doutor António Pinheiro e Baltazar de Faria que eram quem na cōrte corria com os negócios da Universidade.

A rainha disse que não era intenção sua desmembrar a fazenda da Universidade, que esta poderia correr com a administração das terras cujas rendas fossem aproveitadas para sustento do colégio. Pediu ela lhe mandassem uma carta, para mostrar, do que a Universidade concedia. Quanto à visitação do colégio, só a el-rei, como seu protector, pertencia.

D. Manuel de Menezes encomendava à Universidade, pouco seguro no apoio que poderiam dar-lhe os nobres e grandes dêste mundo, que *fiçese hũa proçisam em q̄ se pedise a nosso sôr ordenase este negoçio como mais seu serviço fosse.*

Alegraram-se os da Universidade por lhes parecer que as cousas tomavam melhor caminho e resolveram que os lentes de prima, véspera e terça que tinham praticado e respondido às outras cartas, o fizessem agora também.

Reuniram êles com o reitor, nessa mesma tarde, resolvendo: que se não marcasse para salário aos do colégio renda nem lugar certo; se lhes oferecesse sómente o vencimento marcado pelos estatutos aos lentes das sciências inferiores; e que o colégio fosse visitado pelo reitor, ao menos uma vez por ano, como sujeito à Universidade, para assim *liçitam^{te} se lhe poder aplicar o dito salario, cõforme a bulla do santo padre q̄ dispoem q̄ os frutos das rendas da univẽrsidade se gastem cõ os lentes e p^{as} della.*

Os doutores fr. Martinho de Ledesma e João de Morgoveio foram encarregados de estudar juridicamente a questão, e de fazer uns apontamentos para enviar a D. Manuel de Menezes que com êles defendesse a Universidade na côrte.

Quanto à procissão, foi substituída por missa cantada ao Espírito Santo, que ficou marcada para o dia 19.

Acabou-se dezembro, passou-se janeiro, sem que se tornasse a falar do desejo dos jesuitas. D. Manuel de Menezes emudecera. Da regente não vieram também cartas para a Universidade.

Nos princípios de fevereiro, appareceu ordem do reitor mandando reunir conselho mor, ou conselho pleno, nome que então se começava a dar ao que mais tarde se chamou claustro pleno.

Constava que tinha chegado uma carta de D. Manuel de Menezes. Causou alvoroço a nova. Havia tanto tempo que não se tinham noticias da côrte...

Ao chamado do reitor correram os doutores Marcos Romero, Álvaro da Fonseca, James de Moraes, Gaspar Gonçalves, Luís de Castro Fernão Pais, Manuel da Costa, Heitor Rodrigues, Aires Pinhel, Álvaro Vaz, Pero Barbosa, Pero Nunes, Francisco Lopes e outros lentes conselheiros e deputados em número de vinte e quatro.

Appareceu também Martim Gonçalves da Câmara que fôra nomeado deputado e que prestou juramento de bem e verdadeiramente servir o cargo para que fôra nomeado.

Era o irmão de Luís Gonçalves da Câmara, creatura absolutamente disposta a proteger todos os interesses dos jesuitas.

A carta de D. Manuel de Menezes parece que contava já com ser

ouvida pelo Câmara. Louvava o rei por exigir tão pouco da Universidade, pois *q̄. elrey q̄ ds tē ē sua vida tinha ja prometido aos ditos padres muy maior cōtia ē beis de raiç do q̄ se lhe agora daua*, e que agora se lhe dava menos e menos livremente, porque se lhe pagava a dinheiro, *cō se ter conta se liã ou não p^a os auerē de multar e não lendo não lhe pagarē*. Eram obrigados a reger dezoito ou dezanove cadeiras e a quantia pedida reduzia-se apenas a três mil cruzados. Se em algum tempo, por motivo desta concessão faltasse à Universidade dinheiro para salários, o rei obrigava-se a dá-lo das rendas do reino até a prover de rendas bastantes.

O reitor que falou a seguir, disse que tanto daquela carta, como de outra que a êle escrevera D. Manuel de Menezes, se concluia *a vniuersidade não padeçer o detrimēto q̄ se dantes esperaua*. E acabou por propor que se escrevesse a D. Manuel de Menezes agradecendo *a cōta e cuidado q̄ tinha da vniuersid^e*.

A discussão não seguiu com serenidade, talvez por a presença de Martim Gonçalves da Câmara tolher a voz a quem pudesse dirigi-la.

Os votos repartiam-se: uns não queriam que a Universidade respondesse a D. Manuel de Menezes e que isso fizesse o reitor na carta que lhe escrevesse, outros que simplesmente se lhe agradecesse *q̄vanto trabalhaua e fazia pela vniuersid^e*. Queriam outros que, antes de chegar a carta régia se replicasse, dizendo os *ecōuenjētes q̄ podiã vjr a vniuersid^e de tal asiento e detrimjnação; porq̄, depois de ujn da carta, sofreria mal sna alt. as reprecicar*.

Altercavam outros que a universidade não devia antecipar-se num agravo, quando esperava mercês.

Com ironia, comentavam alguns a oferta que el-rei fazia de satisfazer com as rendas do reino a quebra que houvesse nas da Universidade por dotar o Colégio das Artes, e diziam que melhor seria satisfazer das rendas do reino os padres *q̄ mui mais facilmente aueriã pagamēto das rendas do reino q̄ os lentes da vniuersjdade q̄ nã tinham p^a iso tanto fauor e aderēcia*.

Mostravam-se muitos indignados por pretender colocar-se o Colégio das Artes fora da jurisdição da Universidade, quando a esta se pediam as rendas para o sustentar e gritavam *q̄ se cō consciencia podiaõ consentir no q̄ na corte se asentaua ē prejuizo da vniuersidade q̄ dauão seu uoto no q̄ se respondese e doutra man^{ra} não!*

Para que tantas cadeiras no colégio, quando havia maior necessidade doutras na Universidade?

Terminou o conselho por se decidir que tudo se fizesse como para as outras cartas e que quem tivesse dúvidas a pôr se entendesse com quem respondera às primeiras.

Juntaram-se, a 7, com o reitor os doutores Marcos Romero, Álvaro da Fonseca, Morgoveio, Melchior Cornejo, Manuel da Costa, Heitor Rodrigues e Aires Pinhel e resolveram que êste e Morgoveio *fizesse e notasse a dita repostada q̄ era não se poder doar aos padres da cõpanhia de Ihũ mais de huũ cõto das rendas da vniuersidade e q̄ auẽdo falta nas rendas fosse as paguas igoaes q̄ asi se soprise a falta aos padres de Ihũ das rendas do reino como aos lētes e officiaes da vniuersid^e e q̄ o R^{tor} da vniuersid.^e, ao menos duas vezes no año ujsjtase os lentes do collegio p^a saber se se gastaua o dito cõto q̄ a vniuersidade daua cõforme ha obrigação para q̄ se lhes daua.*

Estava pronta a resposta, podia chegar a carta de el-rei.

Chegou a carta nesse mesmo mês e foi lida em conselho de 16. A carta mandava que a Universidade desse os três mil cruzados, passando no princípio do ano mandado para lhe serem pagos às terças, apresentando em cada terça o reitor do colégio certidão de como nele se tinham lido todas as classes e todas as cadeiras de artes e línguas que por seu regimento eram obrigados a ler. O colégio deveria ser pago das rendas das igrejas da Beira e da capela de Santa Catarina.

Os padres da Companhia deveriam começar a receber desde o 1.^o de abril do ano de 1558.

Os duzentos mil reis que faltavam para completar a conta dum conto e quatrocentos mil reis, que a Companhia dizia serem necessários para sustentar o colégio, dava-os, dizia a carta, o rei à custa da sua fazenda.

Quanto à jurisdição do colégio, reservava-a o rei para si, entre outros motivos por quietação da Universidade.

Terminava a carta real, que era datada do 1.^o de fevereiro, por encarecer a boa vontade dos jesuitas que *fulguarão de desestir da sua parte de algũas cousas q̄ ell Rey meu s̄r e eu ẽ fauor do dito collegio lhes tinhamos cõcedidas*, por tudo ser muito em serviço de Deus e bem de seus reinos e senhorios.

Noutra carta, com a mesma data, dizia el-rei que queria que sempre e em toda a parte constasse que tudo se fizera *cõ aprazim^{to} da vniuersidade*, por isso pedia fizessem uma procuração ao reitor D. Manuel de Menezes, conforme êle a pedia, *cõ toda deligençia p^a q̄ a tragua p^o gomez meu capellão a q̄ escrevo q̄ se venha logo cõ ella.*

Estava el-rei farto de esperar.

O conselho, que se não tinha dado bem com as discussões sem direcção, resolveu encarregar da resposta os mesmos que a tinham dado às cartas anteriores.

Reúniram os lentes de prima e véspera com o reitor no dia ime-

diato, começando por resolver assentar bem em tudo, por forma a que no claustro seguinte se conformassem todos com o parecer dado, sem haver variedade de opiniões.

Determinou-se mandar a procuração pedida, mas que se encarecesse o que se fazia para cumprir a vontade e desejo reaes, pois lhe dava a Universidade *tãto q̃ era tirar o sangue do braço e fazer o emposivel.*

A procuração ficou limitada aos três mil cruzados e, se nas rendas da Universidade houvesse falta que não permitisse pagar aos lentes, deveria da fazenda real suprir-se com as do reino igualmente para ambas as partes por forma a todos ficarem pagos dos seus salários.

Acabava a Universidade por propôr que o reitor da Universidade com mais duas ou três pessoas à sua escolha, pelo menos duas vezes por ano, visitasse o colégio e os lentes dêle.

Não era jurisdição, era vontade que a Universidade tinha de informar a sua alteza.

Não era para irritar, era para quietação da sua consciência, para a Universidade se convencer de que *gastava e destrebuja seus bẽes, e se era cõforme a bula cõcedida pelo sco padre...*

No dia immediato, 18 de fevereiro, reuniu o conselho mór, a quem se propoz o que tinham assentado os lentes de prima, véspera e terça. E assim se resolveu.

Quási todos foram da mesma opinião.

A 29 tornava a reunir o conselho para assentar sôbre a forma da procuração.

E reuniu-se ainda outra vez para decidir, se na procuração se diria que o reitor do Colégio das Artes deveria ser obrigado a jurar que multaria os professores quando estes não lessem, resolvendo-se que não fosse. Mas não se enviou ainda desta vez a procuração.

Tornou a juntar-se o conselho mor a 26 de fevereiro para a examinar de novo, por lhe faltar a solenidade das testemunhas. Eram muitos contrários a que isso assim se fizesse, por a *posse e q̃ a uniuersidade estava e se nã devassar nos cõselhos instrujdo outras p^{as} de fora*, mas acabou por se resolver que tudo se fizesse com as solenidades legais.

Com esta procuração, mandou a Universidade outra a D. Manuel de Menezes para receber de D. Sebastião o juramento de protector.

El-rei não esperara porêem pela resposta da Universidade. Por alvará de 28 de janeiro mandara pagar das rendas da Universidade, no principio do ano, antes de qualquer pagamento, a primeira terça aos padres da Companhia, devendo começar-se o pagamento no fim de junho pois se considerava que começavam a vencer desde o 1.^o de

abril desse ano de 1558, e daí por diante às terças, como era de uso na Universidade.

Por outro alvará mandava-se ao almoxarife de Coimbra que pagasse os duzentos mil reis que faltavam para completar a conta do conto e quatro centos até se resolver que fossem pagos pela renda da Universidade ou outra qualquer.

Este alvará tem a data de 1 de fevereiro.

A data das últimas cartas de el-rei pedindo à Universidade que mandasse a procuração para se ultimar o contrato, para em todo o tempo constar que tudo se fizera com *aprazimento* dela, é também de 1 de fevereiro do mesmo ano de 1558⁷.

Sem querer e levados pelo interesse do assunto, que está mal ou incompletamente estudado perdemos um pouco o fio cronológico da vida de Alonso Rodrigues de Guevara.

Vamos tentar emendar a mão.

Encontramos Guevara no conselho mor de 23 de fevereiro de 1557, convocado pela posse que o reitor mandara tomar da igreja de Verride e contra a qual se levantava o mosteiro de Santa Cruz por a ter como propriedade sua. Havia então dúvidas e demandas entre a Universidade e Santa Cruz motivadas pelo contrato de separação das rendas, e D. João III escrevera à Universidade e mandara-lhe uma provisão para que esta se louvasse em *arbitros e arbitradores e amigaveis cõpoedores p^a sentarẽ todas as duuidas e demandas e diferenças mouidas e por mouer q̃ ha entre a vniuersi^{de} e o dito cõvento*.

Assim se resolveu, nomeando a Universidade por seus árbitros os doutoures frei Martinho de Ledesma e João de Morgoveio para se entenderem com os religiosos de Santa Cruz, *a quẽ deseiam ter por amigos e cõtentes, p^a hũs e outros fazerẽ seus officios quietos cõ amor e boa cõcordia*⁸.

A 6 de março, deste mesmo ano de 1557, encontramos mais uma vez o nome de Guevara, nos livros dos conselhos, figurando como testemunha no contrato da fiança que Fernão Lopes de Castanheda deu aos vinte cruzados de pena em que poderia encorrer, segundo o estatuto, o licenciado Jorge de Sá que tentava levar por oposição a substituição da cadeira de prima de Medicina⁹.

Compareceu também no conselho realizado a 7 de março de 1557 para assentarem na forma da procuração necessária para a Universidade renunciar, como tinha resolvido por instigações de Baltazar de Faria, nas mãos de D. João III e nas de seus sucessores que *an de ser proteitores desta vniuersi^{de}*, os padroados de todas as igrejas e anexos que tinha e pudesse vir a ter.

Foram encarregados de a fazer definitivamente, sem necessidade

de se voltar para isso a novo conselho, os doutores Gaspar Gonçalves, Manuel da Costa, James de Moraes e Aires Pinel que veriam a minuta já feita e a modificariam como entendessem ¹⁰.

A primeira referência, que encontramos com alguma importância à vida científica de Guevara, nos arquivos da Universidade, é a do conselho de 26 de abril de 1557, em que os bedéis deram a nota das faltas dos lentes na terça de páscoa, que nesse ano começara a 10 de janeiro e acabara a 20 de abril.

Era costume nesses conselhos, em que nem sempre os lentes apresentavam as suas reclamações contra as notas dos bedéis, tratar também particularmente dos assuntos que poderiam interessar a estes, por serem modificações no movimento e serviço das escolas.

Por isso se encontra, no respectivo livro, a nota seguinte:

«no dito cõselho se asentou q̃ o l^{do} alonso roiz de gueuara lête da nathomia | lea hũa lição de cherurgia extraordinaria de çinquo a seis como pede e isto despois do doutor thomas roiz deixar a ora | » ¹¹.

Dêste texto se conclue que Guevara pediu para se criar uma cadeira de cirurgia que êle regeria, e que o conselho determinara que assim se fizesse, parecendo indicar que já na última terça dêste ano de 1557, Guevara deveria ter regido a nova cadeira.

Guevara não fez mais do que repetir em Coimbra o que, como nos parece, por sua iniciativa primeiro se fizera em Lisboa. Só custa a explicar que tanto se demorasse a fazê-lo. Donde lhe poderiam vir as dificuldades? Não cremos que elas se levantassem por parte do hospital de Coimbra, que era propriedade real e em que Guevara deveria pôr em execução o mesmo plano, que por ordem de D. João III traçara no hospital de Lisboa.

Em Coimbra, havia então dois hospitais o *Hospital real* e o *Hospital de S. Lázaro*, que D. Manuel creara e transformara, na remodelação dos serviços de assistência que é uma das mais curiosas páginas do seu reinado.

Os hospitais e albergarias que havia em Coimbra, ao tempo de D. Manuel não eram dignas da *nobreza della*, nem bastantes para a *grande passagem que por ella fazem as gemtes de todas as partes e muy principalmente nos tempos do jubileu de Samtiaguo*.

Os bens dos hospitais e albergarias andavam além disso *deminuydos E emalheados pollos ministradores e proueedores dos ditos Ospitaaes, Capellas, Gafarias, Regedores E gouernadores dos conçelhos*, o que levou D. Manuel a mandar fazer o *tombo de todollos ospitaaes Capellas Albergarias Confrarias Gafarias bẽens propeos*

E rrendas dos concelhos das cidades, villas, e lugares de seus Reynos.

Fôra, em Coimbra, encarregado dêsse trabalho o licenciado Diogo Pires do *dezeembarguo do dito S.^{or} Rei E seu desembargador E provedor sobre todollos proueedores com toda allçada e soperioridade em todos seus Reynos.*

Feito o tombo, D. Manoel encorporou no mesmo hospital: a *Confraria de Santa Maria*, erecta na igreja de S. Bartolomeu com a sua albergaria de quatro camas; a *Capela de Santa Maria*, erecta na igreja de Santa Justa e o seu pequeno hospital e albergaria com cinco camas; a *Confraria de S. Nicolao*, a *Albergaria e Confraria de S. Lourenco*, o *Hospital e confraria de S. Marcos*, creando assim o *Hospital real de Coimbra*, a que mais tarde por carta de 28 de dezembro de 1526 se veio reunir o *Hospital de Mirléos*.

Em outubro de 1508 estava já *acabada pera poder seruir nas cousas pera q̄. foy ordenada* a casa do *esptall nouo* que D. Manuel mandara fazer à sua *propia custa e despessa* e que dotara com as rendas dos outros hospitais e albergarias, utilizando a bula e autoridade que alcançara do papa para em todos os lugares dos seus reinos os poder *ajuntar e Reedoçir a huia soo cassa.*

Com a mudança da Universidade para Coimbra o hospital experimentou reformas, pouco estudadas e mal conhecidas, conservando-se porêem o primitivo *Regimento* que lhe dera D. Manuel.

Desde o comêço que, no *Hospital real de Coimbra* eram examinados, antes de entrar, pelo provedor e *fisico ou sollorgiam q̄ curar no dito esptall a qual delles a vista tocar p^r ser cousa de fisica ou sollorgia.*

Os doentes eram vistos pelo médico ou cirurgião duas vezes ao dia *hũa pella manhaã e out^a a noite, salluo quamdo por allgũs açedemtes que aos doentes viessem comprisse os vesytar mais a meudo.*

O *Hospital real* era apenas para doenças curáveis. Para as incuráveis deixara D. Manuel os de *Mirléos e Corpo de Deus.*

São mal conhecidas, por falta de documentos, as modificações que na organização do *Hospital novo* devia ter introduzido a transferência que D. João III fez da Universidade de Lisboa para Coimbra.

O primeiro documento em que a existência da Universidade intervêm na administração do hospital é o alvará de 22 de julho de 1548 por o qual D. João III mandava que pudessem habitar no edificio do hospital os colegiais da congregação dos cónegos seculares de S. João Evangelista que viessem estudar para a Universidade.

Por alvará de 29 de julho do mesmo ano passou a administração do *Hospital real* para os padres da congregação de S. João Evangelista.

Da utilização do hospital para o ensino da faculdade de Medicina não havia até agora prova documental anterior a 17 de maio de 1568, data da provisão mandando anexar-lhe depois de reservado o necessário para satisfazerem seus encargos, o sobejo das rendas das confrarias e hospitais das vilas de Montemor-o-Velho, Tentugal e Pereira *conforme ha desposyção do Sagrado Consilio tredentino e tambem como pera o dito efeito como tambem avendo maior numero de doemtes se possa fazer com mais proueito a pratica dos estudamtes mediquos...*

Isto indica que o hospital real foi desde a mudança da Universidade para Coimbra utilizado para o ensino, embora a sua administração fosse independente da administração da fazenda universitária.

Há falta absoluta de documentos sôbre êste ponto, mas dos estatutos de 1591 que em muitos pontos nada mais fizeram do que legalizar modificações já correntes no ensino, se deve concluir que a uniformidade de organização entre o hospital de Lisboa e o de Coimbra, quanto ao ensino da anatomia e da cirurgia, que êles mostram, indica a mesma mão, o espirito organizador de Guevara.

É certo porém que nem nas *leituras*, nem nas *actas dos conselhos*, nem nos livros da *fazenda*, nem nos de *autos e gráus*, e não há pouco tempo que os exploro, eu tenho podido encontrar até hoje, indício ou vestígio da reforma que, como é convicção minha, Guevara veio fazer no ensino universitário do seu tempo.

As referências que se encontram são na sua maior parte referentes à administração da fazenda universitária. Em 8 de maio dêste ano de 1557 foi Guevara nomeado para servir de deputado na ausência de Pero Nunes. O conselho de deputados e conselheiros tinha primeiro nomeado a Tomás Rodrigues, mas êste teve de resignar por ser já conselheiro mestre Francisco Lopes, que era seu cunhado ¹².

Encontramo-lo, no exercício do seu novo cargo, no conselho de 8 de maio do mesmo ano, em que se resolvia por el-rei o pedir, dizendo que o fazia por esta vez somente, aceitar a apresentação que sua alteza fazia de António Rodrigues, cónego antigo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, na igreja de *Val de Ermijo*, que vagara por falecimento de Duarte Fernandes ¹³.

A 29 de maio há notícia, como já dissemos, de estar doente, e de ter sido nomeado Gaspar da Costa para ler a cadeira de anatomia, enquanto êle estivesse impedido. Vê-se por isso que, comquanto o conselho parecesse indicar, ao criar para Guevara ler a cadeira de cirurgia, que ela se deveria começar a reger na terceira e última terça do ano de 1557, tal se não fez ¹⁴.

Como teremos ocasião de demonstrar, a cadeira de cirurgia só

começou a ler-se no ano imediato, depois duma série de acontecimentos que não nos deram pouco trabalho a deslindar.

A primeira vez que encontramos Guevara depois da sua doença, é a 15 de junho, no conselho mor que então se realizou, e em que se determinou a forma das exéquias a celebrar pela morte de D. João III ¹⁵.

No conselho de 28 de junho, figura também o seu nome entre os assistentes ¹⁶.

Esteve ainda no conselho de 9 de julho em que se leu uma carta que a regente escrevera para mostrar o empenho que tinha em satisfazer a D. Violante de Castro, que se dizia segunda vida num prazo que a Universidade contestava ¹⁷.

Na carta da rainha D. Catarina, vinha uma passagem interessante, em que parece advinhar-se já o argumento de caso de consciência com que a Universidade havia de embaraçar mais tarde todas as tentativas reaes para a expoliarem em favor do Colégio e Companhia de Jesus.

Sendo necessário suprimimento, dizia ela, e confirmação do Santo Padre, no que lhes parecesse que convinha para segurança de suas consciências, ela o suplicaria e se proveria de Sua Santidade, e porê q̄ não fosse isto ocasião de se lhe dilatar a côcrusão do negocio.

E não tornámos a encontrar memória de Guevara, nos livros da Universidade, durante o ano lectivo de 1556-1557, senão em conselho de 29 de setembro em que:

«... a substituição de vespóra de medeçina se encomendou ao l^{do} gueuara querendo a leer juntam^{te} cõ a sua lição e não querendo ficou cometido q̄ elle Reitor a prouesia a quê lhe parecer q̄ a posa bem leer» ¹⁸.

Esta referência dizia porê respeito já ao ano próximo.

A única referência importante é a que diz respeito à criação da cadeira nova de cirurgia, porque mostra que Guevara pretendia organizar o ensino da anatomia e da cirurgia em Coimbra, como o deixara estabelecido em Lisboa.

Assim se conclue também, estudando os estatutos de 1591, em que aparecem legalizadas as diversas modificações que se fizeram no ensino de todas as faculdades.

Nos estatutos de 1591, publicados em 1593, no Liv. III, Tit. IV, lê-se o seguinte, quanto ao ensino e prática da cirurgia na Universidade:

«¶ Auera outra (alem da de medicina) visitaçõ nestes hospitaes de cyrurgia, q̄ será obrigado a fazer o lente de anatomia em todos

os dias, á hora de terça, & curará todos os feridos, & chagados, & os mais doentes destes hospitaes que pertencerem a cyrurgia, fazendo tudo o que a seu officio pertencer, cõ leuidão & boa graça sem leuar cousa algũa por isso: & quando lhe parecer necessario, que o lente de medecina praticante deve ser presente a estes casos, & horas de cyrurgia, o porteiro & officiaes dos ditos hospitaes lho farão a saber, ou o dito anatomista lho poderá dizer, & mando ao dito lente o cumpra assi, & se ache presente pera concluir ambos o que se ha de fazer nos taes casos: & se ao dito lente parecer, outro si, que na hora de sua practica he necessaria a presença, & parecer do anatomista, guardarseha o mesmo, & elle sem ser chamado irá á dita practica quando lhe parecer necessario, & auerá por anno o dito anatomista doze mil reis».

No Liv. III, Tit. v, mandam os estatutos:

«¶ Esta visitação do hospital farão os ditos lentes das sete & meapella manhã ate as oito & mea no inverno, & as seis & mea no verão, & durará a visitação hũa hora inteira, visitando todos os doentes com os estudantes que sam obrigados a continuar na practica: & vistos os doêtes, irseha o lente com todos os estudantes a hũa casa que pera isso auerá no dito hospital, & receitará todas as mézinhas que forem necessarias para os doentes, declarando a causa porque se lhe applicão & a infirmitade que he, & o modo de que se cura: & acabada a dita practica irão ouuir a lição de prima».

E outra vez no Liv. III, Tit. LV:

«¶ Os enfermeiros, quando os mandarem os ditos lêtes, terão cuidado de ter na mesa á hora da visitação as mesinhas q̃ se ouerẽ de gastar nos ditos hospitaes bem preparadas: & quando os boticarios forem chamados pellos sobreditos, acharsehão tambem presentes á dita hora, pera fazerem o que elles ordenarem acerca das ditas mesinhas, sob a pena do §. precedente».

O parágrafo alegado diz:

«¶ O boticario & sangrador que ouerẽ de seruir no hospital da Cidade, serão recebidos pello administrador, & lentes de medicina, & anatomia, que visitão o hospital, & quando lhes parecer que não fazẽ os taes officiaes bem seus officios, os ditos electores os poderão despedir & elleger outros».

Ora toda esta parte dos estatutos de 1591 não é mais do que a regulamentação do alvará de 20 de novembro de 1556, que criou o ensino da anatomia e cirurgia em Lisboa no Hospital de Todos os Santos e que atribuímos já à inspiração e iniciativa de Guevara.

Transcrevemos o documento pelo interesse que tem:

«Eu elRei faço saber a vos provedor do espirital de todolos santos desta cidade de lix.^a que ora sois e ao diante fordes que confiando eu da bondade letras e saber do doutor Duarte lopez morador na dita cidade e por folguar de lhe fazer merce ey por bem de ho emcarregar que da qui em diante lea hũa lição de gido cada dia nese espirital em hũa casa que lhe vos pera yso ordenares e lera hũa ora pouco mais ou menos, e depois de ler a dita lição estara mea ora as duvidas que os ouuintes lhe poserem. e asi me praz que ele faça as notomias que parecerẽ necessarias e vos ordenardes dos corpos mortos dos que na dita casa falecerem e asi as que se ouuerem de fazer aos corpos dos que padecerem per justica nesta cidade e que ele auera com o dito carreguo dose mil rs. em cada hũ año paguos nos terços das rendas da dita casa per este meu alu.^a com vosa certidão de como serue e pello trelado dele com seu conhecimento serão leuados em comta ao almox.^e do dito espirital e este ualera como carta sem embargo da ordenação que diz que as cousas cujo feito ouuer de durar mais de hũ año pasem per cartas e não per aluaras o qual carreguo ele tera e seruirá emquãto eu o ouuer por bem e nõ mandar o contrario. o bacharel luis lopez o fez em lix.^a aos vinte de nou^o de mil quinhentos e cinquenta e seis. Rey».

É a letra própria dos estatutos da Universidade: a visita aos doentes, a lição prática dum hora, em casa apropriada, o mesmo ordenado emfim.

Nos estatutos não se fala em cadeira de cirurgia, mas ela fôra criada para Guevara, e nos livros dos conselhos lá se encontra para texto o mesmo Gido, o restaurador medieval da cirurgia, o velho Guy de Chauliac, que Guevara podia bem seguir sem risco de grande infidelidade a Galeno.

Toda esta organização me parece dever atribuir-se a Guevara, que a transplantou para Coimbra, e que mais tarde havia de dirigir em Lisboa, em 1561, o serviço que talvez logo de raiz para si tivesse criado.

Guevara não poderia reger a cadeira antes de outubro, porque a não poderia ler, sem o devido alvará real. D. João III estava doente e morria pouco depois.

O alvará foi já passado por D. Catarina, como regente, e tem a data de 26 de setembro de 1557.

Não foi porém conhecido em Coimbra senão muito mais tarde.

Em princípio de outubro saía Guevara de Coimbra, caminho de Lisboa. Dizia-se que ia por causa da nova cadeira de cirurgia e daí a pouco começava a correr que ia já a caminho de Castela, porque lhe mandavam reger mais uma cadeira de cirurgia e lhe não pagavam.

Com isso se alvoroçaram os estudantes e sabendo que a 11 de outubro reunia o conselho, fizeram ali apresentar uma petição dizendo que a sua notícia viera que o licenciado Alonso Rodrigues de Guevara, lente de anatomia e medicina, se sentira agravado por uma provisão real o mandar ler outra cadeira de cirurgia, e tinham para si que êle se queria ir para Castela com grande perda da Universidade, por isso pediam que representassem a sua alteza mostrando a falta que fazia a sua lição e pedindo lhe fosse acrescentado o salário de acôrdo com o aumento de trabalho que a nova cadeira acarretava.

O conselho não se mostrou admirado por Guevara fugir à regência duma cadeira que tinha pedido para se criar em abril; e resolveu fazer a carta que os estudantes pediam.

Melhor sabia o conselho que os estudantes, como por Lisboa corriam os negócios da Universidade, e quanto custava a conseguir o mínimo despacho.

Na côrte, não andavam em graça os lentes da Universidade, as cartas régias proibiam-lhes a ida a Lisboa a tratar dos seus negócios e aconselhavam-lhes que tudo tratassem por petições. Mas as petições por lá ficavam esquecidas e ninguem conseguia deferimento, se não ia à côrte tratar pessoalmente das suas cousas.

A intervenção dos conselhos estava sendo constantemente pedida, umas vezes directamente pelos interessados, outras indirectamente pelos ouvintes.

Guevara pedira a criação da cadeira de cirurgia, o conselho criara-a e solicitara naturalmente o alvará real. Na côrte ia a intriga activa dum reinado em comêço. Todas as solicitações eram poucas. Guevara queixara-se de que para satisfazer ao conselho ia reger sem alvará que o mandasse pagar, e fôra-se a caminho de Lisboa, único meio que havia então de conseguir deferimento, nem sempre pronto.

A 25 de outubro, já Guevara estava de volta e apresentava ao conselho que nesse dia se reunia, a provisão, com data de 26 de setembro, que o mandava ler a nova cadeira de cirurgia, à hora que o reitor e conselho mandassem, com o vencimento de vinte mil reaes pagos às terças.

O conselho mandou cumprir a provisão real e marcou-lhe a hora de 2 às 3 no inverno e de 3 às 4 no verão.

Assinou-lhe para leitura *guido ou joanes de uiguo qual lhe millhor e mais proueitoso parecer.*

No dia immediato, 26 de outubro de 1557, tomava Guevara posse da cadeira, sendo testemunhas do auto o doutor Francisco Lopez e Duarte Peixoto ¹⁹.

No conselho immediato de 2 de novembro, davam-se factos idénticos aos passados com Guevara. Desta vez o agravado era o doutor Marcos Romeiro, lente de prima de Teologia.

Fernão Lopes de Castanheda, bedel de Teologia apresentou uma petição dos estudantes da sua faculdade em que diziam *q̄ a sua notiçia chegara q̄ o doutor marcos romeiro requeria a sua alteza o tirase das escollas ho que sendo asi seria grande perjuiço para todos elles pello muj^{to} proueito q̄ tem reçevido de sua lição em todo ho tempo q̄ leo preñcipalm^{te} neste espaço q̄ ha q̄ lee a cadeira de prima de q̄ tinham collegido q̄ se cõtinuasse a theologia especulativa receberiam os ouuintes muj^{to} notauel proueito, pello q̄ pediam por merce a elle Reitor e cõselho escreuão a sua alteza q̄ em ninhũa maneira lhe de liçença para deixar de leer mas antes lhe mande q̄ de nouo começe hũ curso de theologia no q̄ receberiam merce. E na dita petição. vinham, assinados todos os religiosos de todas ordens q̄ nesta vniversi^{de} tem collegios e sam ouintes na dita faculdade e asi todos os mais estudantes theologuos q̄ não estam em collegios.*

São quasi os mesmos termos da petição de Guevara.

O conselho resolveu como no caso anterior: *E vista a dita petição e como era muj^{to} grande perda da vniversi^{de} deixar o dito doutor as escollas por sua autoridade letras. e pollo muj^{to} fruto q̄ os ouuintes reçebem de sua licão asentou se q̄ se escreuesse a carta como os ouuintes pedem e q̄ a mesma petição vaa cõ ella para sua alteza ver. o feruor cõ q̄ se pede e a rezão q̄ ha para cõceder o q̄ nella requerẽ dj^o da^{do} o escreui.*

São normas, processos do tempo que custam a interpretar apenas a primeira vez que se encontram. Sousa Viterbo tomou à letra a petição dos estudantes e escreveu: Apenas tinha decorrido um ano e já Guevara mostrava desejos de abandonar o ensino...

Veio-lhe o engano de não ter tido conhecimento de todos os documentos por que alguns escaparam, e muitos, às escripturas investigações do meu velho e lembrado amigo cônego Prudêncio Garcia.

NOTAS E DOCUMENTOS

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. II, fl. 337 v.º e 338.

² Idem, *Ibidem*, fl. 338 v.º e 339.

³ Idem, *Ibidem*, fl. 339 v.º

⁴ Idem, *Ibidem*, fl. 340 e 340 v.º

⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 344 v.º e 345.

⁶ Idem, *Ibidem*, fl. 365 e 362 v.º

⁷ Já tratámos, noutra parte dêste trabalho, das luctas que, desde a implantação do seu colégio em Coimbra, a Companhia de Jesus teve com a Universidade, e mostrámos à face de documentos que andava bem alterada a história dêstes acontecimentos.

Hoje continuaremos publicando mais uma série de documentos, apenas em parte conhecidos pela *Memória* de Figueiroa que trabalhou à vista deles com o seu conhecido escrúpulo, mas nem sempre feliz na sua interpretação.

A história feita desta época é fria, sem movimento e sem vida, reduzida apenas à parte oficial, às cartas e ordens régias. A forma como esses documentos foram recebidos pela Universidade, a sanha que acenderam, as luctas que provocaram, tão pertinazes e continuadas, de tão subtil diplomacia, respondendo a argúcia com argúcia, tudo isso é desconhecido e não por falta de documentos.

Os documentos são extensos. Publicamo-os para aqueles que, como nós, preferirem o documento simples à sua interpretação mais subtil.

APRESENTAÇÃO DE HUA | CARTA DEI. REI NOSO |
SÕR SOBRE A RENDA | QUE QUER ANEIXAR AOS |
PADRES DA CÔPNHIA DE JHŪ PARA ADMINISTRAR. |
O COLECIO DAS ARTES

«Aos dous dias do mes de nour.º de jbc^lta e sete años. na çidade de Coimbra e casa dos paços del Rei nosso sôr. onde se leem os Canones. sendo hi presente o sôr dõ Mel de meneses Reitor e o doutor aº do prado e o doutor Marcos Romeiro e o. d. yº de morgoueiro e o. d. James de Moraes, e o o d gar gllz e o. d. Luis de crasto pachequo e o. d. simão de saa p.^{ra} e o. d. Jorge liam e o. d. Mel da costa e o. d. eitor Roiz e o. d. aires pinhel e o. d. alurº vaz e o. d. Jeronimo p.^{ra} o. d. pº barbosa o. d. Jorge anRiquez e o. d. djo de cõtreiras e o. d. frº lopez e o brél Jorge pinto e o brél. djo lopez daro e o L.^{do} Jorge de saa o mtre vicente fabricio o mestre pº leitão o brél dõ Jorge dalm.^{da} o brél djo mendez da costa, o brél djo da Rosa o mestre g.^{ar} da costa o mestre frº lopez. e o L.^{do} esteuão nugar^a sindico | lentes deputados e cõselhrºs e sindico Juntos e chamados a cõselho mor e cõselho mor faz.^{do} segundo seu costume hi entrou pº gomez madeira capelam del Rei noso sôr acõpanhado do doutor Marcos Romeiro a q̄ o cõselho pedio e emcomendou. q̄ seise fora da dita casa a Recebello e entrase cõ elle | e asentado abaixo dos doutores medicos. apresentou hua carta del Rei noso sôr ao Reitor q̄ a beijou e Reçebeo cõ o deuido acatam.^{to} e loguo a deo a mĩ escriuão para a leer e vinha derigida ao Reitor lentes deputados e cõselhr.^{os} da vniversi.^{de} de Coimbra e nella se cõtinha q̄ El Rei seu sôr e auo q̄ santa gloria aja auendo Respeito ao muj^{to} fruto q̄ os padres da cõpanhia de Jhũ. faziam nos collegios q̄ tomauam a seu carreguo e cõfiando q̄ asi o fariam

entregãdo lhes a governança e administração do collegio das artes q̄ mandou fazer nesta *viversi.de* ouuera por bem q̄ os ditos padres tomasem e tiuesẽ a governança do dito collegio a seu cargo e lha mandou entregar cõ toda a jurdição administração preeminências e liberdades q̄ ao dito collegio tinha cõçedidas, e q̄ uendo sua alteza ora o grande proueito q̄ se siguiu asi nas letras como nos costumes jnsino e boa criação dos q̄ no dito collegio ouuiam despois q̄ a governança delle aos ditos padres foi entregue e cõfiando q̄ por ser obra de seruiço de noso s̄or cõ sua ajuda | e boa deligençia dos ditos padres a vertude e çiençia no dito collegio seria cada vez maior e iria em creçim.^{to} ouuera por bem q̄ cõforme ao q̄ el Rei seu s̄or e auo tinha cõ os ditos padres ordenado e asentado elles em nome de toda a cõpanhia se obrigassem, a ter sempre o dito collegio prouido dos l̄tes ordenados e necesarios para exerciço e jnsino das linguas latina gregua e ebraica e para os cursos dartes e liçam de mathematicas cõ. as mais obrigações e declarações q̄ se exprimiriam no cõtrato q̄ se diso auia de fazer E por q̄ a obrigaçam de ter o dito collegio prouido de lentes e do mais q̄ para bem e perfeição delle era necesario he tam propia da obrigaçam para q̄ a universidade fora ordenada e dotada por el Rei seu s̄or e tam prencipal por ser fundam.^{to} de todas as facultades e sciencias superiores q̄ na dita *vniversi.de* se liam e aprendiam pella qual Rezão. as Rendas della estam obrigadas as despesas do dito collegio | e pois as ditas Rendas segundo soubera por certa emformação das p.^{as} q̄ nas cousas da faz.^{da} e Rendas entenderão. e as. aRendarão. podiam soprir as ditas despesas q̄ ate ora se soprirão a custa da faz.^{da} del Rei seu s̄or e sua o q̄ daqui por diante não deuia de ser pois a *universi.de* podia satisfazer a esta obrigaçã ouuera por bem cõforme ao q̄ sua alteza tinha determinado de ordenar q̄ das Rendas da *vniversi.de* se aplicassem as despesas do dito collegio cõ as cõdições e declarações açima ditas cousas q̄ Rendesem em cada hũ año | hũ cõto e quatroctos mil r̄s q̄ era o q̄ pouco mais ou menos q̄ cõ ho dito collegio se despendia a custa da faz.^{da} delRei seu s̄or. e q̄ lhe cõstaua aos ditos padres ser necesario para sustentação do dito collegio. e para poderem satisfazer a obrigaçã cõ q̄ o aceitauam e auiam de soster e por q̄ segundo a informação q̄ tinha das p.^{as} q̄ aRendarão as Rendas e das certidões dos aRendam.^{tos} dellas feitos do año. de b̄c quarenta e oito ate o ultimo aRendam^{to} q̄ se fez neste año presẽte de b̄c l^{ta} e sete parecia q̄ as Rendas e cousas q̄ a *vniversidade* tinha estando em l^{ix}a e q̄ agora por ser transferida a esta çidade posue e a quintãa e Renda de treixede e as Rendas do aluorge e de poiars cõ a quintãa do p̄bal feita a masa do q̄ verdadeiram^{te} valem de Renda pellos ditos aRendam.^{tos} poderiam valer pouco mais ou menos os ditos hũ cõto e quatroctos mil r̄s em cada hũ año, ouuera por bem de as aplicar e apropriar as despesas do dito collegio para o dito effeito ficando aos ditos padres a obrigaçã de as aRendar grangear ou Recolher e toda liure e inteira administração das ditas Rendas e cousas e por q̄ para cõcrusão da dita applicaçã ao dito collegio polla maneira açima declarada e asi para estar presente ao fazer do dito cõtrato da obrigaçam que os ditos padres em nome da cõpanhia auiam de fazer cõ elle como padroeiro e proteitor da *vniversi.de* lhe pareceo bem q̄ ouuese algũa p.^a cõ poder e autoridade da *vniversi.de* e q̄ por ser cousa q̄ tanto ao bẽ della cõpria deuia ser o Reitor lhes encomendaua muj^{to} q̄ para acabar de cõcluir este negoçio asi como elRei seu s̄or q̄ he em gloria o tinha ordenado de fazer e elle auia por bem e ordenaua q̄ se fizese desem inteiro e cõprido poder ao dito Reitor por sua abastante procuraçã e asi para cõcruir e asentar quaes quer outros negoçios e duuidas q̄ a *vniversi.de* tem cõ Santa cruz e quaesquer p.^{as} sobre quaes quer negocios e cousas | e q̄ elle escreuia a dõ Me^l de meneses Reitor q̄ cõ ho dito poder e procuraçã fose a ele para cõ sua vinda acabar de asentar tudo ho q̄ a bem da dita *vniversi.de* e a seu seruiço nas ditas

cousas cūpria | e q̄ para dar a dita carta e trazer sua Reposta mandaua p^o gomez madeira seu capelam e q̄ lhes agradeceria muj^{to} despacharem no cō toda breuidade e como delles cōfiaua | e a dita carta era escrita por andre sardinha e soscrita por M^{el} da costa e nella estaua o sinal da Rainha nosa s^{ra} | lida a dita carta elle Reitor perguntou ao dito p^o gomez se tinha mais q̄ dizer açerca do dito caso e elle Respondeo q̄ não mais se não pedir lhe e a todos aquelles sres tiuesē respeito ao q̄. s. a. lhes mandaua e o despachasem cō breuidade | E loguo elle s^{or} Reitor representou a todas as merçes q̄ elRei noso s^{or} q̄ he em gloria fizera a esta vniversi.^{de} e o amor q̄ lhe tinha no qual sucedera elRei noso s^{or} como na sua mostraua e q̄ a Rainha nosa s^{ra}. e o cardeal tinham muj particular afeiçãõ ao acreçentam.^{to} desta vniversi.^{de} e q̄ pois tam afincadam.^{te} mandaua sua alteza aquelle cōselho q̄ elle leuasse procuraçãõ abastante para ser presente ao celebrar do cōtrato cō os padres de Jhū para o effeito q̄ na carta se declaraua q̄ deuia de ser sobre terem muj bem cuidado q̄ cūpria asi a vniversi.^{de} q̄ lhes pedia q̄ pusesem tudo diante dos olhos e parecendo lhe se cōformasem. cō suas cōçiências e asentasem de responder ao q̄ sua alteza mandaua E saindo se o dito p^o gomez madeira q̄ a todo ho sobredito foi presente se votou. sobre o caso, e por ser de tanta importançia e cōsistir nelle o estado da vniversi.^{de} asentou se q̄ antes de se tomar nelle asento se deliberase e comunicase muj particularm.^{te} | pello s^{or} Reitor e pollos doutores de prima e vespora de todas as quatro faculdades. e ouue muj^{tos} votos q̄ tanbem se achasem presentes nestes ajuntam.^{tos} os lentes de cadeiras maiores por este negocio tocar prencipalm^{te} aos lētes e q̄ estes ajuntam.^{tos} fosse pollas minhaãs e as tardes segundo o s^{or} reitor ordenase. e q̄ todos deliberasem ho q̄ no caso se podia e deuia fazer e q̄ sobre iso se escreueise hūa breve e sustancial carta a sua alteza e se lhe mandasem hūs larguos apōtam.^{tos} do q̄ bem parece se q̄ se deuia no caso fazer e que depois de tudo feito q̄ seria cō breuidade posiuel se tornase a juntar este cōselho e nelle dessem asēto ao q̄ mais cōpria a bē do estado e cōfirmaçãõ desta vniversi.^{de} djo daz^{do} o escreveu e risquei se apresētou. e pus estando | sua alteza a bē,

E depois desto aos dez dias do mes de nour^o do dito año de jbc bl^{ta} e sete na çidade de Coimbra e casa dos paços del Rei nosso s^{or}. onde se lee a theologia sendo hi presente o s^{or} dō M^{el} de meneses. Reitor e os lētes deputados e coselhr.^{os} no asento atras nomeados, afora algūs. q̄ seriam ate cinco ou seis q̄ por estarē doentes não. puderão ser presentes. e forão elleitos em seus lugares o doutor djo de cisneiros e o brēl bel (sic) do amaral e o brēl fr^{co} machado e o brēl grauiel da costa e o brēl ant.^o de gouuea q̄ por todos fizerão numero de vinte cinco p.^{as} afora elle s^{or} Reitor q̄ era mais do numero q̄ pellos estatutos se requere para cōselho mor e juntos asi todos e faz^{do} cōselho tendo reçevido juram^{to} dos evangelhos as p.^{as} açima nouam^{te} elleitos de darem fiel cōselho no q̄ se neste cōselho tratase e q̄ guardasē segredo. | loguo elle s^{or} Reitor dise q̄ no cōselho atras fora asentado q̄ os lentes de prima e vespora das quatro faculdades se ajuntasem cō elle e tratasem. miudam^{te} ho q̄ sua alteza^a na sua escreuia ter ordenado cō os padres da cōpanhia de Jhū sobre a separaçãõ das rendas da vniversi.^{de} q̄ lhes queria aplicar para sustentarē o collegio das artes, e obrigações delle. e q̄ visē o q̄ no caso podiam e deuiam fazer e q̄ elles se ajuntaram por vezes. e do q̄ trataram fizeram hūs apōtam.^{tos} cuja sustançia hi relatou. toda e o trelado delles fica em meu poder e o q̄ sumariam^{te} cōtem he | ho preço e cōtia em q̄ ora estam arendadas todas as rendas da vniversi.^{de} q̄ he em seis cōtos e quinhētos mil r^{is}. q̄ he o mais alto q̄ pode ser polla muj^{ta} valia do pam. e no q̄ estiuērão arendadas nos años atras em q̄ o pam tinha mais honesta valia os gastos e despesas ordinarias da vniversi.^{de} q̄ estam liquidos pelos relatorios das cōtas

donde se podem ver q̄ cheguam a mujto perto de çinco cōtos. afora a jubilação dos lentes. q̄ de proximo estam para jubilar e ás escolas q̄ estam por fazer. e hũ collegio de leiguos para cōseruação da vniversi.de e ospital para estudantes. proues.

q̄ esta vniversi.de e os q̄ a governauam não podiam em ninhũa maneira dar cōsentim.to aa separacam dos beis. q̄ por bulla do. s. padre estam aneixados in perpetum a vniversi.de para os frutos e rendim.tos delles. se gastarẽ cō lentes. e obrigações della. e q̄ o Reitor e cōselho da dita vniversi.de os administrem e gran-geem.

q̄ em tal maneira daria a vniversi.de aos ditos padres de Jhũ. pelo gosto q̄ sua alteza niso mostra seisc.tos mil rfs. q̄ pellos estatutos se mostra q̄ abastam. para. se regẽtarẽm as ciencias inferiores quando elles quizesem ser parte da vniversi.de e obrigarẽ se por hũ certo modo a sustentarẽ. o dito collegio. e faltando q̄ a vniversi.de prouese e q̄ a dita renda ouuesẽ. no R.dor da vniversi.de

cō os mais apõtam.tos em q̄ se pedia a sua alteza pellas rezões delles. e por esta vniversi.de ser feitura del Rei seu avoo e estar so sua proteiçãõ. e pollo periguo grande em q̄ estaua de se destruir esta vniversi.de avendo effeito ho q̄ os ditos padres pediam e pollo escandailo q̄ desto se seguia fose seruido de dar aos ditos padres. em mostrõs q̄ estauam para uagar de seu padroado e q̄ em vida se lhes podiam aneixar o q̄ elles pediam e deixasẽ liure a vniversi.de cō suas rendas. asi como as tinha para se fazer o fruto q̄ ate aqui nella se fez de tanto seruiço de deos e seu e bem destes reinos E dada a dita informaçãõ pedio elle sōr Reitor asentasẽ se os ditos apõtam.tos cō as cartas. para elRei noso sōr. Rainha e Cardeal se dariam ao dito pº gomez madeira ou como asentauam q̄ o dito negocio se despachase q̄ era bem q̄ loguo se effetuase | por suas altezas asi lho mandarẽ e elle e todos. os q̄ estauam presentes. auiam de trabalhar de os servir. e cōprazer no q̄ cō suas cõciçias pudesem fazer | E ouuida por todos. a relação. pareço lhes beim ho q̄ estaua asẽtado e apõtado. e de nouo determinarãõ. q̄ por ho negocio ser de tanta importancia e releuar a cōseruação e estado desta vniversi.de q̄ elle sōr Reitor leue estes apõtam.tos a sua alteza por ser a cabeça desta vniversi.de e a quẽ cumpre e sobre quẽ carregua o regim.to della e por que melhor que ninguẽ sabera dar as informacões verdadeiras de seus rendimentos gastos. e mais obrigações, e asi representar os grandes e perjudiciais incõueniẽtes q̄ ha para se fazer ho q̄ os ditos padres. pedem e asi mais asentarãõ. q̄ se escreua aos duques conde de castanhr.^a e mais sñes do cōselho. e ao bpo de portalegre e ao padre doutor torres e ao padre luiz gliz. da cõpanhia. represẽtãdo a todos. a grande ofensa q̄ a deos a sua alteza a gloriosa memoria del Rei q̄ deos tem. e a este reino todo se faria avendo effeito o q̄ os ditos padres requerẽ. pedindo lhes. sejam propiçios cō suas altezas. para neste negocio se tomar melhor meio em como esta vniversi.de se não destrua o q̄ esta averiguado perder se leuando lhe as ditas rendas. E tanto q̄ isto asi se votou. querendo elle sōr Reitor dar rezões. por q̄ o deuiã de escusar delle ir a corte. todo o cōselho lho tomou a pedir declarando q̄ o não aviam de escusar por asi releuar ao bem desta vniversi.de porq̄ esperauam q̄ cō sua pessoa e presença e rezões. suas altezas. veriam como não. foram bein informados e fariãõ o q̄ a vniversi.de cō toda vmildade e deuido acatam.to lhe pede | e visto como se não podia escusar azeitou a ida e asentou se q̄ ao dito pº gomez madeira dese elle sōr Reitor a reposta em sua casa por ser jaa tarde cō hũa carta para elRei noso sōr de como o cōselho | o ellegera a elle para lhe hir dar conta das causas e rezões. q̄ tinha para se não fazer a dita sepa-

ração na maneira q. s. a. ordenaua e o modo q̄ niso se poderia ter | de mais seu seruiço. E chamado p^o gomez madeira lhe dise o s^{or} Reitor q̄ o dia seguinte lhe daria a reposta cō hũa carta para sua alteza. E loguo asentou mais o cōselho, q̄ elle s^{or} Reitor vençese todo o tempo q̄ andase na corte ate tornar a esta çidade neste negocio. todo o ordenado e merçe. q̄ tinha cō o carreguo de Reitor q̄ he a rezão de duc.^{tos} e vinte mil r^{fs} por año. E q̄ lhe fose loguo pagua hũa terça ante mão posto q̄ a não tenha vençida para despesa de seu caminho E querēdo lhe o dito cōselho asēntar certa cōsa mais q̄ vençese por dia todo o tempo q̄ andase neste negoçio elle o não quis cōsentir e dise q̄ abastaua o seu ordenado da maneira q̄ tinhão asentado | risquei e asi se acabou o cōselho d^{jo} daz^{do} o escreui

dom Jorge dalmeida

Marcos Romeiro

fr martin^{us}

ledesmi^{us}

o Doctor Manoel da Costa

doutor tomas roiz¹.

CÕSELHO MOR

CARTAS DELREI NOSSO S^{OR} P^A Q̄ SE MANDE
 PROCURAÇÃO AO REITOR P^A SE APLICAR CERTA
 RENDA AO COLLEGIO Q̄ GOVERNÃO PADRES DE JH^U

«Aos vinte e noue dias do mes de nouro de jbl^c l^{ta} e sete años na çidade de Coimbra e sala dos paços del Rei nosso s^{or}, sendo hi presente o s^{or}. dō jorge dalmda Reitor em ausencia de dō mel de meneses Reitor e o doutor marcos romeiro e o doutor mestre alu^{ro} da fonseca e o. d. joam de morgoucio e o. d. james de mo-raes. e o. d. gar gllz. e o. d. simão de saa e o. d. fernão. paiz e o. d. mel da costa e o. d. eitor roiz e o. d. aires pinhel e o. d. alu^{ro} vaz | e o. d. jeronimo p.^{ra} e o. d. p^o barbosa e o. d. thomas roiz. e o. d. fr^{co} lopez e o. d. alonso roiz de gueuara | e o bacharel fr^{co} de melo e o bacharel grauiel da costa e o l^{do} jorge de saa e o m^{tre} gar da costa e o mestre mel de pina | e o mestre d^{jo} roiz e o mestre p^o de sousa e o bacharel dō joam deça e o bacharel d^{jo} da fonseca | e o bacharel lionis simões e o mestre daniel da costa e o mestre ant^o soares. e o l^{do} onofre fr.^{co} procurador da vniversi^{de} lentes deputados e cōselhr.^{os} juntos e chamados a cōselho e cōselho mor faz^{do} segundo seu costume | hi apresentou. p^o gomez madeira duas cartas del Rei nosso s^{or}. em resposta da carta q̄ a vniversi.^{de} lhe escreueo sobre a apli:ação de hũ cōto e quatroctos mil r^{fs} q̄ o dito s^{or} das rendas della quer q̄ se anéixem e apliquē ao collegio das artes de q̄ os padres da cōpanhia tem carreguo | e o trelado dellas de verbo ad verbum he o seguinte | e forão mais presentes o doutor luis de crasto pachequo e o. d. p^o nunez

Reitor lentes deputados e cōselhr.^{os} da vniversidade da çidade de Coimbra | eu elRei vos emuio muj^{to} saudar | vi a carta q̄ me escreuestes em reposta da que vos mandei sobre o negoçio da asinação e applicação do hũ cōto e quatroctos mil r^{fs} de renda ao collegio das artes cuja gouernança e administração he cometida aos padres da cōpanhia | e porq̄ p^a a dita asinação aver effeito bastam as rezões e causas que elRei meu s^{or} e auo q̄ santa gloria aia teue p^a o ordenar e as q̄ me moueram a me parecer q̄ cōuem ao bem desa vniversidade e a meu seruiço effectuar se polla or-

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 387 a 393.

dem e maneira q̄ vollo escreui pollo q̄ não diuereis dilatar a reposta nē tratar de emuiardes a mī o reitor sem poder e procuração bastante para cōcruir o dito negoço e tratar e asentar os mais negoços q̄ a dita vniversidade cumprẽ | vos emcomendo e mando q̄ sem a iso pordes duuida algũa. e sem mais dilação facais ao dito Reitor procuração p^a effeito da dita asinação polla ordem e maneira q̄ me parece q̄ se o dito negocio deue cōcluir e asi p^a tratar e asentar por parte da vniversidade os mais negoços e cousas q̄ lhe cumprem e q̄ eu ouuer por bem q̄ se façam e vir q̄ lhe cōuem e posto q̄ em negoço tam cōueniēte e por tantas causas tão obrigatorio e ordenado com tanta cōsideração e pratica de pessoas q̄ o bem podiam emtender não diuereis de buscar modos de o dilatar e deuera de bastar por rezão p^a o ffazerdes querer uollo eu por vos fazer merçe comunicar e escreuer p^a q̄ cō vosso parecer se cōcruise podendo nisso ordenar o q̄ ouuese por meu seruiço | e sentisse q̄ era bem comum de meus reinos e q̄ cōvinha a vniversidade ainda q̄ as pessoas e lētes della por seus respeitos e cōsiderações proprias por então asi o não parecese | todavia por q̄ em tudo folgo de vos fazer merçe. vindo o Reitor cō a procuração e poder na maneira q̄ deuera logo de vir e q̄ vos escreui q̄ se ffizesse e q̄ agora ei por bem e mando q̄ se faça antes da cōcrusão do negoço o ouuirei sobre isso e me emformarei delle das razões e cousas q̄ sobre o caso escreueis q̄ elle traz por apõtamt^o p^a me dizer | E porq̄ p^o gomez madeira meu capelão. ha dias q̄ la espera por a cōcrusão deste negoço. e cumpre muj^{to} a meu seruiço tomar se nelle e nos outros q̄ a vniversidade tocam breue resolução e final determinação | vos mando q̄ logo cō effeito e sem dilação algũa | façais a dita procuração ao reitor polla ordem e maneira q̄ vos tenho mandado e em q̄ ei por bem q̄ se faça de modo q̄ não venha sē ella cōprida e bastante e q̄ não seja neçesario pedir mais algum suprim^{to} da vniversidade nē lhe falte clausula algũa q̄ seja neçesaria p^a effeito do dito negoço e asento e cōcrusão solene e firme dos mais negoços q̄ a vniversidade cumprão | e cō a dita procuração feita polla dita maneira ei por bem e mando q̄ o dito Reitor venha p^a cō sua vinda ordenar e asentar as ditas cousas e as mais q̄ cōprirẽ a vniversi.^{de} andre sardinha a fez em lix.^a a 24 dias de nouro de 1557. mel da costa a fez escreuer

Reitor | lentes | deputados e cōselhos da vniversidade de coimbra eu elRei vos enuiu m^{to} saudar | se o Reitor dom manoel de meneses fose partido para minha corte ao tempo q̄ vos for dada a carta q̄ vos mado em reposta da que me escreuestes sobre o negoço da renda do collegio o q̄ não cuido ei por bem e vos mando q̄ posto q̄ o dito dō mel seia vindo sem procuração e sem esperar por minha reposta o q̄ não deuera de fazer nē vos ordenar cūprais enteiram.^{te} o q̄ na dita carta vos mando q̄ façais e polla ordem e maneira q̄ se nella cōtem emvieis a dita procuração ao dito dō mel se ia for vindo p^a o poder ouuir cō. ella e o escriuão do cōselho fara asento em q̄ trelade esta minha carta p^a por ella se ver q̄ sem embargo de não ser o dito Reitor presente e sem embargo de o terdes emuiado a mī por parte da vniversidade e de qualquer estatuto q̄ aia em cōtrairo ouue por bē q̄ se cumprisse o cōtheudo na dita carta asi e da maneira q̄ mandaua q̄ se ffizesse estando o dito Reitor presente e a p^o gomez madeira meu capelam escreuo e mando q̄ uollo digua asi de minha parte andre sardinha a fez em lix.^a a 22 dias de nouebro de 1557. mel da costa a fez escreuer |

E lidas as ditas cartas por mī escriuão abaixo nomeado em voz alta q̄ todos as ouuirão lij mais outra carta q̄ sua alteza escreueo ao dito p^o gomez madeira | em q̄ lhe mandaua q̄ de sua parte disese no dito cōselho q̄ mandase a dita procuração

ao Reitor no modo q̄ na carta proxima a este asento treladada se cõtem. E dizendo o dito p^o gomez madeira algũas palavras. p^a effeito do cõtheudo na dita carta de sua alteza se saio |

E vistas e ponderadas as ditas cartas se asentou. q̄ não era segundo jussam de sua alteza o q̄ nellas mandaua por ainda não ter visto os apõtam.^{tos} que lhe a vniverside manda nẽ ouuido ao Reitor dõ me^l de menezes q̄ por sua ordenança vai cõ elles p^a dar as rezões. q̄ tem. p^a não dar a procuração q̄ se pede p^a se aplicarẽ ao collegio das artes. o hũ cõto e quatroctos mil r̄s. em as propriedades asinadas. e por ser cõforme as ordenações deste reino e a dereito quãdo os principes não sam bem informados em algum casso aspero q̄ redunde em detrim^{to} dos subditos e da repubrica sobre estar na execução de seus mādados ate lhes rescruer e informar da verdade e tambem por este collegio e corpo da vniversi.^{de} ter o dominio e administraçam dos beis e rendas asi eclesiasticos como seculares q̄ lhe forão dotados pollos Reis deste Reino e cõfirmados pollo santo padre para se despenderẽ cõ os lentes e p^{as} della | pollo q̄ eram administradores | e os não podiam em alhear senão em proueito euidente da mesma vniverside o qual em se aplicarẽ ao collegio de q̄ os hirmãos da cõpanhia ora tem carrego não ho auia antes mujto dãno e graue prejuizo | por elles não poderẽ cūprir cõ as obrigações delle e não podendo ou não querendo os não poderẽ obrigar e tambem por a dita cõpanhia por algũs casos poder çesar. e por outras rezões q̄ se apõtarão | e tanbem | por q̄ tirados dous cõtos e ductos mil r̄s q̄ importam e rendem as rendas q̄ os padres nomeam | do corpo da vniversidade sem duuida ella se acabaria e desfaria por não ficar renda bastante para seus gastos ordinarios e extraordinarios q̄ importam quatro cõtos e quinhētos mil r̄s afora o q̄ se hade pagar das jubilações q̄ sam mujtas e a obrigação em q̄ a vniversidade esta de fazer escollas ospital e cadea | e tambem polla baixa das rendas q̄ se espera vindo o pam a sua justa valia. E sobretudoo por não poderẽ cõsentir na tal desmẽbraçam de rendas sem pecado mortal por serẽ administradores como dito he | asẽtarão todos q̄ o tal cõsẽtim^{to} se não dee nõ a procuração q̄ para ello se pede | e q̄ se ofreça a sua alteza o gasto e despesa das cadeiras das ciencias q̄ no dito collegio se leem. e algũa cousa mais q̄ asentara dõ me^l de menezes Reitor cõ o dito sõr para se descarregar em algũa maneira sua faz^{da} da esmola q̄ fazia aos hirmaos da dita cõpanhia | ho qual salario q̄ asi se lhe asentar se lhes dara no Ror das rendas da vniversidade e cometeo se aos lentes de prima vespõra e terça q̄ veiam as ditas cartas, e comunicuẽ a reposta q̄ se ha de emviar a sua alteza a qual seia cõ mujta breuidade e juntos asi como se asentou. e comunicadas as clausulas e razões. q̄ a carta deuia de leuar se cometeo ao doutor joam de morgoueio e ao doutor aires pinhel q̄ a escreuam e notem | diogo daz^{do} o escreui

dom Jorge dalmeida

dtr martin^{us}

D morgovejo

ledesmi^{us}

o Doctor Manoel da Costa

Doutor tomas Roiz^o 1.

REPOSTA DE DÕ MEL DE MENESES

REITOR | A CARTA Q̄ LHE ESCREUEO O CÕSELHÕ

«Aos treze dias de dez^{to} de jbc l^{ta} e sete aõs. na çidade de coimbra e sala dos paços delRei nosso Sõr. sendo hi presente o sõr dõ jorge dalm^{da} Reitor e os lentes

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 109 e segs.

deputados e cōselhos e cōseruador q̄ por todos afora o sōr Reitor sam vinte e oito pessoas, juntos e chamados a cōselho e conselho mor fazendo segundo seu costume hi se leu hũa carta q̄ dó me^l de meneses Reitor mandou em resposta da carta q̄ lhe o cōselho escreueo oferecendo lhe q̄ hiriam dous doutores para o acōpanharé e ajudaré nos trabalhos dos negoçios da separaçã dos beis q̄ os collegiaes de Jhu requeré | e elle dando cōta do q̄ tinha feito | dise q̄ tinha em merçe, a oferta e poré que lhe pareceria q̄ danaria mais o negoçio vendo la algum doutor e q̄ por agora não era neçesaria sua yda q̄ releuando elle avisara do q̄ se deue fazer, e q̄ por outra q̄ escreuia ao sōr Reitor saberiam o q̄ pasaua | a qual vista e lida | em q̄ no primeiro capitullo dava cōta do q̄ tinha feito e de quã mal recebido era dos sñes da corte a quē comunicara ho q̄ os yrmãos da cōpanhia requeriam | e avissaua mais outras cousas neçesarias ao bem e proveito da vniversi.^{de} emcomẽdando q̄ se fizesse hũa proçisam em q̄ se pedise a nosso sōr, ordenase este negoçio como mais seu seruiço fosse | E no derradeiro capitullo dezia q̄ aquelle dia q̄ era de nossa Sñra da cõceiçã o mandara chamar a reinha nossa sñra estando presente o cardeal jff.^{te} e o bispo do algarue e o bispo de portalegre e o doutor anto pinhrº e baltasar de faria, e q̄ em presença de todos quis ouuir as razões da vniversi.^{de} e q̄ ouuidas | disera a reynha q̄ não emtendia q̄ se desmẽbrasem os lugares, q̄ se nomeauam pa^s os yrmãos da cõpanhia | da vniversi.^{de} senão as rren las, para se mãteré | ficando a vniversi.^{de} a jurdição de aRendar e aforar as terras e q̄ quanto | ao collegio q̄ auia de ser isento e q̄ soom^{te} elRei como proteitor o auia de mandar visitar e q̄ o Reitor e os da vniversidade ficariam por olheiros para o auisar se elles cõprias as suas obrigações ou não | e q̄ folgaria q̄ a vniversi.^{de} lhe mandase hũa carta q̄ pudese mostrar do q̄ seria bem cõceder lhe E vista a dita carta | se derã graças a nosso sōr por todos | por suas altezas, ouuiré o Reitor e quererem q̄ as cousas e razões da vniversi.^{de} se praticasem, esperando polla just^a q̄ ella tem, q̄ este negoçio suçederia bem. | E logo praticarão sobre os pontos contheudos na carta pa^s responderé ao dito dó manol de meneses Reitor | e asentou se q̄ os lentes de prima vespora e terça q̄ praticarão e responderão | as cartas pasadas, respondam, e pratiquem, este negoçio e respondam ao dito Reitor cõtanto q̄ o q̄ asentaré refiram neste cōselho | e quanto a preçisam asentou se q̄ se diguam algũas missas votiuas |

E juntos os ditos lentes elleitos | o dito dia a tarde na casa do cōselho | cõ o dito sōr Reitor | asentaram por muj^{tos} resões de dereito q̄ apontarão, e per outros emxempros, q̄ em ninhũa maneira se cõçeda aos ditos hirmãos averé, o ordenado q̄ lhe for asentado para salairo dos lentes do collegio em ninhũa renda nē lugar çerto por muj^{tos} emcõuenientes q̄ se hi apõtarão em perjuizo da vniversi.^{de} por se seguir hũ mesmo effeito da applicaçã q̄ tinham apontado asi em lugares, como nas rendas delles | e q̄ soom^{te} se lhes ofreça o salairo q̄ he ordenado pollos estatutos para os lētes das çiençias emferiores, como uai declarado nos apontam.^{tos} q̄ o dito dó me^l leuou, e q̄ o dito Reitor procure q̄ o dito cōselho se visite pollo Reitor e cōselho e este a elle sujeito | para liçitam^{te} se lhe poder aplicar o dito salairo cõforme a bulla do santo padre q̄ dispoem q̄ os frutos das rendas da vniversidade se gastem cõ os lentes e pa^s della e q̄ não podendo ser por esta maneira q̄ ao menos o Reitor da vniversi.^{de} os posa visitar hũa vez no año como superintendéte para saber se os lentes, cumprem suas obrigações, e cometeo se ao doutor frei martinho de ledesma e ao doutor yo de morgoueio | q̄ sobre os ditos pontos façam hũs apontam^{tos} juridicos cõ todas as razões neçesarias pa^s o dito dó me^l os poder amostrar e se saber a vontade e o q̄ a vniversi.^{de} pode no caso fazer | e asentou se q̄ se escreua ao sōr dó me^l dando lhe os agradeçm.^{tos} do muj^{to} q̄ fazia por esta vniversi.^{de}

e mandou se a mí escriuão q̄ a faça a carta cō o sōr Reitor e mais se asentou. q̄ o domingo seguinte dezenou de este mes. se digua na capella da vniversi.^{de} hūa misa cantada ao Esprito Santo e q̄ se denuncie aos lētes doutores estudantes e pas da dita vniversi.^{de} q̄ se achem nella e roguē a nosso sōr pollo estado e bom successo da dita vniversi.^{de} djo dazo o escreui e pus a carta |

dom Jorge dalmeida

Marcos Romeiro¹.

SOBRE HUA CARTA DE DŌ MEL DE
MENESE PA A VNIVERSIDE

«Aos çinq̄ dias do mes de feuro de mjl e bc l biiij años na cidade de coimbra e sala dos paços delrej nosso sōr sendo hy presente o sñor Dom yorge dalm^{da} Reitor e os lentes deputados e cōselhr.^{os} s. o doutor marcos Rom^{ro} e o d. alu^o dafonseq̄ e o d. james de morais e o d. gar glz e o d. luis de crasto e o d. fernão paiz e o d. mel da costa e o d. eitor roiz e o d. aires pinel e o d. aluro vaz e o d. e o d. p^o barbosa e o d. p^o nñez e o d. frco lopz cō outros lentes cōselhros e deputados q̄ por todos afora o sōr Reitor erã uitaq̄atro ētre os q̄aes estaua marti glz da camar^a a q̄ eu escriuão dej juram^{to} q̄ bē e verdadr^{amēte} serujse o offiçio de deputado por ja estar eleito pelo cōselho | sendo asi juntos e chamados a cōselho e cōselho moor fazendo segundo seu costume hai se leo hūa carta de dō mel de meneses Reitor ē que daua conta como sua alt. escrvia a vnjverside acerca da sustentação dos padres da cōpanhia q̄ deuia a vnjverside de teer ē m^{to} a merçe q̄ sua al. lhe fazia pois q̄ elrey q̄ ds tē ē sua vida tinha ya prometido aos dītos padres muj maior cōtia ē beis de raiz do q̄ se lhe agora daua e mais liurem^{te} e q̄ sua alt. limitaua isto q̄ se lhe paguase a dro cō se teer conta se liã ou não p^a os auerē de multar e não lendo não lhe pagarē | ainda q̄ q̄anto a jurdição e ujsitação dos lentes e lições por çertos respeitos auia sua al. por seu seruiço auocala a si durando os dītos respeitos e q̄ das rendas da vnjuerside se lhe auja soom^{te} de dar tres mil +dos | e a cadras a q̄ se obrigauão erã 18 ou 19. e q̄ sua alt. se obriguaua q̄ faltando ē algun tempo ha vnjuerside pagamēto p^a suas obrigações asi presētes como futuras as mād^a cōpor das rendas do Reino atee a prouer de rendas bastantes o que tudo e mais na dita carta se cōtinha copiosamēte | depois de asi lida de verbo ad verbū no dito cōselho o sñor Reitor propos e particou as dītas rezões asi pelo q̄ da dita carta se collegia como tãbē pelo q̄ particularmēte Dom mel de meneses lhe tinha escrito pelo q̄ pareçia a vniversidade não padeçer o detrimēto q̄ se dantes esperaua e q̄ visē suas m. m. a repost^a e meio q̄ niso se teria q̄ seria bōo a vnjuersidade escrever ao sōr Dom mel dando lhe agardeçim^{tos} da cōta e cuidado q̄ tinha da vniuerside | Ho que ouue uotos não seer por agora neçessaria repost^a q̄ se deuia dilatar atee vir ha carta de sua al. q̄ ho entento de dō mel de meneses não era mais senão preparar e auisar a vniuerside ātes da carta de sua al. para saberē ho q̄ se deuia responder q̄ na carta q̄ particularm^{te} ho sñor Reitor lhe escreuese podiam ir os agardiçim^{tos} da vnjuersidade | cōtudo a mor parte dos uotos foy q̄ todauja lhe escreuese a vnjuerside mesmo como se responderia ouue mujtos pareceres algūos uotos diserã q̄ simplesmente lhe escreuese ha vnjuerside dando lhe soomēte agardeçim^{tos} de q̄oanto trabalhaua e fazia pela vniuerside | outros ouue q̄ pareçia bē que logo se replicase os ecōuenjētes q̄ podiã vjr a unjuerside de tal asiento e detrimjnção porq̄ depois de ujn^{da} a carta sofreria mal sua alt. as repricas outros ouue q̄ pareçia pouq̄dade

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 112 e segs.

ãtecipar se a vnjuersidade no agrauo esperando m.m. de sua alt. disi se tãbẽ q̄ se respondese ẽ q̄ tanto sua alt. diz q̄ auendo falta nas rendas da vniversidade por respeito do q̄ lhe tirãõ para os padres da cõpanhia q̄ se supra das rendas do reino parecja mjllhor q̄ auẽdo falta ficase na parte dos padres por que muj mais façilmẽte aueriã pagamẽto das rendas do reino q̄ os lentes da vnjuersidade q̄ nã tinhãõ p^a iso tãto fauor e aderẽcia e q̄ nisto se fazia boa obra a vnjuerside e q̄ eles nada perdiã ãtes ganhauã ẽ auer boa liança e cõformidade de sua parte | algũus ouue que diserãõ q̄ se nãõ deuja de cõsentir no nãõ daarẽ obediẽcia segũdo tinhãõ ya dito e apõtado e q̄ se cõ cõscia podiãõ consentir no q̄ na corte se asentaua ẽ preuijo da vnjuerside q̄ dauãõ seu uoto no q̄ se respondese e doutra man^{ra} nãõ | asi tãbẽ se dise nãõ serẽ neçessarias tantas cadr^{as} no collegio como diz na carta e serẽ algũas mais pertẽcẽtes e neçessarias nas escolas de cima o q̄ tudo se praticou e altercou dando se p^a iso mujtas rezões cõcluiuse por derad^{ro} p̄ reducerer ad pauciores aos q̄ ya o negoçio se cometera e o q̄ detrimjnascẽ se faria sã aver mais uotos sobre sua detrimjnascãõ som^{te} se podese cõmunjcar as duujdas cõ os q̄ isto aujã de asentar co sñor R^{tor} e depois de asẽtado se comunjcasse a todos para estarẽ jnstrutos no negoçio e tudo fosse cõ breuidade paulo de baros ho espreuy em ausẽcia de djo daz^{do}

dom Jorge dalmeida

o d. James de moraes

Marcos Romero¹.

OS DOUTORES Q̄ P^A NOTAR A PP^{CAM} FORÃO ELITOS

«Aos sete dias do mes de feuro de jbc l biiij años na çidade de coimbra e paços del Rey nosso sñr na casa hode se custuma fazer cõselho sãdo hy presente o sñr dõ jorge dalm^{da} Reitor desta vnjuersidade cõ certos lãtes doutores. s. o doutor marcos Romr^o e o d. alu^o dafonseq^a e o doutor morgouejo e o d. melchor cornejo e o d. mel da costa e o d. ejtor roiz e o d. ayres pinel todos jũtos chamados a cõ e cõselho fazẽdo ho sñr R^{tor} dise como ficara asẽtado no cõselho moor supra spto q̄ se respondese a carta e por q̄ fiara asẽtado q̄ reduceretur ad pauciores q̄ suas m m. vjsta agora a Reposta q̄ njso se daria e altercado ho q̄ seria bẽ q̄ se respondese se cometeo a doutor morgouejo e ao doutor ajres pinel q̄ fizesẽ e notasẽ a dita reposta q̄ era nãõ se poder doar aos padres da cõpanhia de Jhũ mais de hũu cõto das rendas da vnjuersidade e q̄ auẽdo falta nas rendas fosẽ as paguas igoaes q̄ asi se soprise a falta aos padres de Jhũ das rendas do reino como aos lãtes e officiaes da vnjuerside e q̄ o R^{tor} da vnjuerside ao menos duas uezes no año ujsytase os lentes do collegio p^a saber se se gastaua o dito cõto q̄ a vnjuersidade daua cõforme ha obrigaçãõ para q̄ se lhes daua paulo de baros ho espreuy ẽ ausẽcia de djo daz^{do}

dom Jorge dalmeida

o D. James de moraes

Marcos Romeiro².

DUAS CARTAS DELREY PA A VNJUERSI

DADE SOBR MÅDAR A VNIUERSIDADE PP^{CAM} A DÕ MEL

«Aos xbj djas do mes de feuro de jbelbiiij años na çidade de coimbra e sala dos paços delRey noso sñor sãdo hi presente ho sñor dõ jorge dalm^{da} Reitor ẽ ausencia de dõ mel de meneses Reitor e o doutor marcos romr^o e o doutor alu^o dafonseq^a e o doutor djo de gouuea e o doutor yames de moraes e o doutor gar glz e o d.

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 115 e segs.

² *Idem*, *Ibidem*, vol. 3, fls: 116 v.º

melchior cornejo e o doutor luis de crasto e o doutor fr^{co} lopz e o doutor me^l da costa e o doutor eytor roiz e o doutor aires pinel e o doutor alu^o vaz e o doutor p^o barbosa e o b^r fr^{co} machado a q̄ logo eu espriuão dej iuram^{to} de b^e seruir por ja eleito p^a deputado e o bacharel graujel da costa e o l^{do} jorge de saa e o m^{te} gar da costa e o m^{te} p^o de sousa e o b^r dom jo deça bacharel d^o dafonseq^a e o bacharel lionis sjmões e o m^{te} danjel da costa e o m^{te} a^{to} soares e o m^{te} marti glz da cam^{ra} e o bacharel y^o de fig^{do} e alonso prea m^{te} do canto lentes deputados cõselhr^{os} juntos e chamados a cõselho e cõselho moor fazendo segundo seu custumẽ | hi presẽtou p^o gomez mad^{ra} duas cartas del Rey noso s^{or} sobre ho asẽto e detrimjnção q̄ se tomou açerca do huũ conto e q^{atrocẽtos} mjl r̄s q̄ cadaño se hãõ de pagar aos padres da cõpanhia q̄ tẽ o collegio das artes nesta vnjuersidade e asy sobre o mais q̄ toca ao governo do dito collegio | e o trelado delas de verbo ad verbũ he o q̄ se segue

Reitor lentes deputados e cõselhr^{os} da vnjuersidade da çidade de coimbra | Eu El Rej uos ẽvio m^{to} saudar | Eu ouuj o R^{tor} dom me^l de meneses no negoçio da sjnação e applicação dos huũ cõto e q^{atroçentos} mjl r̄s ao collegio das artes de q̄ os padres da companhia de Jhũ tẽ a admjstraçã e governaçã por mãdado de elrej meu s^{or} e auo q̄ sca gloria aja | e o dito d^o me^l me apresentou por parte da ujuerside as rezões e incõvenjentes por q̄ vos pareça q̄ nãõ cõvinha effectuar se o dito negoçio pela ordẽ e man^{ra} q̄ vo lo esprevj | e v^{to} tudo por alguũs justos respeitos e por fazer merce ha vnjuerside ey por b^e q̄ os ditos padres da cõpanhia ẽ q̄anto tiuerẽ cargo e admjstraçã do dito collegio e cõprirẽ as obrigações delle cõforme ao regim^{to} delRey meu s^{or} e auo de q̄ vsarã ẽ q̄anto lhes eu nã ordenar outro regim^{to} tenham e ayãõ a custa das rendas da vnjuersidade huũ conto e duzentos mjl r̄s ẽ cada huũ año p^a q̄ esas terças do año como se costumãõ pagar aos lentes e offçiaes da dita vnjuerside e q̄ da dita cõtia e huũ cõto he duzentos mjl r̄s lhe pase o Reitor da vnjuersidade ẽ cada huũ ano no prinçipio delle mãdado p^a lhe serẽ pagos as terças cõ çertidãõ do R^{tor} do dito collegio ẽ cada terça de como se nela lerãõ todas as clases ordenadas no dito collegio e todas as cadr^{as} dartes e lingoas e das mais q̄ pelo dito regiũto forẽ obrigados leer e p^a q̄ os ditos padres da cõpanhia e asi os lentes e offçiaes da vnjuersidade seyãõ b^e pagos ey por b^e que as rendas della se aRecadem por huu prebend^o ou por mais prebẽdros seg^{do} mjllhor e mais neçesario parecer | os q̄aes serãõ obrigados pagar a termo çerto das ditas terças | e auẽdo mais de huũ prebẽdr^o aq̄le cõ q̄ ficarem as rendas das jgrejas da beyra e das capellas de s^{cat^{na}} seja obrig^{do} a pagar os ditos huũ cõto e dozentos mjl r̄s aos ditos padres as terças pela man^{ra} acima dita prim^{ro} q̄ faça outro alguũ pagam^{to} ou desp^a | e satisfeitos eles do q̄ lhes couber a sua terça ẽtreguara o q̄ lhe della remaneçer a quẽ lhe for mãdado pelo R^{tor} da vnjuerside e isto cõ declaraçãõ q̄ se pela çertidãõ do Reitor do collegio constar ao R^{tor} da vnjuerside a quẽ o dito prebendro a leuara aites de lhe fazer pagam^{to} de tall terça q̄ no dito collegio se nãõ leo algũa clase ou cadr^a das q̄ cõforme ao dito regim^{to} os ditos padres sãõ obrjgados leer por elles nãõ prouerẽ de lente p^a a tall clase ou cadr^a o dito R^{tor} da vnjuerside lhe fara descõtar e pagar menos do q̄ na dita terça deujãõ daueer soldo a liura aq̄la cõtja q̄ lhe b^e parecer por o tempo q̄ se asi nãõ leer ha dita clase ou cadr^a nã pagando ho q̄ asy arbitrar e se ouuer de descõtar da cõtia do sallairo q̄ ao lente da tall classe ou cadr^a he ordenado pelos statutos q̄ tratãõ da ordem e sallario dos lentes do dito collegio e admjstraçãõ delle quãdo os ditos padres o nãõ tiuesẽ a seu cargo e o nãõ admjstrasẽ e regesẽ os q̄aes huũ cõto e dozentos mjl r̄s ey por b^e q̄ os ditos padres vççãõ e começẽ dauer do prim^{ro} dia dabrill deste año presente de

belbiiij é diante e lhes sejam pagos no Recebedor ou prebendro das ditas rédas da vniuerside e q̄ os duzētos mjl r̄s q̄ fallecē para cōprim^{to} dos ditos huū cōto e q̄atro cētos mjl r̄s q̄ el por bē q̄ aos ditos padres se deē por cōprirē as obrigações do dito collegio se lhe paguē a custa da mjnha fazenda cada huū año ē q̄anto lhos não asētar nas rendas da vnjuerside quouando as rédas della não abastarē para pagua- mētos dos lentes e officiaes q̄ ouuer nella e para as obrigações q̄ ao tall tempo a dita vnjuersidade tiuer E q̄anto a superentendēcia e superiorjdade do dito collegio | eu depois de teer sobre yso ouujdo dō mel e v^{tas} as rezōes q̄ elle por parte da vn- uerside apresētou para o q̄ tocava ao dito collegio auer de ficar debaixo da jurdição do Reitor e cōselho como mēbro della e por alguūs justos respetos q̄ parecerão de mais serujço de noso sōr e q̄ cōpria mais a q̄etação da vnjuersidade e a meu serujço e a bē do q̄ do dito collegio se pretende e espera ey por bē de auocar e reseruar para mj a supriorjdade e ujsytacão do dito collegio para o mandar ujsitar e veer q̄ando tiuer ēformaçã q̄ cumpre e ujr que he neçessario e q̄ ho R^{tor} e cōselho da vnjuersidade se não ētometão ē as cousas q̄ a governãça do dito collegio pertēcerē e lhes cumprão e goardē inteiram^{te} todos os priuilegios e liberdades graças e ex- ções q̄ tiuerē por mjnhas prouisões e pelas q̄ ho dito sōr Rey meu auo cōcedeo ao dito collegio | pelo q̄ vos emcōmiendo mujto q̄ dees todo o fauor e ajuda para q̄ os ditos padres cō maior uōtade presiguã o cujdado e dellegēcia q̄ atee o presente mos- trarão na boa ordē e creação e exerçicão do dito collegio por q̄ receberej diso mujto cōtentam^{to} | e allem de o uos asj por este respeito e por me seruir fazerdes e de ha obra ser de tanto serujço de nosso sōr e bē comū de meus reinos e s̄rios os padres folguarão de desestir de sua parte dalgūas q̄ ell Rey meu sōr e eu ē fauor do dito collegio lhe tinhamos cōcedidas | Jorge da costa a fez ē lixa ao prim^{to} dia de feuro de jbelbiiij | mel da costa a fez esprever

Reitor lentes deputados e cōselhros da vnjuersidade de coimbra | Eu elRey uos enujo m^{to} saudar por outra mjnha carta uos faço a saber ho asēto e detrimjnacão q̄ tomej e ey por bē q̄ se cūpra acerq̄a do huū cōto e q̄atrocentos mjl r̄s ē cadaño q̄ se hão de pagar aos padres da cōpanhia de jhū q̄ ora tē o carrego e admjstra- ção do collegio das artes nesa vnjuersidade e así sobre ho mais q̄ toca ao governo do dito collegio | e por q̄ p^a maior cōformjdade e firmeza do dito asēto e detremj- nacão he rezão q̄ se sayba ē todo tempo q̄ eu ho ordenej cō aprazim^{to} da vnjuers- idade a q̄l folgarey sēpre de fazer merçe | vos ēcomendo e mado q̄ ēujes ao Reitor dom mel de meneses poder cōprido e ppç^{am} bastante p^a se o dito asēto e determja- ção effectuar e acabar pela ordem e man^{ra} q̄ se contē na dita mjnha carta | ho q̄ cō- prires e fares cō toda deligençia p^a q̄ tragua a dita ppç^{am} p^o gomez meu capellão a q̄ esprevo q̄ se uenha logo cō ella ãdre sardinha a fez ē lixa o prim^o dia de feuro de jbelbiiij | Mel da costa a fez esprever não faça duuida o horado q̄ diz asēto e de- trimjnacão fez se na verdade e se apagou | e lidas as ditas cartas por mj esprivão sēdo presēte o dito p^o gomez pedio ao sōr R^{tor} e cō q̄ cō breujdade respondesē como sua alteza mandaua e se saio do dito cōselho p^a fora | E v^{tas} as ditas cartas cō o q̄ se nellas cōtinha se asētou q̄ ho outro dia se ajuntarē cō ho sōr R^{tor} os ca- therdaticos de prima bespera e terça por q̄ entre tanto cujdasē no q̄ seria bē res- ponder a sua alteza e q̄ no q̄ asētasē e se resoluesē outra vez se comunjcase no claustro pleno paulo de baros o espreuy

dom Jorge dalmeida

o D. James de moraes

Marcos Romeiro» 1.

1 Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 116 v.º e segs.

Q̄ SE MÂDE A PPCAM A DÕ MEL DE MENESES RTOR

«Aos xbij dias do mes de feuro de jbelbiiij años na çidade de coimbra e paços del Rej noso sōr na casa honde se costuma fazer cōselho sēdo hi presente o sñor dom jorge dalm^{da} Rtor da vnjuersidade e ausençia de dom mel de meneses e o doutor marcos Romro e o doutor aluro dafonseqa e o doutor morgouejo e o doutor yames de moraes e o doutor gar glz e o doutor melchior cornejo e o doutor mel da costa e o doutor eytor roiz e o doutor ajres pynel e o doutor thomas roiz todos juntos chamados a cōselho e cōselho ffazendo ho dito sōr Rtor prepos e dise ho q̄ ficara asētado no cōselho atras honde se apresētará as cartas de sua alt. e q̄ deujã todos de asētar e cōvir em hũa cousa por que não ouuese no claustro segujte variedade e todos se conformasē cō seus pareceres e asy cō breuidade respondesē a sua alteza e q̄ p^a iso erã ali juntos e depois de allegadas mujtas rezões por elles sñrs se asētou q̄ se mandase a ppcam a dom mel de meneses Reitor p^a se darē das rendas da vniuersidade os tres mjll cr^{dos} aos padres da cōpanhia cadãno p^a o salairo das ditas cadr^{as} do collegio e q̄ na carta q̄ se esprevese a sua alt. se emcareçese mujto dar lhe a vnjuerside tãto q̄ era tirar o sangue do braço e fazer ho emposyuel | e q̄ depois de dados e offereçidos os tres mjll cr^{dos} fose a ppcam lemjtada q̄ as paguas fosē igoaes asi na perda como no ganho e q̄ se paguasē juntam^{te} os lēntes do collegio cō os lentes da vnjuersidade e offiçiaes dela e auendo falta no pagam^{to} p^a q̄ se aja de suprir das rendas do reino jūtam^{te} se supra p^a todos e e tudo fiquē igoaes cō os lentes e offiçiaes antigos | e q̄ tanto as pagas do collegio q̄ se pasasē tres mādados .s. cada terça huū e asy tres no año por q̄ auendo multas ātes da pagua logo se descōtase e cada terça o q̄ coubese na multa e q̄ o Rtor da vnjuerside ujsitase cō duas ou tres p^{as} q̄ lhe bē pareçese os ditos lentes do collegio pelo menos duas uezes no año p^a se saber como a vnjuersidade gastaua e destrebuja seus bēes se era cōforme a bula cōcedida pelo sco padre ha a vniuersidade e asy eformase sua alt paulo de baros o sprevj e risquej pelo menos

dom Jorge dalmeida

o D. James de moraes

Marcos Romeiro • 1.

APPUAÇÃ POR TODOS DA PPCAM

«E depois desto aos xbij djas do dito mes e era na dita çidade e paços delRey noso sōr na sala grande honde se custuma fazer o cōselho moor sēdo hi presente ho sōr dom jorge dalm^{da} Rtor e o doutor frey martinho de ledesma e o doutor marcos Romro e o doutor aluro dafonseqa e o d. y^o de morgouejo e o doutor james de morais e o doutor gar glz e o doutor melchior cornejo e o doutor luis de crasto e o doutor mel da costa e o doutor ejtor roiz e o doutor ajres pinel e o doutor aluro vaz e o doutor y^{mo} pra e o doutor p^o barbosa e o doutor thomas roiz e o doutor frco lopez e o br. y^o de fig^{do} e o bñ grauaj da costa e o br frco machado e o ldo jorge de sa e o bñ frco de melo e o mte marti glz e afonso perea mte do canto e o mte gar da costa e o mte do roiz e o bñ do dafonseqa e o bñ lionis symões e o mte danjel da costa e o mte ato soares e o mte p^o de sousa e o bñ melchior do amaral e

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, ff. 119 e segs.

o ldo jnofre frco p^{dor} da vnjuersidade | lentes deputados conselheiros juntos a cõselho chamados e cõselho fazendo ho sör R^{tor} dise e propos ho q̄ estaua asétado no cõselho atras dos lentes prima vespora e de terça o q̄ pareçeo bẽ e q̄ asy se fizese e njso asétarão quasy todos paulo de baros o esprevyo¹.

FORMA DA PPCAM

•Aos xxiiij dias do mes de feuro de jbcibij años na çidade de coimbra e paços del Rej nosso sör e casa do cõselho honde se custuma fazer o cõselho da vniuersidade sêdo hi presente ho sör dom jorge dalm^{da} R^{tor} cõ hos sfs doutores marcos Rom^{ro} alu^o dafonseq^a james de morais gaspar glz eitor roiz melchior cornejo aires pinel todos juntos cõselho fazendo e p^a iso chamados haj se lerão hũa ppcam e huïs capitulos q̄ fezerão e notarão o doutor y^o de morgouejo | q̄ tâbẽ hi era presente no dito cõselho | e o doutor aires pinel e depois de tudo vjsto e lido e asi mesmo hũas rezões tratarã eles sör R^{tor} e sfs dd. q̄ aq̄la era a ppcam q̄ se auja de mãdar a sua alteza como mãdaua pedir a vnjuersidade p^a se fazer na corte ho cõtrato sobre ho cõto e duzentos mjl r̄s q̄ a vnjuersidade daa aos padres da cõpanhia e por q̄anto ha vnjuersidade era junta e chamados a cõselho p^a a verẽ e cõsemtirẽ por ela no dito cõtrato q̄ asentase átes do cõselho na forma e man^{ra} q̄ seria boõ yr a dita ppcam e asétou se por eles sfs q̄ os capitulos fosse incorporados na ppcam por via de declarações e não por capitulos distintos por asi parecer mais cõvenjete por q̄ se auja de treladar no cõtrato ha dita ppcam paulo de barros o esprevyo.

CÕSENTIMTO DE TODOS SOBRE A PPCAM

•E logo no dito dia mes e era nos ditos paços na sala grande deles sêdo hi presente ho dito sör R^{tor} cõ os lentes deputados e cõselhos .s o doutor marcos rom^{ro} e o doutor alu^o dafonseq^a e o doutor y^o de morgouejo e o doutor james de moraes e o doutor gar glz e o doutor belchior cornejo e o doutor luis de crasto e o doutor eitor roiz e o doutor ayres pinel e o doutor alu^o vaz e o doutor y^{mo} p^{ra} e o doutor symão de saa e o doutor frco lopez e o bacharel y^o de fig^{do} e o bacharel grauuel da costa e o bacharel frco machado e o bacharel frco de melo e o ldo jorge de saa e o m^{te} marti glz da camara e o bacharel dõ n^o deça e afonso perea m^{te} do cãto e o m^{te} p^o de sousa e o m^{te} djo roiz e o m^{te} ato soares e o bacharel lyonis simões e o m^{te} frco carlos e lugar de cõselho a q̄ eu esprivão logo hi dej juram^{to} e o m^{te} mel de pina |

propos o sör R^{tor} como erã ali juntos p^a se uer a ppcam q̄ sua a mãdaua pedir p^a dõ mel de meneses e nome da vnjuersidade fazer o cõtrato entre os jrmãos da cõpanhia e a vnjuersidade e q̄ eu esprivão a leese e uoz alta q̄ todos ouujse a q̄ eu ly e depois de asy lida e de todos ouuida dise o sör R^{tor} q̄ por q̄anto no outro cõselho pleno atras não se tratara nẽ asétara se jria na ppcão q̄ o R^{tor} do collegio das artes jurase de bẽ multar os lentes do collegio q̄ agora se uotase sobre jso e asétou se pela mor parte q̄ não deuja de jr aquela clausula na ppcam e q̄ podia jr nas rezões de fora e q̄ se tirase por asy parecer mjlor e q̄ no mais fosse a ppcam como estaua pois era conforme ao que ya estaua asétado e tratado no cõselho atras e se

¹ Arquivo da Univerisidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 120 e v.º

asétou q̄ na nota asynasē alguũs dos doutores presentes ē nome de todos paulo de baros q̄ o espreuj asinou se o q̄ se fez neste dia aqui

dom Jorge dalmeida

o D. James de moraes

Marcos Romeiro» 1.

SOBRE A P^{PCAM} PA O CÔTRATO DOS PADRES DA
CÔPANHIA

«Aos uintaseis dias do mes de feuro de j bclbij años na cidade de coimbra e sala dos paços del rey noso sñor sendo hi presente o sör dom jorge dalmeida q̄ ora serue de R^{tor} em ausençia de dom mel de meneses cõ os lentes e deputados e cõselhros q̄ pasauão de uita quatro afora o sör R^{tor} todos juntos chamados a cõselho e cõselho mor fazendo dise o sñor R^{tor} que no conselho atras se asentara depois de lida e ouujda a p^{rocuração} p^a se fazer ho cõtracto na corte cõ os padres da cõpanhia q̄ se mādase a p^{pcam} asi e da man^a q̄ estaua asētado e por q̄ tanto a dita p^{pcam} não hia na forma acustumada das outras q̄ se soē fazer por lhe faltar solemnidade de tests^a q̄ pareço bē a alguũs sñs q̄ para iso se tornase a reformar ainda q̄ auia mujtos q̄ lhe pareçia o cõtrairo pela posse ē q̄ a vniuersidade estaua ē se nã devassar nos cõselhos inriujo outras p^{as} de fora parte porē q̄ elles ora auia de mādard outra p^{pcam} a dō mel de meneses para doar ha obidiencia da vniuersidade a sua al. e p^a o juramento de proteitor q̄ podiã bē mādard a outra cõ toda a solenidade de ts^a e q̄ p^a iso erã juntos p^a asinarē e entreujrē tests^a ho q̄ asi se fez e asinarão na nota das duas p^{pcoes} cõ as tests^a q̄ forão presētes paulo de baros ho espreuy

dom Jorge dalmeida

o D. James de moraes

Marcos Romeiro» 2.

8

SOBRE HO LOUAMT^o PARA SE ASE
TARE AS DUUIDAS ENTRE A VNIUSIDE
E SANTA CRUZ.

«Aos vinte e tres dias do mes de feuro de j bclta e sete años na çidade de Coimbra e salla dos paços del Rei nosso sör sendo hi presente o sör Reitor o doutor a^o do prado e o doutor Marcos Romeiro | e o doutor m^{tre} aluro da fonseca e o doutor Joam de morgoueiio e o doutor James de moraes e o doutor belchior Corneio e o doutor luis de crastro pachequo e o doutor simão de saa p^{ra} e o doutor frei martinho de ledesma e o doutor Mel da costa. e o doutor aires pinhel e o d. aluro vaz e o l^{do} frco de lucena cõseruador e o doutor p^o nunez cosmographo mor e o doctor thomas Roiz e o d. cosme lopez e o d djo de cõtreiras. e o l^{do} fernão Roiz de gueuara e o l^{do} andre gomez e o mestre djo de paiua e o m^{tre} p^o de souza e o mestre p^o leitaõ e dō jorge dalm^{da} e o brel Mel daguiar e o l^{do} p^o barbosa e o mestre g^{ar} da costa e o l^{do} djo mēdez da costa e o mestre frco lopez. lentes deputados cõselhros juntos e chamados a cõselho mor e cõselho faz^{do} seg^{do} seu costume e era mais presente o l^{do} esteuão nigr^a sindico...».

Apesar do êrro do nome é de Alonso e não de Fernão de Guevara que se trata. Foi êrra manifesto do es escrivão do conselho.

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 3, fl. 122 e v.º

² Idem, *Ibidem*, vol. 3, fl. 123.

⁹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, 1553 P. 1557, fl. 339 v.º Noutro lugar transcrevemos na íntegra este documento.

¹⁰ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, fls. 447 v.º e 448.

¹¹ Idem, *Ibidem*, fl. 349 v.º

12

DEPUTADOS ELLEITOS

«Aos dez dias do mes de abril de jhc lta e sete años na çidade de Coimbra e çasa dos paços del Rei nosso sör, onde se faz o cõselho da vniversi.de sendo hi presente o sör Reitor dõ Mel de meneses e o. d. Joam de morgoueiro e o. d. Jorge lião e o. d. Mel da costa e o. d. jorge anRiquez e o ldo andre gomez e o. d. djo de cõtreiras e o mestre pº de souza e bacharel jorge pinto e o bacharel djo lopez daro e o mtre frco carlos e o mestre pº leitão e dõ jorge dalmda e o bacharel djo mendez da costa e o bacharel luis mtre e o bacharel eitor borges. e o bacharel djo darrosa e o mestre frco lopez deputados e cõselhrºs juntos e chamados a cõselho e cõselho fazdo segdo seu costume | logo hi forão elleitos por deputados. ss. o doutor thomas roiz em ausençia do doutor pº nunez e o ldo pº barbosa em ausençia de Mel daguiar e o bacharel djo da fonseca em ausençia de djo lopez daro q̄ estaua elleito em ausençia do doutor Mel doliur.a e o doutor tomas Roiz e o ldo pº barbosa receberão logo juram.to de bem seruir os ditos carregos e elles todos forão elleitos cõforme aos estatutos»¹

no dito cõselho [8 de maio de 1557] foi elleito o ldo alonso rois de gueuara lente danatomia e medeçina para seruir de deputado em ausencia do doutor pº nunez por quãto se declarou q̄ o doutor thomas roiz não podia seruir o dito carreguo por ser cõselhrº o mestre frco lopez seu cunhado djo dazdo q̄ escreui e asinou se aqui o acordo pasado e este juntamte

martin^{us}

dõ manõel de mñes

ledesmi^{us} 2.

¹³ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, 1553 P 1557, fls. 449 v.º e segs.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, fl. 354.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 452.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, fl. 456.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, fl. 461 v.º e segs.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, fl. 374.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, fl. 379 v.º e segs.

(Continúa)

DR. TEIXEIRA DE CARVALHO.

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2.º, fl. 418.

² Idem, *Ibidem*, vol. 2, fl. 423 v.º e 424.

O eclipse de 21 de agosto de 1914

Os resultados que obtive como consequência da observação fotográfica do eclipse do Sol de 17 de abril de 1912, em Ovar, contribuíram para que grande fosse o meu empenho de observar o eclipse de 21 de agosto último.

Duas conclusões importantes tinha julgado admissíveis para explicação das fotografias do fenómeno, obtidas com um aparelho cinematográfico munido duma objectiva de 7 cent. de abertura diafragmada a 1 cent., e $1^m,14$ de distância focal. A existência dum achatamento na Lua, e duma substância fortemente refrangente (atmosfera?) no fundo dos vales lunares.

Seria impossível confirmar agora a primeira hipótese, apresentada na comunicação que, em 28 de maio de 1912, tive a honra de fazer à Academia das Ciências de Paris, por ser indispensável para êsse fim que o eclipse se apresentasse em condições análogas, com o vértice do cone de sombra rasante à superfície da terra, como poderá ter lugar nos próximos eclipses de 3 de janeiro de 1927, e 28 de abril de 1930.

O estudo da variação de aspectos dos grãos de Baily, simétrica nos dois contactos interiores, primeiro brilhantes e depois corpusculares, ou inversamente, como se observa na fig. 1, reproduzida para fixar a natureza dêste fenómeno, poderia ser agora feito, e oferecia particular interesse justificar a hipótese que apresentei para a sua explicação no artigo publicado no vol. 1 da *Revista da Universidade de Coimbra*, e mais desenvolvidamente, na memória que tive a honra de apresentar ao congresso realizado em Madrid, em junho de 1913, pela sociedade para o avanço das sciências de Espanha.

Tendo encontrado na secção de sciências matemáticas da nossa Universidade o melhor acolhimento, e tendo-me sido consequentemente fornecidos os meios indispensáveis para poder realizar a observação dêste eclipse num ponto da zona central, apesar de ser para isso obrigado a uma grande deslocação, e da necessidade de ter pelo menos dois auxiliares, fixei-me na resolução de me instalar em Theodosia (Crimeia).

Satisfazia o convite que muito amavelmente me fôra dirigido pelo ilustre astrónomo Mr. N. Donitch, encarregado pela Academia Imperial de S. Petersburgo de dirigir as observações, e que, comissionado pela mesma Academia, tínhamos tido a honra de ter entre nós em

1912, e ocuparia o local especialmente aconselhado por oferecer uma probabilidade de setenta e cinco por cento de tempo favorável.

Infelizmente a lamentável guerra que tão repentinamente se desencadeou produzindo dolorosíssima surpresa, embora há tanto tempo fosse constantemente esperada, veio inutilizar as resoluções tomadas e os preparativos feitos. E numa época de tão vasta influência científica, numa época em que a sciência se desenvolve com um progresso incessante e vertiginoso e devia preencher todas as aspirações humanas e vivificar as crenças, a Europa tornou-se dum para outro dia intransitável, e a sciência foi posta de parte.

Todo o esforço humano convergiu para uma luta desesperada em que os homens se despedaçam em nome da mais avançada das civilizações, lutando pela absoluta supremacia neste insignificante corpúsculo, tão reduzido, tão mesquinho quando o consideramos em si, tão grandioso quando observamos a força espiritual aqui desenvolvida e que se nos afigura já capaz de compreender a imensidade incomensurável do Universo.

A 10 de julho seguiram por via marítima os instrumentos destinados à observação, e cuja preparação tinha demorado mais de três meses, dispondo-se tudo por



Fig. 1.

forma que a sua instalação pudesse ser feita com a máxima rapidez. Ainda agora se ignora onde param, devendo, porém, muito confiar-se nos cuidados de Mr. Alfredo Riva, nosso cônsul em Odessa, o qual me demonstrou o maior empenho de coadjuvar a nossa missão.

Levando comigo as peças ópticas dos instrumentos, segui no dia 25 de julho em direcção a Paris com os meus estimados companheiros, srs. Carlos Nogueira Ferrão, ilustre capitão do nosso exército, que muito amavelmente me tinha já coadjuvado na observação de 1912, e seu filho, aspirante a oficial, sr. Álvaro Ferrão.

Ali devia receber o material fotográfico preparado expressamente para êste fim. A casa Gaumont ofereceu-se com a maior gentileza para fazer a revelação da film, que lhe seria remetida logo que terminasse o eclipse, não podendo contar-se com que fosse possível ter em Theodosia as indispensáveis instalações para a meticolosa execução dêste serviço. Igual oferecimento me foi feito pela casa Lumière para a revelação das chapas autocromáticas, que exigem especiais cuidados de temperatura, favor êste que só seria aproveitado no caso de ser impossível obter em Theodosia uma instalação apropriada, o que não era provável.

De ter sido perdido um dia por causa do atrazo com que o rápido da noite do dia 25 chegou à Pampilhosa, resultou tornar-se-nos impossível passar à Rússia.

Por tal motivo chegámos a Paris em 28, e tendo sido precisos dois dias para receber o material fotográfico, partimos no rápido da manhã de 31 em direcção a Berlin na intenção de seguir logo para Varsóvia, caminho mais curto para Odessa, escala que me fôra aconselhada pelo nosso côsul, para, depois de três dias de viagem por mar, podermos chegar finalmente a Theodosia.

Em 3o já Mr. Deslandres, o sábio director do Observatório de Meudon, manifestando sempre o mais cativante interesse pelos nossos trabalhos, me indicara o seu receio de que não pudéssemos alcançar o objectivo da nossa viagem.

Confiei em que a razão evitaria uma conflagração que, a dar-se, já se afigurava manchada pelos mais horrorosos acontecimentos; e, pelo menos, que ainda durante muitos dias as chancelarias se esforçariam por evitar tão tremenda catástrofe.

Mas a soprar sem demora um vento de destruição, guardava a esperança de poder passar em boas condições à Rússia acompanhando a embaixada dêste país em Berlin. E neste sentido encontrei animadoras palavras na embaixada russa em Paris.

Todas estas esperanças deviam falhar.

Às 4 horas da manhã do dia 1 de agosto, dia histórico que decerto ficará registado com as mais negras recordações, chegávamos à gare de Friedrichstrasse.

Logo tivemos ocasião de observar manifestações que deviam relacionar-se com os receios que nos preocupavam.

E dentro em pouco tivemos conhecimento de que se tinha chegado ao ponto crítico das negociações diplomáticas.

A tempestade já pairava medonha, e pouco demoraria o ribombar dos canhões e o fuzilar das granadas.

À meia noite fôra dirigido pelo govêrno alemão um *ultimatum* à Rússia intimando esta a sustar a sua mobilização, e uma pergunta à França sôbre a sua attitude no caso de ser declarada a guerra à Rússia.

O momento era de excepcional anciedade. Ao meio dia poderia estar decidido que a humanidade soffesse o mais cruel flagelo até hoje suportado. E estava.

Para a população de Berlin não havia dúvidas: a guerra era inevitável. Quando cêrca das 11 horas da manhã procurei dar execução ao meu projecto, e me dirigi à embaixada da Rússia, encontrei ali centenas de russos procurando informar-se, desejosos de regressar à sua pátria. Os receios eram grandes. A embaixada nada podia prometer. E com razão. Ainda a poucas dezenas de metros do seu palácio tive o desgosto de presenciar até que ponto estavam exaltados os ânimos. Num momento ali se tinha reunido grande multidão em manifestação hostil. É sabido que o pessoal da embaixada russa soffreu momentos amargos antes de chegar ao seu país. Para mim estava perdido um dos expedientes em que tinha mais confiança.

Fui à nossa legação. Com que poderia contar nas linhas férreas alemãs?

Há 1 hora da tarde passava pela *Unter-Linden* o imperador da Alemanha no meio duma calorosa ovação. Regressava de Postdam ao palácio imperial de Berlin a tomar uma posição de mais estreitas relações com o seu govêrno e com o seu país. Reconhecia-se bem a solenidade da ocasião. Estava enfim chegado o momento decisivo de liquidar quarenta e quatro anos de campanhas de palavras. Quantas vezes bem levianas e impensadas?

Às 4 horas da tarde era distribuído o decreto da mobilização, e os regimentos sucediam-se em *Unter-Linden* com aspecto brilhante e acompanhados por uma população calma, mas enérgica, entoando compassadamente o hino nacional. E com profundo pesar lembrava-me de que esses homens, que ainda há pouco moviam os engenhos da imensidade de fábricas que a perder de vista por toda a parte tinhamos encontrado, e cujos produtos por todo o mundo iam distribuir, ali seguiam calmos, e até soberbos, com o pensamento de que iam cumprir um dever — matando e destruindo!

De que vale a sciência, de que vale a moral? Ou resultará da própria constituição do Universo a existência de constantes conflitos?

Seriam 6 horas da tarde quando veio juntar-se-nos o nosso ministro em Berlin, meu illustre colega sr. dr. Sidónio Pais, que com o maior interesse se tinha incumbido de obter informações seguras do Ministério dos Estrangeiros. Impossível seguir para a Rússia, difficil mesmo sair de Berlin, e por isso me era aconselhado ali permanecer. E facto interessante, que um dia quando desapaixonadamente for escrita a história poderá ser aproveitado, dava-se-me ainda a esperança de que ao fim de meia duzia de dias, tendo já tido lugar a parte mais importante das mobilizações, poderia bem succeder que a guerra não se guisse, e eu tivesse a grande satisfação de não ver a humanidade dilacerada num mar de sangue, e de poder contemplar tranqüilamente o fenómeno celeste que até ali me trouxera.

Agradecido, mas obrigado a pensar na minha pátria, resolvi procurar transportar-me à Suíssa, donde se me afigurava fácil o regresso a Portugal, e esperar ali a possivel boa nova de que se me dava esperança, e que o sr. dr. Sidónio Pais, muito amavelmente, me prometeu communicar no primeiro momento em que podesse ser considerada segura.

Fomos imediatamente à gare do sul, cêrca das 8 horas da noite. Dali a pouco às 9 e meia partiria para Bâle o último comboio, antes das autoridades militares tomarem conta das linhas férreas. Munidos com os bilhetes imediatamente tomados, e apezar da grande difficuldade que já se encontrava em transitar pelas ruas da cidade, valendo-nos para nos transportarmos ter tomado a tempo um trem, porquanto depois das 5 horas tinham desaparecido quasi todos os carros de aluguer, chegámos a tempo à gare. Mas passarei já adeante, não me ocupando das contrariedades que então soffremos até tomarmos definitivamente um lugar numa pilha de pessoas e bagagens, num comboio seguramente assaltado pelo dôbro ou triplo das pessoas que podia comportar.

A viagem foi morosa. O aspecto das gares era desolador com um pessoal reduzido ao indispenável, sendo os passageiros obrigados a carregar com as suas bagagens nas numerosas mudanças que tivemos de suportar. Os carregadores já tinham ido tomar o seu lugar no exército, e não se via ponte, viaducto ou túnel que não tivesse duas sentinelas. O mesmo espectáculo que teriamos de presenciar ao percorrer a Suíssa e França.

Na gare alemã fronteira à Suíssa foram já sujeitos a um severo exame os nossos passaportes, mas, verificados, nenhuma difficuldade nos foi posta; e, vencendo a pé o espaço até à fronteira suíssa, entrámos com uma viagem, que demorara mais do dôbro do normal, em campo neutro, mas não tranqüilo, porque o aspecto era tam-

bêm ali o de guerra, embora é certo sómente de precaução para a evitar.

Depressa perdi toda a esperança de receber o prometido aviso para seguir em direcção à Rússia, e logo fui para Génève convencido de poder seguir dali mais facilmente para Portugal.

Cinco dias permanecemos na Suíssa, onde em verdade muito me surpreendeu a maneira como se abusava da hospedagem, com pretexto na guerra.

As portas do consulado geral da França conservavam-se desde as 7 horas da manhã até às 11 da noite duas colunas humanas, uma de homens e outra de mulheres, que ali iam visar os seus documentos para poderem seguir nas linhas férreas francesas, reservistas uns, para a cruz vermelha as mulheres, todos na firme e serena decisão de servirem o seu país.

Mais de trinta mil franceses que habitavam o cantão de Génève ali se apresentaram, entre elles, segundo me informaram, mil e quinhentos desertores, que, no momento de perigo para a sua pátria, por ela queriam sacrificar a vida.

Devido à delicadeza que encontrei no consulado geral da França pude tomar em Annemasse o primeiro comboio que dali partiu com reservistas e pessoal para a cruz vermelha, e embora tivesse havido repetidas mudanças, sem perder o primeiro comboio a partir, consegui chegar no quarto dia a Bayona, com uma viagem bastante acidentada, embora encontrasse sempre as melhores disposições.

Em Cette tivemos ocasião de admirar o entusiasmo guerreiro dos corpos chegados de Marrocos, e por toda a parte um acendrado patriotismo, tendo tido ocasião de observar a dedicação do clero, pois o acaso fez com que, de Cette a Toulouse, seguisse num compartimento que primeiro supuz ser ocupado por soldados e um cura, e depois reconheci serem todos os companheiros padres que iam ocupar os seus lugares no exército, conservando o primeiro as suas vestes por pertencer à reserva territorial. Em nenhum coração francês poderia haver mais aceso patriotismo, tão intensamente manifestavam o seu desejo de se sacrificar pela sua querida França, e tive então ocasião de saber que se elevava a mais de trinta e um mil o número de padres incorporados, sem contar com os congreganistas que também já tinham vindo ocupar o seu lugar nos exércitos, chamados dos países para onde tinham sido expulsos.

A desgraça iminente tinha feito ver claro os interesses da pátria, e os expatriados apressavam-se a vir dar a sua vida por ela.

No entanto o aspecto geral infundia profunda tristeza. Por toda a parte as mulheres vestidas de preto tornavam mais sombrio o qua-

dro. Não se viam lágrimas, mas sentia-se que dominava o ambiente um profundo pezar.

E eu sentia confranger-me pensando nas desgraças que poderia sofrer este país que tão grande simpatia nos merece, lembrando-me das perdas que a arte poderia ter a lamentar com a destruição de alguns dos seus graciosos e inegaláveis monumentos.

Sem mais contratempos chegámos enfim a Portugal. Lá fora a tempestade tomara proporções assustadoras, e aqui também havia motivo para sérias inquietações.

Tendo trazido comigo as objectivas com que devia observar em Theodosia, restava-me ainda a insignificante consolação da observação dum eclipse parcial do Sol, cujo interesse tão reduzido é relativamente ao que oferecem os eclipses totais.



Antes de dar conta do que ainda houve possibilidade de fazer, indicarei sumariamente os trabalhos que deviam ser executados em Theodosia, e os instrumentos para esse fim preparados.

Sobretudo merecia particular interesse a observação cinematográfica. Mas desta vez além da modificação importante de ter sido montado o aparelho (fig. 2) de modo a ser com o condensador visado directamente o fenómeno, e não com o auxilio dum heliostato como se fez em Ovar, tinha sido estabelecida uma disposição que, aproveitando um cronómetro de tempo médio com interruptor de meio segundo e um cronógrafo, permitia registar as épocas com uma



Fig. 2

aproximação de duas centésimas de segundo. Com este aparelho, que designarei por *cineliocronógrafo*, seriam obtidas imagens do Sol de cerca de 11 milímetros de diâmetro. Como a film preparada para carregar a câmara cinematográfica tinha 60 metros de comprimento, seriam tiradas cerca de 3.000 imagens do fenómeno — 500 em cada um dos contactos, com o intervalo de $0^s,12$, o qual no eclipse de Ovar deu bom resultado.

Durante a totalidade variar-se-iam os intervalos com a esperança de obter aspectos diversos da corôa, principalmente da parte interior, por deverem ser em todo o caso muito curtos os períodos da exposição. Poderiam ser assim tiradas cerca de 1.000 imagens, ficando para o principio e fim do eclipse e outras fases film para 1.500. Assim ficaríamos habilitados a fazer um estudo bastante completo do fenómeno.

O facto da objectiva ser dirigida directamente para o sol deveria permitir-nos obter imagens muito mais nítidas do que as conseguidas em Ovar, onde tinha sido aproveitado um heliostato Silberman, sendo o óculo colocado horizontalmente. A manivela do cinematógrafo servia de comutador, e tinha-se verificado haver toda a confiança no registo cronográfico das épocas em que o fenómeno era fotografado.

Para a fotografia da corôa em condições de se obter uma imagem desenvolvida, com detalhes da corôa exterior, preparou-se o foto-heliógrafo de que dispõe o Observatório, munido duma parelho paralático e uma objectiva Steinheil de 18 centímetros de diâmetro e $1^m,90$ de distância focal.

Mas considerando o interesse que merece o estudo da cor da corôa, sobre a qual ainda não há observação segura, preparei o instrumento de modo a conseguir-se uma imagem que pudesse dar-nos indicações a tal respeito. Para esse fim foi colocado um *écran* amarelo, fornecido pela casa Lumière, para o emprêgo de placas autocromáticas, adiante do plano da placa fotográfica. Com imagens muito nítidas que foram obtidas da Lua, verificou-se que a exposição de 10^4 dava muito bom resultado correndo a revelação com toda a regularidade. A objectiva fôra diafragmada a 2 centímetros.

Com este aparelho, assim montado, tirar-se-iam seis fotografias, quatro com chapas autocromáticas e duas com chapas ordinárias extra rápidas, empregando-se para estas uma rápida exposição.

Considerando a importância que ainda hoje teem as investigações que sejam feitas sobre os períodos de exposição que convenha adoptadas durante a totalidade, preparei uma câmara fotográfica montada paralaticamente, munida duma objectiva Dalmeyer que fornece imagens do Sol de cerca de 5 milímetros de diâmetro. Com o emprêgo

duma bobina pelicular para dōze imagens e exposições que variariam de 0,5, desde meio segundo até 6 segundos, podendo ser considerado o aparelho usado, diafragmando a 1 centimetro, de 1 por 50, conseguir-se-iam dois resultados.

— Estabelecer com grande aproximação os tempos de exposição que convirá adoptar para a fotografia das diferentes partes da corôa, em harmonia com o aparelho usado, aproveitando a fórmula proposta

$$\frac{x}{y} = \frac{\left(\frac{f}{a}\right)^2}{\left(\frac{f'}{a'}\right)^2},$$

onde x é o tempo de exposição do aparelho estudado, f e a respectivamente a sua distância focal e abertura, y o equivalente de exposição do aparelho de características f' e a' .

As observações feitas por ocasião do eclipse de 1898 na Índia forneceram grande número de elementos para êste estudo, comtudo, como não foi executado um programa metódico, os resultados obtidos ficaram muito incompletos.

— Obter um conjunto de imagens que permitissem fazer uma ideia muito nítida da forma da corôa.

É certo que tem sido propostos vários processos para se obter numa só fotografia os detalhes das diferentes partes da corôa, e vencer a dificuldade que resulta da sua diversa intensidade, que diminue rapidamente dos bordos do Sol até às extremidades dos seus ténues filamentos.

É principalmente notável o processo indicado por Bunckhalter, empregado com algum resultado no eclipse da Índia de 1898 no qual, como já referi, foram feitas variadas experiências. Diante da placa é colocado um *écran* que gira em volta dum eixo que lhe é perpendicular, e cuja forma é calculada de modo que para cada parte da corôa o tempo de exposição efectiva seja proporcional ao seu brilho. Também o illustre astrónomo Mr. Sallet propõe que a placa girante seja colocada no foco da luneta, disposição que empregou no eclipse de 1912 sem poder apreciar o resultado, devido a não ter sido observada a corôa.

Sem ser agora ocasião de fazer o estudo dêstes variados dispositivos, só observarei quanto é difícil calcular a forma do *écran*, o que presuppõe um conhecimento exacto da forma que deverá apresentar a corôa, que hoje, efectivamente, pode ser aproximadamente prevista, mas não tanto que possa obter-se um resultado completamente satisfatório.

Melhor por isso creio que ainda será a combinação de fotografias obtidas com variadas exposições, e que ocupem com o maior rigor a mesma posição na placa.

Para a observação espectroscópica limitei-me a aproveitar os recursos imediatamente fornecidos pelo Observatório, pois devendo dispor-se dentro em pouco de peças que poderão ser vantajosamente aproveitadas, não era oportuno adquirir outras, sómente para a ocasião.

Foi por isso montado um espectroscópio de fenda, fig. 3, com um condensador de Troughon de 16 centímetros de abertura e 2^m,20 de distância focal. Foi aproveitado o colimador e prismas dum espectroscópio de Maillat pertencente a um espectroscópio destinado à observa-

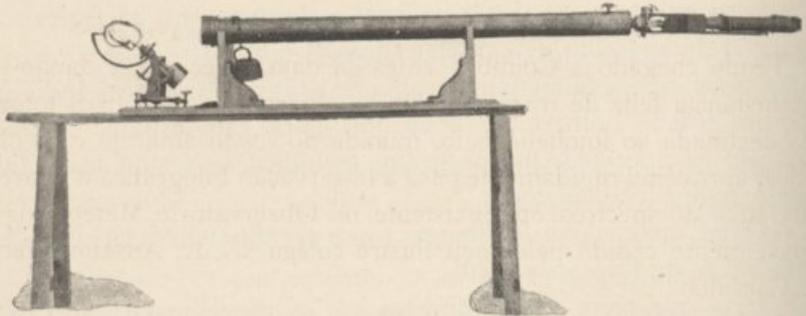


Fig. 3.

ção das protuberâncias solares, e a projecção das riscas foi obtida por meio duma objectiva de 50 centímetros de distância focal.

A disposição do aparelho permitia que a fenda colocada normalmente ao sol tivesse um movimento de rotação em volta dêste. A câmara escura era possível dar os movimentos necessários para que a placa fotográfica de $4,5 \times 6$ pudesse passar por todas as regiões do espectro e pudesse ser focada para cada uma delas. Tinha sido obtida uma grande estabilidade para a câmara fotográfica apesar de todos estes movimentos a que ainda há a acrescentar os que podiam ser-lhe dados para se conseguir o deslocamento da fenda na direcção normal ao Sol, e no sentido longitudinal para ser focada a imagem.

Disponha-se pois ao todo de cinco movimentos e, felizmente, as experiências feitas tinham dado um resultado completamente satisfatório. A imagem do Sol era fixada horizontalmente com um heliostato Silberman.

Foi bastante difficil, como sempre succede em casos dêstes, regular as diferentes partes dêste aparelho de modo que pudesse haver segurança de bom êxito com o seu emprêgo.

Ao sr. dr. Custódio de Moraes, assistente de Astronomia na nossa Universidade, devi um zeloso e inteligente concurso nestes trabalhos.

É certo que os prismas de que dispunha não me permitiriam tentar a fotografia da região ultra violeta, para cujo exame eu sabia que se tinha especialmente preparado Mr. Sallet; poderia, porém, fotografar com vantagem o espectro da corôa nas outras regiões, tendo-me munido de chapas ortocromáticas para o vermelho e verde, e tentar a fotografia do espectro relâmpago em condições que se me afiguravam muito vantajosas, vistas as condições de estabilidade e a facilidade de movimentos de que dispunha.

Tendo chegado a Coimbra antes da data do eclipse e dando-se a circunstância feliz de trazer comigo as objectivas e a câmara fotográfica destinada ao fotoheliógrafo, munida do *écran* amarelo e do obturador, aproveitei rapidamente para a observação fotográfica o aparelho paralítico do espectroscópio existente no Observatório Meteorológico, amavelmente cedido pelo meu illustre colega sr. dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

A objectiva empregada foi a de Troughon, que em Theodosia devia servir de condensador no spectógrafo, de 16 por 2,20, mas diafragmada a 1 centimetro como a experiência aconselhou. Devido a conservar-se o *écran* amarelo reconheceu-se também que a exposição conveniente era de $\frac{1}{75}$ de segundo. E com o concurso muito útil do sr. António Alberto dos Santos Mota, pude tirar dezoito fotografias do fenómeno.

Estávamos, é certo, reduzidos à observação dum simples eclipse parcial, e é bem sabido quanto é profundamente diverso o interesse que merece a observação destes eclipses, ou a dum eclipse total na região da zona central.

Naqueles fica-se reduzido — à observação das horas dos dois contactos exteriores, donde se conclue a duração do eclipse — à determinação das cordas comuns aos discos do Sol e da Lua, directamente por meio dum micrómetro filar ou dum heliómetro, ou aproveitando as imagens fotográficas — à observação das manchas e faculas no momento em que se encontram ocultadas em parte — à investigação da existência duma atmosfera lunar pela observação espectroscópica do bordo côncavo da imagem nas regiões em que apresente irregularidades, na esperança de encontrar riscas especiais de absorpção que lhe sejam devidas — ao exame das variações da intensidade da luz, e variações magnéticas, termométricas, etc., e observação das sombras móveis.

Como se vê estas observações teem especialmente em vista a verificação da posição da Lua e do seu diâmetro, e a investigação da existência duma atmosfera lunar. A êste respeito sómente a observação feita em Sohag (Egito) em 17 de maio de 1882, por Thollon, deu presumíveis indicações, parecendo reforçadas as riscas do grupo B. Mas sem dúvida pode afirmar-se que a observação por mim feita, a 17 de abril de 1912, foi a primeira que veio esclarecer com segurança esta questão.

Efectivamente, como já atrás referi, o exame das imagens cinematográficas então obtidas (fig. 1), faz ver nitidamente a transição que apresentam os grãos de Bailly no mesmo lugar do limbo, passando no 2.º contacto de brilhantes a crepusculares, e no 3.º de crepusculares a brilhantes. E, como já demonstrei noutras ocasiões, nenhuma razão mais aceitável se me afigura poder ser dada para explicar êste fenómeno do que a existência duma baixa e densa atmosfera no fundo dos vales lunares.

Em 23 de abril de 1913 foi feita em Inglaterra por Sir E. J. Gheury uma observação duma ocultação (da estrela π do Scorpião), que pela primeira vez levou à conclusão da existência duma atmosfera, com a circunstância interessante de Sir Gheury apresentar essa conclusão duma maneira perfeitamente idêntica à que anteriormente eu tinha formulado, de ter uma forte densidade e encontrar-se no fundo dum val lunar.

Na impossibilidade de montar um aparelho spectográfico, a observação reduziu-se às épocas dos contactos, e à fotografia do fenómeno em diversas fases, especialmente nas visinhanças da fase máxima. A observação termométrica e altinométrica nada indicou, e, comtudo, o eclipse ainda atingiu cêrca de três dígitos do diâmetro do Sol.

A observação da época dos contactos foi feita no Observatório Astronómico pelo meu illustre colega sr. dr. Luciano Pereira da Silva, com um teodolito de Troughton e no Observatório Meteorológico, onde instalei o aparelho fotográfico, por mim com o investigador ligado a êste aparelho.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

No Observatório Astronómico

1.º contacto	11 ^h 16 ^m	tempo legal
2.º "	13 11 38 ^s	"

No Observatório Meteorológico

1.º contacto	11 ^h 16 ^m 16 ^s	tempo legal
2.º "	13 11 56	"

Devendo notar-se que a pequena distância das duas estações não podia influir sobre os resultados desta observação, devem as diferenças que se notam ser devidas à grande dificuldade que oferece este género de observações.

Durante o eclipse foram tiradas dezoito fotografias, das quais se encontram quatro obtidas directamente na fig. 4, seis amplificadas

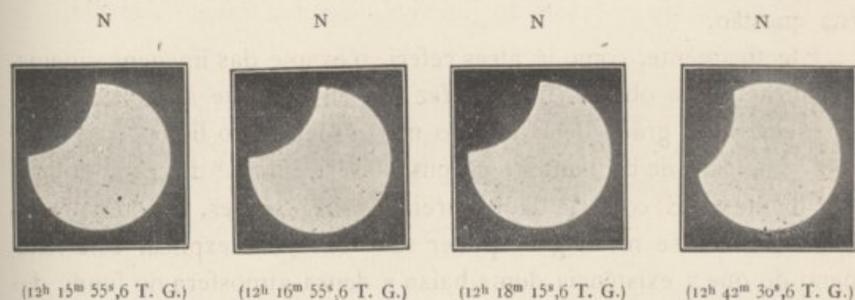


Fig. 4.

para 10 centímetros nas figs. 5 a 10 e finalmente duas amplificadas para 20 centímetros nas figs. 11 e 12.

As ampliações para 10 centímetros das imagens são vantajosas para a determinação da fase máxima; as ampliações para 20 centímetros permitem apreciar o contôrno do disco lunar.

É sabido que as cordas comuns podem servir para a determinação das épocas dos contactos. As fotografias tiradas no princípio e fim do eclipse não deram elementos aproveitáveis para este fim, nem poderia esperar-se conseguir-se assim números de maior confiança do que os obtidos pela observação directa.

O exame das fotografias amplificadas para 10 centímetros mostra que a maior corda se encontra na que foi tirada às 12^h16^m56^s. É certo que a pequena variação das cordas nas proximidades do máximo não é vantajosa para uma determinação exacta da época da máxima fase, em compensação a grandeza desta pode ser calculada com grande rigor. Foi neste caso de $\frac{7}{24}$ do diâmetro solar, quasi três digitos.

Ainda, à simples vista, pareceu que estas fotografias indicavam um achatamento da Lua, sensivelmente na direcção do diâmetro dos centros da Lua e do Sol. As ampliações para 20 centímetros, feitas com o fim de verificar este facto, parecem confirmá-lo.

Efectivamente a comparação do contôrno lunar com um círculo de 102 milímetros de raio, que deve ser aproximadamente o da imagem da Lua, atendendo à relação dos semidiâmetros da Lua e do Sol, respectivamente 16',142 e 15',812 segundo a Efeméride, indica um sensível achatamento daquella contôrno.

E compreende-se que, com a dimensão de 20 centímetros para o eixo maior da imagem, já deverá ser apreciável o achatamento se, conforme as considerações feitas no artigo que publiquei no volume 1 da *Revista da Universidade de Coimbra*, «L'éclipse de soleil du 17 avril 1912», êste fôr de $\frac{1}{386}$. Pois nesse caso já deverá ser de cêrca de meio milimetro a diferença entre os eixos maior e menor, reduzida ainda a $\frac{1}{6}$ de milimetro no caso do minimo do achatamento admitido, de $\frac{1}{1156}$.

É óbvio que não é possível obter um resultado rigoroso com as imagens que uma observação desta ordem pode fornecer, consideravelmente prejudicadas pela irradiação solar. Julgo porém já bem importante poder verificar-se a probabilidade da existência dum achatamento na Lua, facto que nenhuma observação tinha feita suspeitar antes da que realisei em Ovar em 1912, e que só poderá conseguir-se apreciar com mais rigor quando forem observados os eclipses de 1927 e 1930, e os outros análogos que devem seguir-se-lhe.

O exame do contôrno lunar indica ligeiras irregularidades que devem existir em consequência da projecção das montanhas da Lua, é, porém, difficil precisá-las devido à irradiação solar que torna também impossível aproveitá-las para a verificação da existência de uma atmosfera na Lua.

COSTA LOBO.

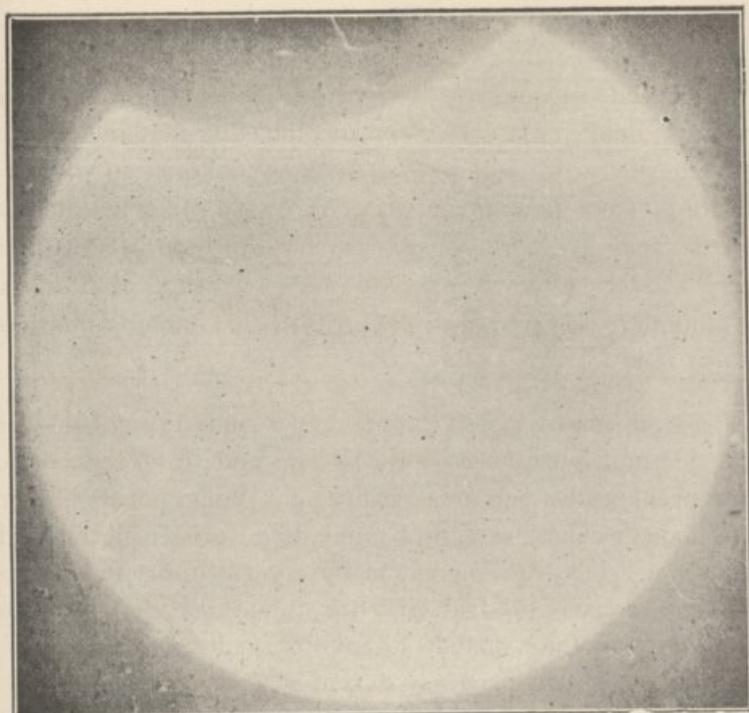


Fig. 5.
(11^h 41^m 25^s,6 T. G.)

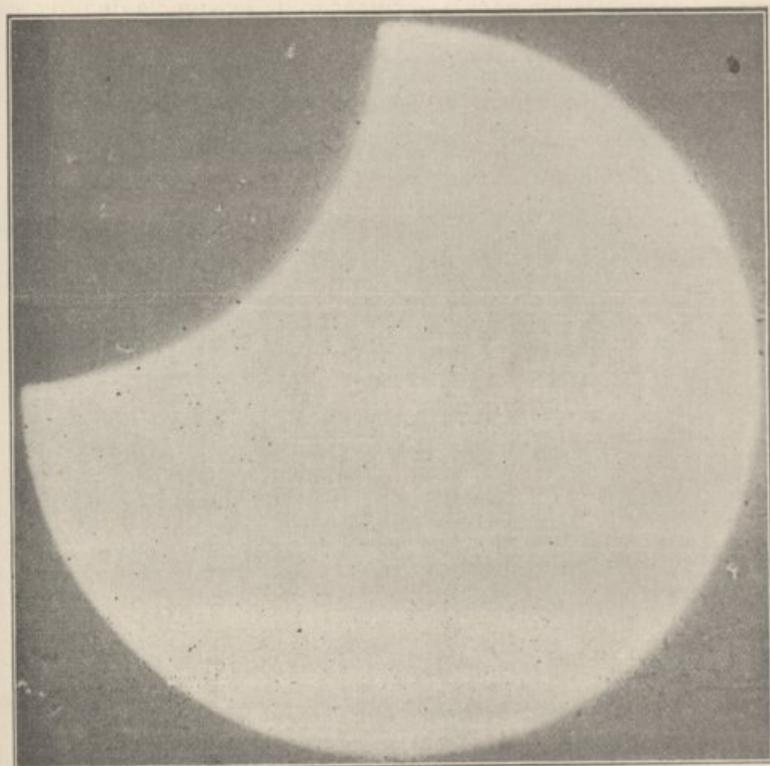
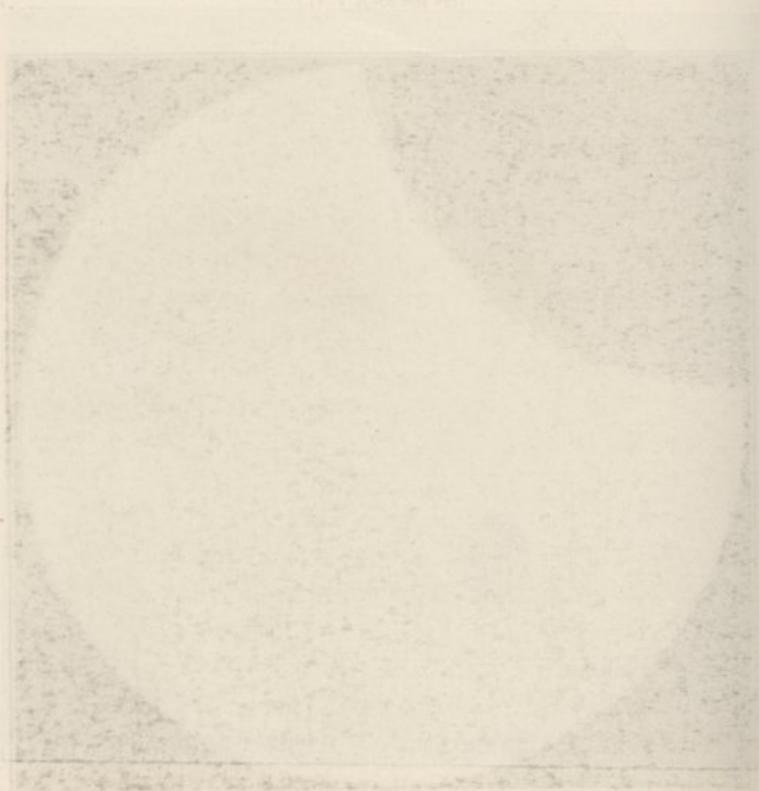
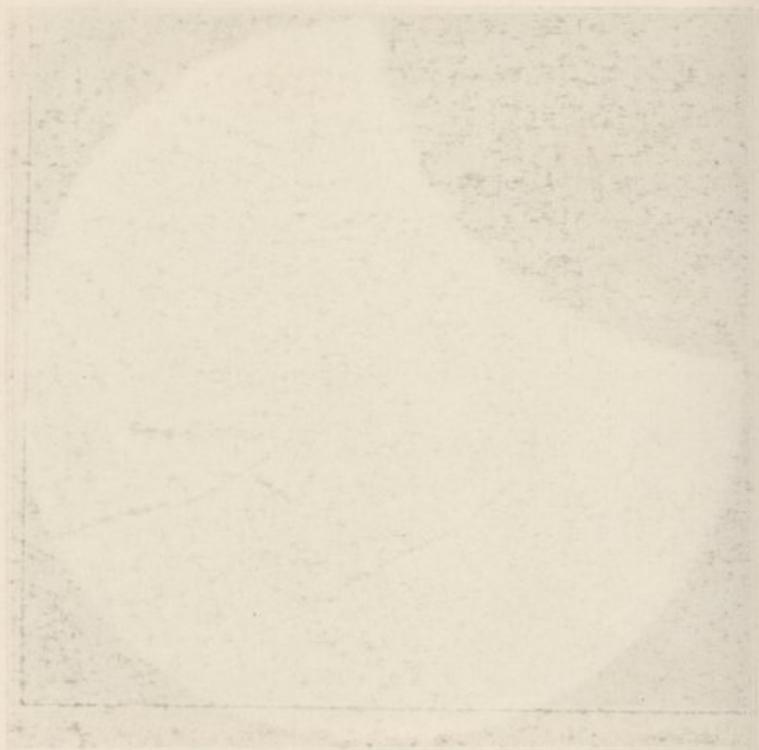


Fig. 6.
(12^h 15^m 55^s,6 T. G.)



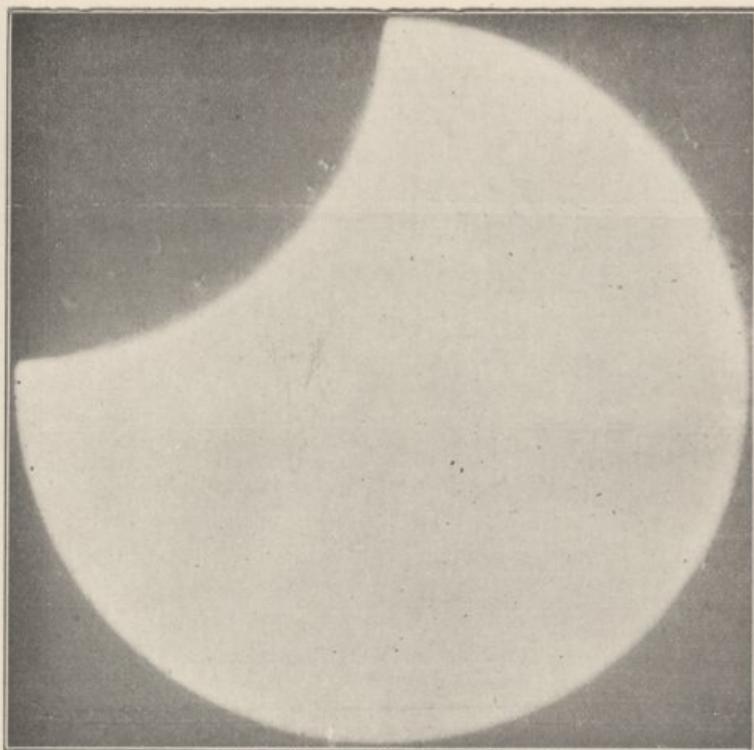


Fig. 7.
(12^h 16^m 55^s,6 T. G.)

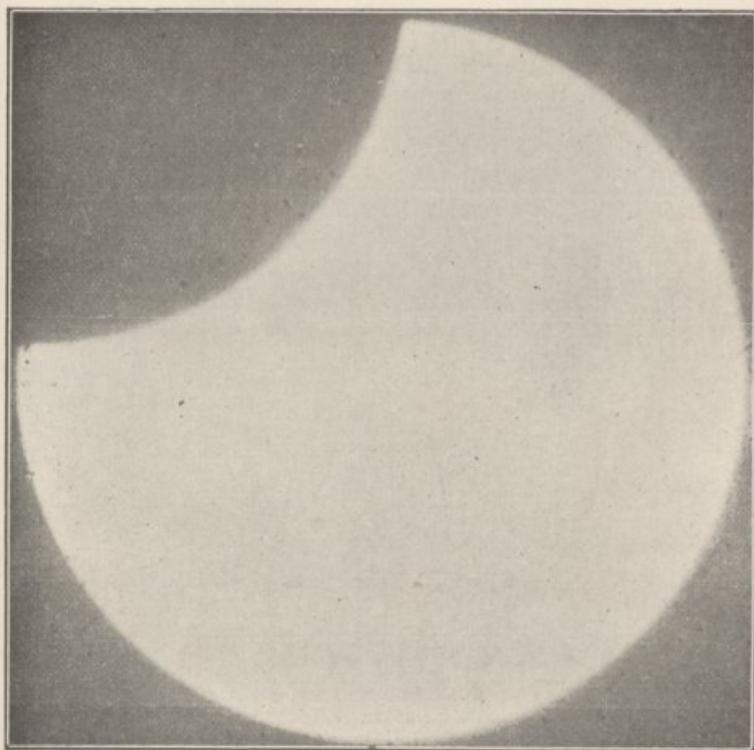
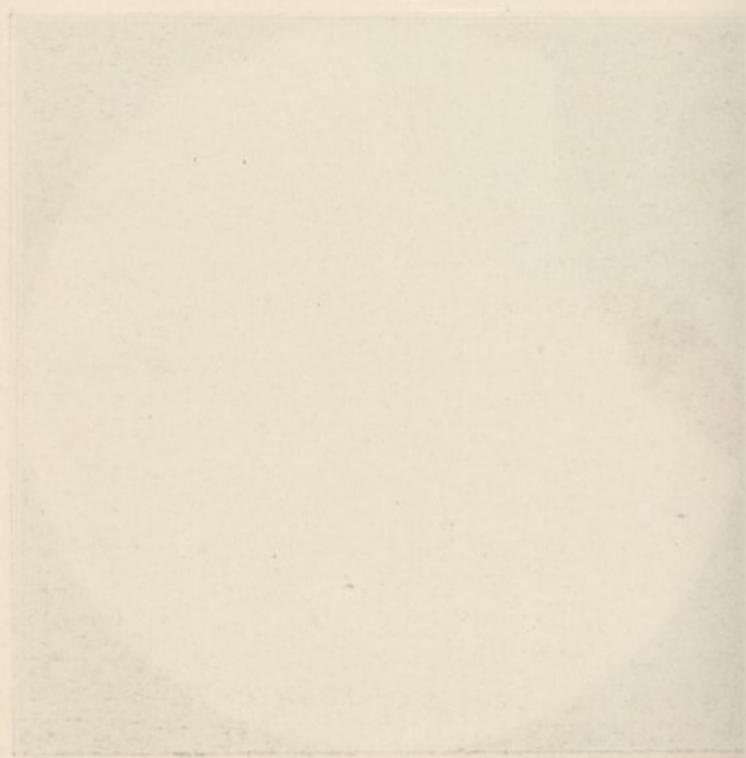
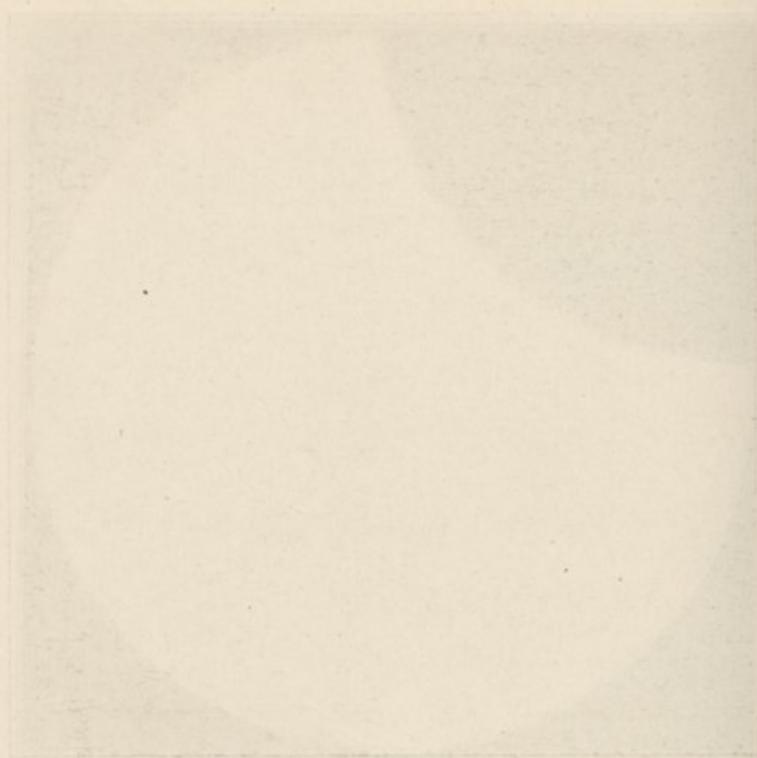


Fig. 8.
(12^h 18^m 15^s,6 T. G.)



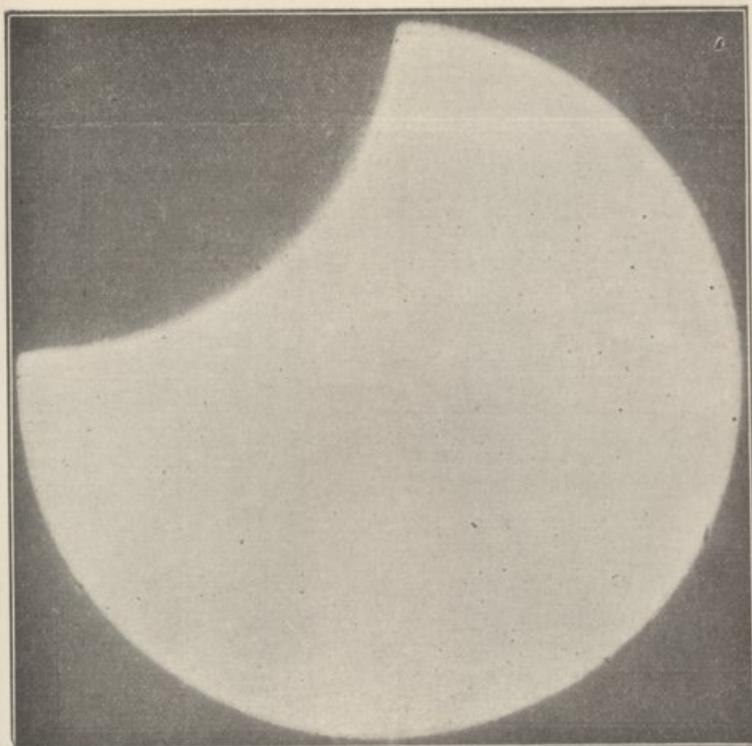


Fig. 9.
(2h 18m 55s,6 T. G.)

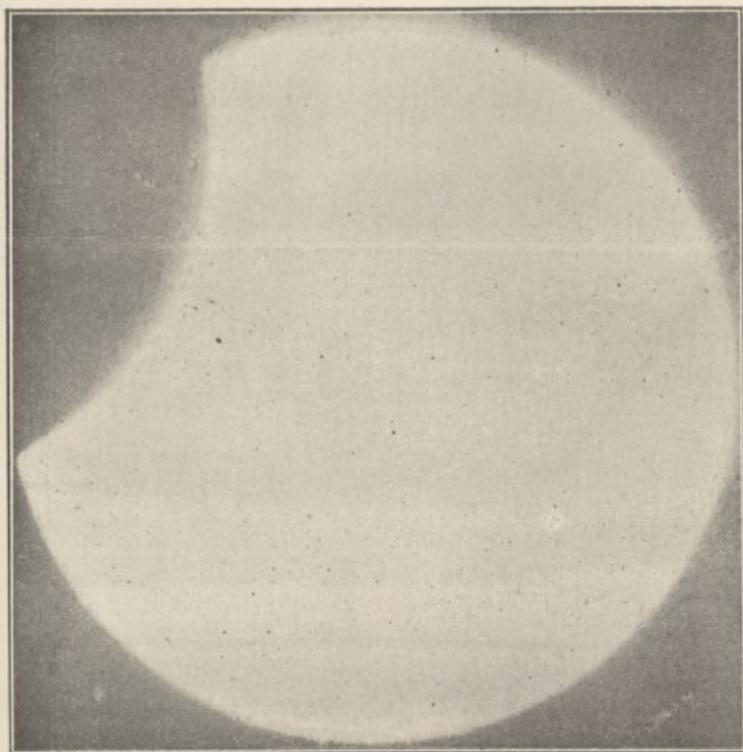
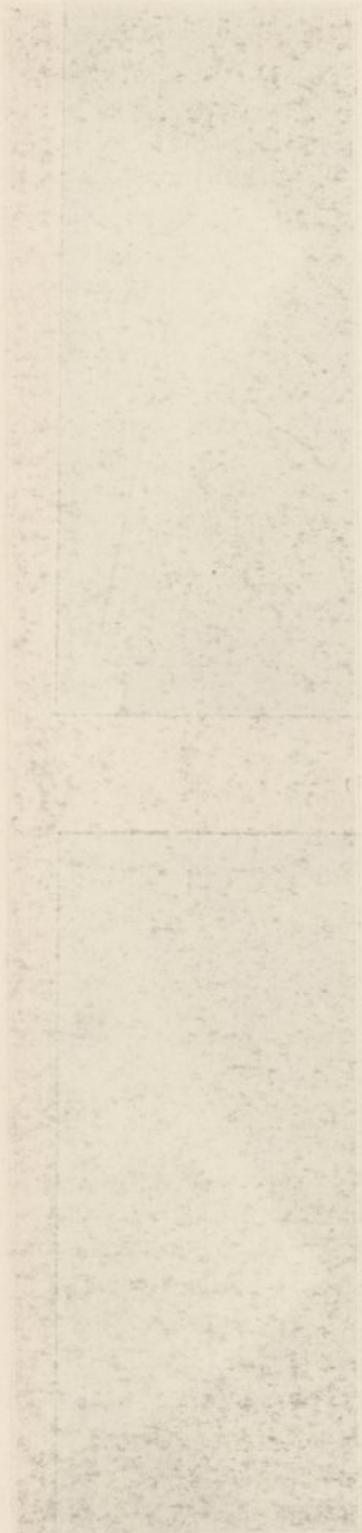


Fig. 10.
(12h 42m 30s,6 T. G.)



1875

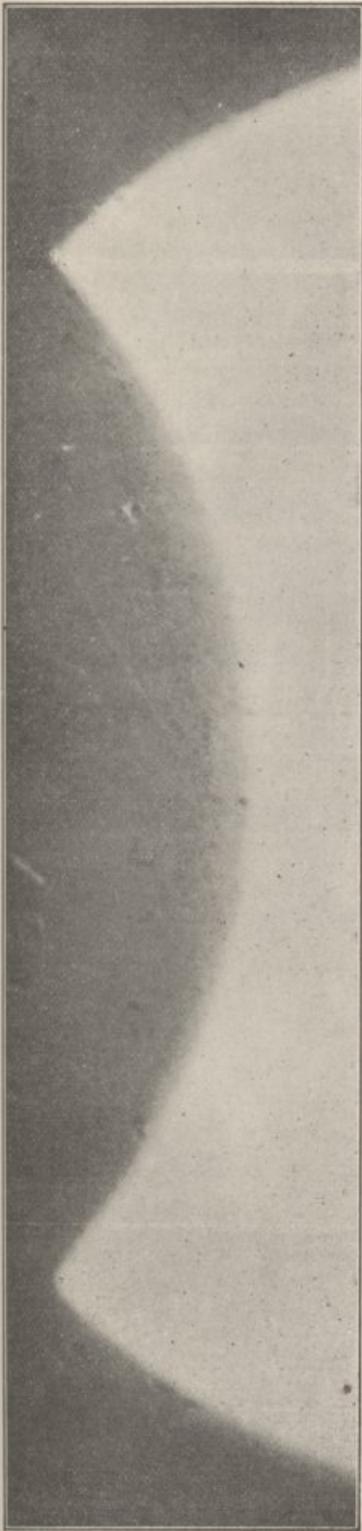


Fig. 11.
(12h 15m 55s,6 T. G.)

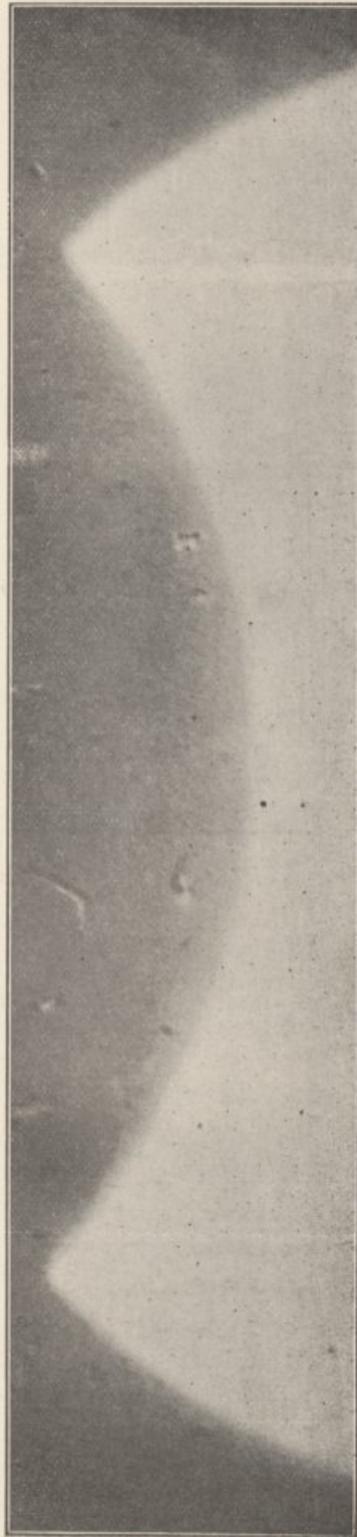


Fig. 12.
(12h 18m 15s,6 T. G.)

Marion Harter

The first step in the study of the history of the United States is to understand the geographical situation of the country. The United States is a large country, extending from the Atlantic Ocean to the Pacific Ocean, and from the Gulf of Mexico to the Arctic Ocean. It is a country of many different climates, and of many different peoples. The history of the United States is the history of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples. The history of the United States is the history of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples.

In Joseph Brown's history

The history of the United States is a story of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples. The history of the United States is a story of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples. The history of the United States is a story of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples. The history of the United States is a story of a people who have lived in a land of many different climates, and of many different peoples.

Mortos ilustres

No curto espaço de quatro anos a ciência botânica perdeu cinco dos seus mais distintos cultores.

A 10 de dezembro de 1911 terminava a sua longa e laboriosa vida Sir J. DALTON HOOKER; em 19 de maio de 1912 a Alemanha perdia o grande mestre da organografia vegetal EDUARDO STRASBURGER; a 18 do mesmo ano a França viu desaparecer EDUARDO BORNET tão modesto como investigador rigoroso das algas; em 1913 a 7 de novembro a Inglaterra perdeu um sábio de superior valor ALFREDO RUSSEL WALLACE, e últimamente a 28 de abril a França ficou privada dum dos botânicos mais notáveis pela sua grande ilustração e aturado trabalho, PH. VAN TIEGHEM. Homens de tal valor são a honra da humanidade e todos os povos lhes devem veneração.

Sir Joseph Dalton Hooker

1827-1911

Sir J. D. HOOKER nasceu a 30 de junho de 1817 em Halesworth. Era filho do notável botânico inglês Sir WILLIAM J. HOOKER, recebendo de tal pai esmerada educação e a impulsão para o estudo dos vegetais, tão eficaz, que deu os mais completos resultados durante a longa vida, que, como poucos, disfrutou. A influência de seu pai sobre sua vida é indicada na biografia, que dêle publicou, na qual torna bem saliente — a solicitude com que êle animava as suas aspirações de ser viajante e botânico, o interesse que sempre tomava nos seus projetos ambiciosos, e a energia com que o auxiliava para vencer qualquer obstáculo, e em empregar toda a sua influência para que lhe fossem concedidas facilidades e meios de trabalho.

Em Glasgow fez estudos de medicina, sempre guiado por seu pai, professor de Botânica, trabalhando com êle na organização de coleções botânicas. No fim de seus estudos concorreu ao lugar de professor em Edimburgo, mas não conseguiu essa posição.

Outro caminho mais glorioso lhe estava destinado.

Tendo-se organizado uma expedição para o estudo geográfico e magnético das regiões antárticas sob a direcção de JAMES ROSS, HOOKER embarcou no *Erebus* em 1839. Durante os três anos, que foram passados nas regiões antárticas HOOKER colheu elementos consideráveis que serviram de base para uma das suas mais importantes publicações — *The Botany of the Antarctic Voyage of H M. S.-Erebus-and-Terror*, em seis volumes com 2.000 páginas e 523 estampas.



Sir Joseph Dalton Hooker

Em 1846 entrou para a Geological Survey como botânico e no pouco tempo que aí trabalhou publicou estudos de valor sobre fósseis vegetais, nas *Memoirs of the Survey*, no *Geological Society's Journal* e noutros.

A primeira viagem tinha-lhe causado desejos de vêr novas terras para conhecer as relações da vegetação das regiões polares com a das regiões temperadas e tropicais.

Nêsse sentido, obtendo um certo subsídio pecuniário, empreendeu a viagem à India.

Antes disso, porém, colaborou com o pai na publicação da *Flora Nigritiana*.

Chegando à India em janeiro de 1848, seguiu passados três meses para o Hymalaia, chegando a Daargeling no Sikkim em abril.

Dois anos foram empregados na exploração botânica e estudo topográfico do Sikkim até ao Tibet.

Em fins de 1848, tendo-se-lhe juntado o Dr. CAMPBELL, inspector em Darjeeling, as autoridades do Sikkim aproveitaram a ocasião de maltratarem o Dr. CAMPBELL e prenderam-o e com êle HOOKER, sendo postos em liberdade em princípios de 1849.

Foram valiosíssimos os resultados desta expedição. Publicações diversas apareceram nos *Journal of the Royal Geographic Soc.*, *Journal of the Horticultural Soc.*, *Journal of Botany*. De 1849 a 51 publicou a esplêndida obra — *Rhododendrons of the Sikkim Himalaya* — e em 1854 o *Himalayan Journal*.

Em 1855 nova publicação mostrou o valor do botânico sistemático. Foi nesse ano que appareceu o primeiro volume da *Flora Indica* feita com a colaboração do Dr. THOMSON. No *Introductory Essay to the*

Flora of New Zealand e na introdução da *Flora Indica*, HOOKER manifestou-se permanentista, dando isso lugar a protesto enérgico, mas amigável, de DARWIN.

Neste ano foi nomeado assistente de seu pai, então director dos jardins de Kew, a quem sucedeu em 1865 e onde trabalhou activamente até 1885.

Durante sua administração os jardins de Kew foram, por assim dizer, refundidos. Belas estufas foram construídas, os museus botânicos organizados, as culturas consideravelmente aumentadas, transformando Kew no primeiro jardim botânico do mundo. Dêle saíram para as colónias plantas valiosas e pessoal adestrado.

O estudo de várias regiões botânicas não foi abandonado apesar do enorme trabalho que lhe dava a direcção dos jardins.

Com êsse fim fez viagens a Marrocos e ao Atlas em companhia de J. BALL e G. MAN, e em 1877 com o notável botânico americano ASA GRAY e com o Dr. HAYDEN percorreu o Colorado, Wyoming, Utah, as Montanhas rochosas, a serra Nevada e a California.

Na direcção de Kew teve por vezes graves dificuldades, que sua grande energia sempre venceu. Foi notabilíssima a campanha contra Ayrton, director geral de obras públicas, que êle venceu. Durante sua longa vida nunca deixou de trabalhar e além de seus estudos próprios ainda teve tempo para completar trabalhos encetados por outros, que a morte interrompeu. Foi o que succedeu com o *Handbook of the Flora of Ceylon* da qual o Dr. TRIMEN tinha publicado três volumes. Morrendo êste, o govêrno de Ceylão pediu ao Dr. HOOKER que completasse tão valiosa obra. Acedendo a êste pedido organizou o quarto volume com as notas deixadas por TRIMEN e em 1900 publicou o quinto volume todo organizado por êle.

Da mesma forma concluiu o *Genera of South African Plants* de HARVEY, para satisfazer o pedido que êste lhe tinha feito antes de morrer.

Depois da morte de seu pai continuou duas publicações importantes por êle começadas *Botanical Magazine* e *Icones plantarum* formando a terceira série, sendo muitos dos desenhos por êle feitos.

Sob sua direcção e frequente colaboração foi incetada a publicação das Floras das possessões inglesas — a *Flora of British India*, começada em 1872 e terminada em 1897, a *Flora Capensis*, *Flora Australiensis*, *Flora of tropical Africa*.

Com o notável botânico inglês BENTHAM coordenou o — *Genera plantarum* — obra monumental, começada em 1861 e só terminada em 1883.

DARWIN antes de morrer tinha dado a conhecer a HOOKER a in-

tenção de legar uma quantia importante para a publicação duma obra de real valor científico, desejando que elle se occupasse em dar cumprimento a seus desejos. E assim se fez. HOOKER reconhecendo a necessidade dum catálogo dos nomes das espécies botânicas, e reconhecendo no botânico B. D. JACKSON a aptidão necessária, encarregou-o dessa publicação. O *Index kewensis*, resultado do trabalho de JACKSON sob a direcção de HOOKER é documento do amor consagrado por DARWIN às sciências naturais.

Era grande a amizade entre HOOKER, DARWIN, LYELL e WALLACE. Foi elle e LYELL que no 1.º de julho de 1858 comunicaram à Sociedade Linneana os escritos de DARWIN e de WALLACE, nos quais pela primeira vez apparecia a hipótese da seleção natural. No ano seguinte no *Introductory Essay to the Flora Tasmaniae*, e mais tarde em 1868 no discurso presidencial na sessão da Associação britânica em Norwich, manifestou-se claramente darwinista.

Mencionar todas as publicações de HOOKER seria tarefa difficil, tão numerosas e sobre tão diversos assuntos ellas são. Não comprehendem unicamente a descrição de espécies vegetais, vivas ou fósseis, mas igualmente a parte teórica da botânica, a geografia vegetal, a origem das espécies.

Expôs esses conhecimentos em obras clássicas, em memórias publicadas em jornais scientificos, em discursos proferidos em sessões de diversas sociedades, às quais presidiu.

Todo o enorme trabalho scientifico, executado sem interrupção até poucos dias antes da sua morte, deram-lhe honras como a nenhum outro sábio.

Desde 1842 fez parte da Sociedade Linneana, à qual presidiu durante 15 anos, da Sociedade Geológica, da Sociedade real, na qual presidiu durante 5 anos. Foi sócio correspondente do Instituto de de França e membro das Academias de Berlim, Bolonha, Boston, Bruxelas, Copenhague, Florença, Gotting, Munich, Roma, St. Petersburgo, Stokolmo e Vienna.

Por indicação da Sociedade real recebeu em 1854 a medalha real; a mesma Sociedade conferiu-lhe em 1887 a medalha COPLELEY e a de DARWIN em 1892. Da Sociedade de Artes recebeu em 1883 a medalha Alberto, da Sociedade de Geografia a medalha do fundador, da Sociedade Linneana a medalha Linneana em 1888, e em 1897 a medalha comemorativa do seu octogésimo aniversário e uma das medalhas cunhadas em 1908 para comemorar o quinquagésimo aniversário da comunicação feita dos escritos de DARWIN e WALLACE sobre a seleção natural, comunicação na qual elle teve parte importante. Ainda em 1808 a Manchester philosophical Society lhe conferiu também uma

medalha, e em 1907 a Real Academia das Ciências da Suécia por ocasião das notáveis festas da comemoração do bicentenário do nascimento do grande naturalista suéco, LINNEU, lhe conferiu a única medalha de ouro.

A Universidade de Oxford, Cambridge, Edinburgo, Dublin e Glasgow conferiram-lhe o titulo de doutor honorário.

Não lhe faltaram também as honras officiais. Era da Real Ordem Sueca de Estrêla Polar e da Real Ordem prussiana — Pour le Mérite.

O govêrno inglês nomeou-o em 1860 Comendador da Ordem do Banho, e em 1877 cavaleiro comendador da Ordem da Estrêla da India, sendo promovido a grande comendador da mesma Ordem em 1897 por ocasião do seu septuagésimo aniversário e da terminação da publicação da *Flora of British India* e em 1907, quando completava 90 anos recebeu a Ordem de Mérito.

Para o distinto botânico I. G. BAKER, que com HOOKER viveu em Kew por largo tempo — *Sir Joseph was a man of unbounded energy, and, in my opinion, one of the greatest men of science who ever lived.*

O actual director dos jardins de Kew, botânico distinto, D. PRAIN exprime-se a respeito de HOOKER nos seguintes termos — The breadth of his interests, the depth of his knowledge, and the wisdom of his counsel combined to inspire reverence and regard. But above all these qualities, and beyond the singular charm of his manner, shone the unstudied and unstinted kindness which compelled affection.

A meia noite de 10 de dezembro de 1911 terminou sua longa e laboriosa existência na sua residência, THE CAMP, onde tinha reunido grande número de plantas, que amorosamente cultivava.

Deveria ter sepultura em Westminster ao lado do seu grande amigo DARWIN e doutros homens notáveis, mas tinha determinado ficar junto de seu pai e avô no jazigo de sua familia no cemitério de Kew. E assim se fez no dia 15 de dezembro com a assistência numerosa das sumidades de todas as classes. O sr. PRAIN termina a biografia de HOOKER do modo seguinte — At Kew, where so much of what he accomplished was close, he sleeps with his people, and Kew with its old churchyard is now more sacred even than it was to botanical pilgrims.

Eduardo Bornet

(1828-1912)

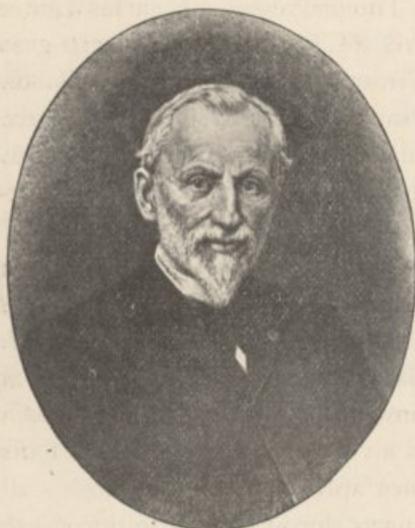
ED. BORNET foi um dos botânicos mais notáveis. Seus princípios de vida foram difíceis, mas seu talento e dedicação ao trabalho abriram-lhe carreira brilhante e desafogada.

Nasceu a 2 de setembro de 1828 em Guérigny, e era filho de Pedro Francisco Bornet empregado da Administração das Forges de la Chaussade, estabelecimento do Ministério da Marinha.

No Colégio de Nevers fez seus primeiros estudos; em 1846 fez o exame de bacharelado em letras e, apesar das dificuldades económicas, com as quais seus pais lutavam, foi para Paris estudar Medicina. Frequentando a Sorbonne e o Jardim das plantas fez o exame de

bacharelado em sciências, podendo então ser recebido nos hospitais como externo.

Cedo manifestou tendências para as sciências naturais. Quando estava no Colégio de Nevers um aluno, que do pequeno Seminário de Antun tinha entrado no Colégio de Nevers, mostrou-lhe uma coleção de plantas que tinha coordenado sob a direcção do abade Carion, autor dum catálogo de plantas do Saone-e-Loir e ensinou-lhe a fazer uso da *Flore parisienne* de BAUTIER.



Eduardo Bornet

Desde essa época sempre se ocupou do estudo das plantas com máxima dedicação.

Em 1848 estabeleceu relações com o sábio micologista, seu patricio, o Dr. LÉVEILLÉ. Foi por este amavelmente recebido, mas fez-lhe vêr que a sciência dos vegetais lhe não daria grandes proventos. Apesar disso BORNET continuou a trabalhar e tais foram seus progressos, que o Dr. LÉVEILLÉ lhe dedicou profunda afeição, dando todo o valor aos seus merecimentos. Prova disso está no que lhe escrevia a propósito da noticia das colheitas que ia fazendo em Guérigny em 1851. Escrevia LÉVEILLÉ o seguinte:

«Podeis crêr que é com grande prazer que vos vejo tratar de micologia tão correntemente como eu: se continuardes na mesma via, sabereis mais do que eu e tereis aprendido em menos tempo».

Em casa do seu amigo LÉVEILLÉ teve relações com os botânicos mais distintos da França e entre outros com G. THURET, homem de boa fortuna e dedicado de modo especial ao estudo das algas.

As condições económicas dos pais de BORNET punham graves dificuldades para a conclusão do curso de Medicina.

Foi então que DECAISNE, director do jardim das plantas, lembrou a THURET a conveniência de tomar como auxiliar o jovem naturalista.

Foi uma grande fortuna para BORNET, pois assim pôde dedicar-se de alma e coração a seus estudos prediletos sem pensar nos meios de vida. THURET de tudo o forneceria.

Em março de 1852 entrou nêsse seu novo modo de vida e de tal modo, que foi companheiro, amigo e colaborador do seu protector THURET até à morte dêste, completando depois religiosamente todos os trabalhos por êle começados, muitos já com sua colaboração.

A prova da grande afeição de THURET vê-se nas cartas que a BORNET escrevia. Durante a ausência de THURET para obter o grau de doutor em Medicina em 1855, THURET escrevia — Se fosseis susceptível de vaidade, poderieis te-la sabendo quanto me custa o habituar-me a estar só nesta casa, na qual temos vivido juntos por tanto tempo; parece-me sempre que estaes cá e que apparecereis dum momento para outro.

A associação entre THURET e BORNET era completa. De origem holandesa, THURET era de pensar e decisão lentos, aparentemente reservado, amigo das comodidades, que os meios de fortuna lhe facilitavam, e sua fraca saude o faziam demorado em seus trabalhos. BORNET era activo, sempre em movimento, de compreensão rápida e de não menos rápida execução. Era a vida do laboratório para todos os serviços, pois para todos tinha rara aptidão.

O primeiro período activo de BORNET durou enquanto durou esta associação. As publicações então feitas eram quasi todas productos do trabalho dos dois naturalistas. Entre todas elas sobresaí a que tem por título *Études phycologiques*, cuja publicação foi terminada sob a direcção de BORNET já depois da morte de THURET.

Teve BORNET ainda grande parte na organização do notável jardim de aclimação por THURET criado em Antibes, para onde o estado precário da saude tinha guiado êste naturalista.

Esse jardim, enriquecido durante a vida de THURET e depois por BORNET, pela viúva de THURET cedido ao Estado, é ainda hoje um estabelecimento de grande valor. BORNET cedeu a êste estabelecimento um herbario com 10.000 espécies e uns 350 volumes de obras de Botânica, nas quais se encontram quasi 20.000 estampas, necessárias para a determinação das plantas.

Os trabalhos dos dois criptogamistas deram a conhecer fenómenos completamente ignorados. Não só foi estudada a estrutura das algas, mas verificados com máxima exactidão os processos de fecundação. Nos *Études phycologiques* são êles descritos com toda a exactidão e representados em gravuras admiráveis, sendo muitos dos desenhos da mão de BORNET.

O segundo período da actividade de BORNET durou desde a morte de THURET, em 1875 até 18 de dezembro de 1912.

Nos 37 anos decorridos não deixou de trabalhar, ora só, ora com a colaboração de naturalistas, que sob sua direcção aprenderam, muitos dos quais hoje ocupam lugar distinto no mundo científico.

Além da conclusão da publicação dos *Etudes phycologiques* publicou uma outra obra de subido valor — *Notes algologiques* em grande parte por êle elaboradas, nas quais se expoem a organização e classificação das Nostocaceas, assim como tudo quanto tinha observado em relação à fecundação das Florideas, completando os trabalhos já publicados em 1867, dando motivo para reformar profundamente a classificação das algas feita por AGARDH.

De 1886 a 1888 publicou a *Revision des Nostocacées hétérocystées*, trabalho no qual tomou parte CH. FLAHAULT, ficando perfeitamente conhecido êste grupo de algas. Esta obra foi recebida com entusiasmo pelos algólogos e AGARDH, o mais considerado entre êles, mandou a BORNET uma grande colecção de algas dêste grupo para por ela serem estudadas. O resultado dêsse estudo deu lugar à publicação da obra — *Nostocacées hétérocystées du Systema Algarum de C. Agardh et leur synonymie actuelle*,

Muitos outros trabalhos valiosos sôbre algas poderiam ser citados.

Conhecedor profundo da organização das algas e dos fungos, ocupou-se da interpretação da natureza dos lichenes, confirmando por completo as ideias de SCHWENDENER, demonstrando a verdade dêlas tanto analiticamente, como sinteticamente.

Apezar da grande opposição feita a tais ideias pelos mais distintos especialistas, os trabalhos de BORNET pozeram termo às dúvidas.

BORNET apresentou à Academia das Ciências uma memória sôbre êste assunto. A Academia pouco a considerou, por alguns a julgarem talvez herética, porém, no Congresso das sciências em 1874, por proposta de E. BLANCHARD foi-lhe concedida uma medalha de ouro.

Durante sua longa vida não se ocupou só das algas e dos fungos. Observador perspicaz, todos os fenómenos da vida lhe despertavam interesse. O hibridismo no reino vegetal levou-o a longas e exactas observações.

Tendo a Academia das Ciências pôsto a concurso o estudo das principais questões relativas ao hibridismo, BORNET, estando em Antibes, onde encontrava elementos favoráveis de estdo, durante mais de dez anos trabalhou neste sentido, fazendo mais de 3.000 fecundações artificiais, que lhe deram 234 combinações distintas, e perto de 250 produziram boa semente. Estes resultados foram obtidos com espécies de *Cistus* e resultados análogos foram obtidos com *Anemonas*, demonstrando-se a fecundidade dos híbridos e a necessidade frequente da fecundação cruzada.

Modesto, quasi em extremo, prestava sempre todos os serviços que lhe pediam, auxiliava todos os estudiosos proficuamente, e por esse modo criou verdadeiros sábios, que hoje occupam distinto lugar na sciência.

Em 1885 tendo morrido um dos membros mais distintos da Academia das Sciências, L. R. TULASNE, muitos animavam BORNET a apresentar a sua candidatura, e em 1886 foi admitido.

Quando viu que estava próximo o fim de sua gloriosa carreira, tratou de pôr em ordem as collecções, que destinava ao Museu de Paris, legou à Academia uma collecção de magníficos desenhos executados por RIOCREUX e uma collecção de 77 cartas de LEON DUFOUR a BORY DE SAINT-VINCENT, muitas relativas à guerra de Espanha. Ao Museu ofereceu também 10 volumes de desenhos relativos a algas e com elles o herbário de THURET.

Foi sócio de 26 sociedades scientificas de vários países.

Contam-se dêle 57 publicações diversas.

Em 1898 por ocasião do seu 70.^o aniversário, a Sociedade Botânica alemã enviou-lhe a seguinte mensagem:

HONRADO MESTRE

«O dia que termina o vosso 70.^o aniversário dá à Sociedade botânica alemã a ocasião desejada de vos manifestar seus votos de felicidade bem cordeais, e de saudar na vossa pessoa um de seus membros honorários mais antigos e mais dignos.

«Quando pensardes sôbre vossa vida tão fecunda em descobertas e trabalhos scientificos, de certo vos recordareis com especial reconhecimento do dia em que vos ligastes com G. THURET. Ligado a êste mestre por íntima amizade, por mais de 20 anos trabalhastes a seu lado, a principio como discípulo, mais tarde como mestre e sempre com igual actividade. A vossos esforços associados a Botânica deve o conhecimento da reprodução das formas mais interessantes das algas que povoam o mar e as aguas doces. Falecido o mestre amado ficou-vos o dever de fazer conhecer em publicações magnificas os resultados de vossos comuns trabalhos.

«A vós pessoalmente foi reservado explicar de modo a excluir toda a crítica a fecundação das Florideas, fenómeno que tinha escapado até então as observações dos mais hábeis micrógrafos. Reconhecestes prontamente a exactidão das novas ideias sôbre a estrutura do talo dos lichenes e as confirmastes com observações laboriosas e exactas. Vossa vista penetrante enriqueceu a sistemática do grupo tão polimórfico das Algas inferiores. Tendes sido guia no estudo da

algologia e além disso vossa atenção não se restringe só aos seres inferiores do reino vegetal. «Com THURET criastes em Antibes um estabelecimento admirável, no qual grande número de vegetais tanto das regiões quentes, como das temperadas teem sido cultivadas ao ar livre pela primeira vez no sul da Europa, sendo o modêlo de numerosos jardins nas regiões mediterrâneas. A vila THURET, actualmente propriedade do Estado, pode prestar à sciência numerosos e assinalados serviços.

«Terminando permiti-nos que vos recordemos com sincero reconhecimento a benevolência amigável com que sempre animasteis os trabalhos dos outros. Muitos membros da nossa Sociedade por vós sentem profunda gratidão.

«Que a consciência de ter juntado numerosos materiais ao edificio da nossa sciência e de ter merecido a veneração de todos os vossos colegas, que pessoalmente vos conheceram, possa tornar bela a tarde de vossa vida».

Esta mensagem era assinada pela Direcção da Sociedade, composta dos sábios mais eminentes da Alemanha.

Pouco antes os seus amigos ofereceram-lhe o seu retrato em gravura feito por Alberto Duvivier seu amigo e compatriota e em 1896 no Salon foi exposto o busto em mármore feito por Boisseau.

Dr. Eduardo Strasburger

(1844-1912)

Entre os sábios, aos quais a Botânica deve grandes progressos, occupa lugar distinto o Dr. E. STRASBURGER.

Nasceu em Varsovia no dia 1 de fevereiro de 1844, filho de pais alemães, que ali exerciam o comércio. Seus primeiros estudos foram feitos no Liceu daquela cidade, e aos 18 anos foi para Paris frequentando a Sorbonne durante dois anos. Em seguida foi para Bonn, onde ensinava SCHACHT, e passado pouco tempo, em outubro de 1864, foi para Iena, onde, sob a direcção do distinto botânico PRINGSHEIM, pôde entrar decididamente na bela carreira, na qual tão notável foi.

Em 1866 recebeu na faculdade de Filosofia o grau de doutor em Filosofia, Medicina e Jurisprudência e de 1866-1867 habilitou-se a exercer o professorado como *Privat docent* em Varsovia.

Em 1863 foi nomeado professor extraordinário e director do Instituto botânico de Iéna e em 1871 professor ordinário. Em 1880 foi substituir HANSTEIN em Bonn.

Dotado duma notável faculdade de trabalho e duma inteligência e perspicácia superior, durante sua vida desvendou grande número de mistérios da vida dos vegetais.

STRASBURGER passou quási toda a vida no laboratório investigando, ou ensinando os que procuravam seus conselhos e sua profunda sciência. Com êsse fim a Ienna e Bonn foram muitos botânicos aprender os delicados processos e a técnica perfeita por êle adoptada.

A amabilidade e delicadeza que dispensava a seus discípulos creou-lhe não só admiradores, mas amigos dedicados.

Dos seus trabalhos há 90 publicações, das quais duas foram destinadas a tornar conhecidos os processos técnicos, o *Das botanische Practicum*, publicado em 1884, que teve três edições, e o *Das kleine botanische Practicum*, publicado no mesmo ano, e que teve cinco edições e tendo sido traduzido em várias línguas; outra *Lehrbuch der Botanik für Hochschulen*, feito com a colaboração de alguns botânicos distintos, publicado em 1894 e que teve onze edições, sendo a última publicada em 1911.



Dr. Eduardo Strasburger

Dentre as 90 publicações sobresaem os *Histologische Beiträge*, publicados desde 1888 a 1909, nos quais são expostos os mais interessantes trabalhos, que executou.

Os fenómenos da divisão nuclear, da circulação, da sexualidade, da fecundação e dos fenómenos com ela ligados, tais como a parthenogénese e apogamia foram estudados com máximo cuidado e perfeição, dando a conhecer a natureza íntima dêles, até então imperfeitamente conhecidos ou mesmo ignorados.

Com o ensino directo aos que o procuravam no laboratório, com as lições magistrais que eram ouvidas por cursos numerosos, e com a publicação do *Botanische Practicum* abriu para os estudos istológicos e fisiológicos uma nova via, repleta de resultados magníficos.

STRASBURGER não foi viajante.

Além do tempo passado no laboratório ou na cátedra apenas uma ou outra vez passou algum tempo em montanhas e no sul da França para se retemperar com ar puro das regiões altas ou com as brisas do mar.

Das impressões aqui recebidas publicou em 1895 um livro muito interessante — *Streifzüge an der Riviera* — do qual a terceira edição foi publicada pouco depois da sua morte.

A sua vasta erudição e seus numerosos escritos deram motivo para honras especiais. Em 1877 foi nomeado Conselheiro íntimo do Estado; em 1887 recebeu o título de doutor honorário da faculdade de Medicina de Göttinge; em 1893 o de doutor da Universidade de Chicago, em 1894 o de doutor de Oxford, em 1909 de doutor da Universidade de Bruxelas. Era membro titular ou correspondente da maior parte das Academias científicas, da Sociedade Real de Londres, da Academia das Ciências de Paris, da Academia dei Lincei, da Academia das Ciências belga, da de Boston, Dublin, Turim, Dinamarca, Países Baixos e a Sociedade Linneana de Londres conferiu-lhe em 1905 a grande medalha de ouro.

Tinha casado com Alexandrina Wertheim, mulher muito instruída e muito conhecedora de música. Dela teve uma filha e um filho, o Dr. JÚLIO STRASBURGER, professor de Medicina na Universidade de Bruxelas.

No jornal *Nature* o Sr. J. B. FARMER, discípulo de STRASBURGER dêle escreveu o seguinte:

«Tinha modos singularmente encantadores, que se notavam mesmo em várias das suas publicações. Na discussão era sempre um adversário cortês, dando um exemplo infelizmente nem sempre seguido.

Atraía ao seu laboratório estudantes de todas as partes do mundo, e todos os que trabalharam em Bonn se recordarão da respeitosa afeição que se ligava àquele a quem habitualmente se chamava — o Conselheiro.

Uma excursão feita com êle era um prazer, que difficilmente era esquecido, tão grande era a impressão da sua palavra clara e profunda sobre variados assuntos de sciência, política, arte e literatura, que dava sempre motivos a refletir».

Um *Festschrift* tinha sido projectado por seus amigos e discípulos para ser festejado o seu 70.º aniversário. A morte impediu essa amigável manifestação.

Alfredo Russel Wallace

(1823-1913)

A. R. WALLACE era filho de Th. VERE WALLACE, advogado com poucos clientes, contando nove filhos, e não grandes meios de subsistência. Era homem ilustrado, grande amador de livros. Em Usk

no Monmouthshire, para onde tinha ido de Londres, nasceu ALFREDO a 8 de janeiro de 1823. Em 1828 passou com sua família para Hertford, e aí A. WALLACE recebeu a primeira educação na Hertford Grammar School.

Foi aí que sua inteligência começou a desenvolver-se com a leitura de livros que pôde encontrar na Biblioteca de Hertford, da qual seu pai era bibliotecário. Nos livros de viagens, como o *African Travels*, de MUNGO PARK e ainda mesmo nas fantásticas *Viagens de Gulliver* e de *Robinson Crusoe*, teve de certo origem o desejo de percorrer regiões desconhecidas.

Aos 14 anos passou em Londres algum tempo com seu irmão JOHN. Novas ideias recebeu então com a leitura do livro de TAINE — *Age of Reason* — e com os princípios de ROBERT OWEN, o fundador do movimento socialista em Inglaterra.

De 1837 a 1841 esteve na companhia de seu irmão WILLIAM e com êle exerceu o lugar de agrimensor nos condados de Bedfordshire, Herefordshire, Radnorshire

e Brecknockshire. Durante êsse tempo, além das considerações, que as circunstâncias locais lhe sugeriam, começou a ser naturalista, fazendo observações sôbre a flora local, sôbre os insectos, e a fazer estudos de física, astronomia, ouvindo conferências e lendo todos os livros que pôde obter.

Em 1843 entrou como professor de desenho na Escola de Leicester.

Durante os dois anos que aí viveu estabeleceu relações com HENRY WALTER BATES, e teve ocasião de lêr os *Principles of Population*, de MALTHUS, duas circunstâncias que foram a origem do seu futuro brilhante.

Trabalhou ainda com seu irmão JOHN como arquiteto em Neath, onde fez conferências sôbre sciências físicas no Instituto mecânico, cujo edificio tinha sido projectado e construído sob a direcção dêle e do irmão, fez algumas publicações botânicas e, com a leitura de obras importantes de LYELL, DARWIN, HUMBOLDT e doutros, adquiriu instrução valiosa e começou a sentir desejos de ter maior campo para observar a natureza e o homem.



Alfredo Russel Wallace

Foi o seu amigo BATES, entomologista entusiasta, quem o decidiu a entrar no desejado caminho.

Ambos partiram de Liverpool em abril de 1848, desembarcando no Pará ao fim de 29 dias.

Confiava em que as colecções, que teria ocasião de fazer, lhe pagariam as despesas e o trabalho.

Passado algum tempo encontraram-se em Santarem com SPRUCE. Os três naturalistas separaram-se, tomando caminhos diferentes. WALLACE seguiu o rio Negro até Maupés e durante quatro anos e meio viveu nas florestas e entre os selvagens.

Em carta para um correspondente escrevia: — Nesta região em qualquer digressão uma cousa interessante e grandiosa se nos impoem, — a floresta virgem. Referindo-se aos indigenas diz: — Senti uma sensação surpreendente e deliciosa quando pela primeira vez me encontrei com gente em perfeito estado primitivo, selvagens genuinos. Os índios de Uaupés são diferentes de todos os selvagens que tenho encontrado.

Pela floresta e por entre estes selvagens WALLACE com graves dificuldades explorou regiões nunca visitadas por homem branco, fazendo colecções variadíssimas, observando as variadas formas da vida, tão numerosa tanto nas clareiras das florestas, como nas margens dos rios. Fez longas viagens em barco pelos grandes rios, determinando as direcções do Rio Negro e do Uaupés, formando a base da primeira carta destes rios até então mal conhecidos.

Terminando uma carta escrevia: — O selvagem das florestas do Amazonas e a própria floresta são perfeitamente excepcionais, e quem os vir nunca mais dêles se esquecerá.

Em 1852 embarcou para voltar à Europa. Ao fim duma semana de viagem desenvolveu-se fogo no navio, salvando-se apenas a roupa, que tinha vestida, e pequena bagagem, assim êle e os companheiros andaram no Atlântico durante uma semana em dois pequenos botes. Recebidos num fraco navio, que encontraram, depois de viagem tormentosa ao fim de 86 dias chegou a Deal com a roupa que trazia no corpo e com alguns desenhos de palmeiras e de peixes, que com dificuldade poude conservar.

Na interessantíssima publicação *Travels on the Amazon and Rio Negro*, WALLACE descreve o que viu e sentiu.

Em 1854 empreendeu nova viagem, seguindo para Singapôr e percorrendo as ilhas do arquipélago malaio durante oito anos.

Durante êste período fez notáveis estudos, dos quais derivaram as mais importantes publicações. Tais são: *The Malayan Archipelago*, publicada em 1869, *Geographical distribution of Animals*, pu-

blicada em 1876, *Island Life*, publicada em 1895, na qual WALLACE se ocupa de assuntos geológicos.

Em fevereiro de 1855 estando em Sarawak escreveu um artigo, que foi publicado nos *Annals and Magazine of Natural History*, cujo objecto era: *On the Law which has regulated the introduction of new species*, escrito bem recebido por LYELL, DARWIN e HUXLEY. Mais tarde, recordando alguns principios de MALTHUS e fundado nas observações feitas durante as viagens, prostrado por febre violenta em Ternate, escreveu a notável memória, cujo titulo é: *On the tendency of varieties to depart indefinitely from the original type*.

Enviou êste escrito a CH. DARWIN, seu amigo, para êste o examinar e dar dêle conhecimento a LYELL — se o julgasse digno disso.

DARWIN desde muito se occupava do modo de explicar a origem das espécies, e em 1839 tinha escrito uma memória cujo objecto era: *On the variation of organic Beings in a state of Nature; on the natural means of selections; on the comparison of domestic races and trues species*. Este escrito foi entregue a HOOKER em 1844 e por êste comunicado a LYELL.

HOOKER e LYELL repetidas vezes tinham instado com DARWIN para publicar êste escrito. Este porém, não cedeu a tais instâncias.

Ao receber o escrito de WALLACE, DARWIN escrevia a LYELL: —Vossas palavras ameaçadoras de que eu poderia ser preterido eram bem verdadeiras. Que singular coincidência!

Depois de longos estudos os dois amigos encontravam-se no mesmo caminho e, caso bastante singular, entre os dois homens de elevado espirito, nenhum sentimento de rivalidade se manifestou.

DARWIN tinha já então escrito grande parte do livro sôbre a origem das espécies. Recebendo o escrito de WALLACE ficou um pouco surpreso e com o receio de que alguém pudesse imaginar que êle tivesse praticado a indigna acção de se aproveitar do trabalho de WALLACE, pensou em queimar tudo quanto tinha escrito. Assim o comunicou a LYELL. Este e HOOKER resolveram tudo do melhor modo, apresentando na Sociedade Linneana de Londres os dois escritos na célebre sessão de 1 de julho de 1858.

Em 1870 escrevia WALLACE o seguinte: — Durante a minha vida senti e sinto ainda a mais sincera satisfação por DARWIN muito antes de mim se ter occupado da origem das espécies e por não ter sido eu quem tivesse de publicar o *The origin of species*. Desde muito medi minhas fôrças e reconheci que não eram bastantes para tal empresa.

DARWIN, em carta a WALLACE escrevia: — Antes de vos falar dos progressos da opinião sôbre o meu livro (*The origin of species*) permiti-me que vos manifeste a minha admiração pelo modo que dêle

falais. Outro qualquer na vossa posição nutriria sentimentos de ciúme e de inveja. Como sois superior nesta decadente sociedade! Como sois modesto!

A amizade de DARWIN manifestou-se ainda nos esforços que empregou para que o Governo inglês dêsse uma pensão a WALLACE, intercedendo com instancia com Gladstone. Quando isso se obteve, DARWIN em carta a um amigo escrevia: «Graças a Deus! que grande prazer senti!

Além dos trabalhos scientificos, que tão notável o tornaram, WALLACE ocupou-se de questões sociais e não poucas publicações importantes publicou. Era socialista; assim o declara numa publicação com o titulo: *Land Nationalisation; Its necessity and its aims*, entendendo por socialismo — a organização do trabalho de todos em beneficio de todos, tendo cada um o dever de concorrer com os seus esforços para o bem comum e o direito a parte igual dos beneficios assim obtidos e dos que a Natureza dá.

Não foi materialista, pois sempre conservou a ideia da existência dum sêr que no Universo obra como creador, organizador e dirigente de tudo tanto no nosso Universo, como em todos os Universos possíveis.

É o que êle expõe em 1911 na obra *The World of Life*. Na *The Wonderful Century* publicada em 1903 faz a resenha do maravilhoso progresso das sciências e indústrias realizada no 19.º século. Como presidente da *Land Nationalisation Society* publicou um interessante livro com o titulo *The revolt of democracy*. Publicou várias outras obras, artigos diversos e aos 91 anos ainda o *Social Environment and moral progress*.

O grande valor de WALLACE foi reconhecido. Em 1881 foi-lhe concedida uma pensão; em 1882 a Universidade de Dublin concedeu-lhe o titulo de doutor e outras Universidades fizeram o mesmo; em 1868 a Sociedade Real conferiu-lhe uma medalha de ouro; e em 1908 recebeu a medalha DARWIN-WALLACE e foi um dos primeiros que receberam a Ordem do Merito, creada pelo Rei Eduardo.

JAMES MARCHANT termina a biografia de WALLACE do seguinte modo: «Não foi um concentrado no seu gabinete deduzindo teorias de caóticas observações, e edificando sôbre factos isolados qualquer concepção no silêncio e solidão de sua livraria, alheio ao grande mundo dos pecados e misérias. Como DARWIN pôde dizer — nasci naturalista — mas podia dizer ainda — que seu coração ardia em amor pelo povo trabalhador.

Teve a grande satisfação de descobrir vasta e esplêndida generalização, que não só produziu profunda revolução nas sciências biologicas,

mas que iluminou todo o vasto campo dos conhecimentos humanos. Foi sempre grande o empenho de melhorar as crueis condições em que vivem milhares de seus irmãos, fazendo o possível para lhes tornar a vida mais suave e favorável. Sua inteligência era capaz de abranger tudo quanto está compreendido dentro do visível horizonte da actividade humana e nos últimos tempos da sua vida conservou-se na posição mais alta, observando cuidadosamente tudo quanto o cercava. Como GLADSTONE disse — tinha a crença de que a vida era um grande e nobre mister, e não um meio baixo e vil de cada um praticar o que lhe apetecer».

Philippe van Tieghem

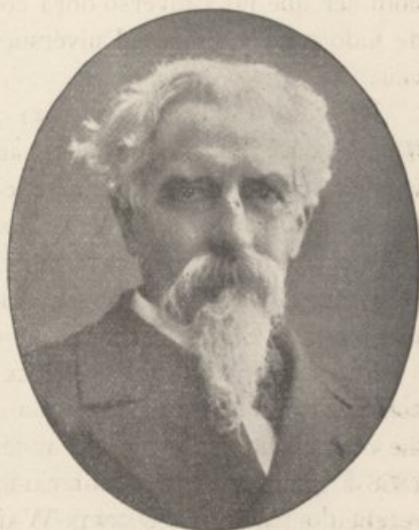
(1839-1814)

A 28 de abril morreu em Paris o sábio ilustre, que durante cinquenta anos representava a botânica francesa.

Tinha nascido a 19 de abril de 1839 em Bailleul, onde seu pai se tinha estabelecido e casado com Amélia Bubbe pertencente a uma das mais antigas famílias desta cidade.

Seu pai, tendo ido à Martinica por causa de negócios, aí morreu de febre amarela três meses antes do nascimento de Ph. VAN TIEGHEM. A mãe, profundamente desgostosa pela perda do marido, pouco tempo viveu. Uns tios e mais tarde as irmãs tomaram sobre si os cuidados da criação e educação do pequeno orfão. Recebido no colégio de Bailleul aí mostrou grande inteligência, aptidão para trabalhar e espírito de iniciativa. Em 1856 fez em Douai o exame de bacharelado e tendo obtido uma bolsa de estudo no liceu de Douai começou com os estudos das matemáticas especiais preparando-se para entrar na Escola Politécnica e na Escola Normal Superior, na qual foi recebido em 1858, sendo o segundo classificado no concurso de admissão.

Fez-se notado pela sua inteligência e PASTEUR foi um dos que melhor reconheceram seu valor. Trabalhando no laboratório deste sábio, já então bem conhecido, depois de obter o titulo de assistente



Philippe van Tieghem

em ciências físicas e naturais, deu tais provas de capacidade, que PASTEUR conseguiu que êle fosse nomeado em 1861 agregado preparador de Botânica e Mineralogia.

Obteve o grau de doutor em ciências físicas, e, preferindo as ciências naturais, preparou-se para nelas se doutorar, sendo para isso instigado pelo sábio director do Jardim das plantas, DECAISNE. Conseguiu esse resultado em 1867 apresentando como tese um estudo sôbre as Aroideas, que o sábio botânico DUCHARTRE considerou notável sob o ponto de vista da anatomia e fisiologia.

Antes mesmo de obter êste grau, por proposta de NISARD, director da Escola Normal e de PASTEUR sub-director, foi encarregado do ensino da Botânica nessa escola, tendo apenas 25 anos.

Começou aí então a dedicar-se ao estudo das mucoríneas, a principio só, mais tarde auxiliado pelo seu preparador LE MONNIER. Desde 1868 a 1877 foram publicadas memórias sôbre os fungos microscópicos, que o collocaram entre os primeiros criptogamistas e lhe deram entrada na Academia das Ciências e no Museu de História Natural aos 37 anos.

Continuou o estudo dos fungos, das bacterias e doutras algas, publicando valiosas memórias desde 1873.

No campo da fisiologia fez estudos importantes sôbre a germinação, sôbre o modo de desenvolvimento do tubo polínico e sôbre a vida de alguns organismos no azeite e sôbre muitos outros fenómenos fisiológicos.

A anatomia vegetal mereceu-lhe máxima atenção. É tão grande a série de trabalhos e publicações sôbre êste ramo da Botânica, que, como diz J. CONSTANTIN, seu biógrafo, a análise exacta de sua obra é impossível, tão considerável ela é; faz lembrar os monumentos edificados pelos Benedictinos.

São importantíssimas as memórias sôbre a raiz e sôbre a estrutura do pistilo, publicadas em 1871. Esta última, na qual não só se ocupa do pistilo, mas também da estrutura comparada da flôr, foi coroada pela Academia das Ciências com o prémio Bordin.

Seus estudos anatómicos mostraram a importância que a estrutura dos diversos órgãos tinham na classificação. As memórias sôbre êstes assuntos sucederam-se rapidamente e novas ideias nelas eram expostas, dando bases seguras para se reconhecer as relações existentes entre as famílias vegetais.

Seria longa a lista destas memórias, abrangendo quási todas as famílias. São importantes as que se referem às plantas parasitas, dando a conhecer singulares organizações dos aparelhos da reprodução destas plantas, fazendo conhecer os inseminados, inovulados, os

óvulos uni e bitegminados, assim como as plantas de nucela permanente e transitória.

Sobre todos estes trabalhos formulou VAN TIEGHEM uma nova classificação muito notável, profundamente diferente de todas as classificações até então organisadas.

CONSTANTIN a tal respeito diz: — Causa pasmo o carácter gigantesco da obra empreendida por um só homem, que revê e transforma a obra dos seus predecessores.

Como diz o mesmo biógrafo: — o saber enciclopédico de VAN TIEGHEM, sua eloquência sóbria e luminosa deviam fazer dêle um professor admirável; por toda a parte onde sua palavra se fez ouvir, soube conquistar seus ouvintes pela clareza da exposição, pela lógica de seus planos, pelo calor persuasivo de suas convicções e pela competência sempre ao corrente dos factos mais recentes. Todos quantos o ouviam ficavam seus sectários e em todas as escolas onde professou, provocou verdadeiro entusiasmo e deixou rastro profundo.

A sciência botânica francesa não teve apóstolo mais fervoroso. O grande tratado de Botânica é de valor extraordinário. Os *Elementos de Botânica*, resumo daquêle, dos quais foram publicadas várias edições, são valiosíssimos.

Um importante serviço prestou VAN TIEGHEM fazendo conhecer em França os trabalhos dos botânicos alemães com a tradução do explêndido *Lehrbuch der Botanik*, do notável botânico alemão J. SACHS.

Durante 32 anos dirigiu a publicação da secção botânica dos *Annales de Sciences Naturelles*, nos quais publicou muitos dos seus trabalhos.

— VAN TIEGHEM teve influência extraordinária, quer por efeito de sua palavra, quer por seus escritos. Trabalhava como um solitário e à primeira vista parecia um pouco reservado. Se porêem um novo se lhe dirigisse, esse admirava a afabilidade e a simplicidade de tão grande sábio.

É êste o juizo que dêle forma o professor, seu colega no Museu, J. CONSTANTIN.

O seu trabalho aturado e eficaz, exposto em inúmeras publicações, deram-lhe os lugares de professor na Escola Normal Superior, no Museu, na Escola Central de Artes e Manufaturas, na Escola Normal das raparigas de Sevres, no Instituto de Agronomia e a admissão de muitas sociedades scientificas.

A França perdeu nêle um utilíssimo cidadão e a sciência um profundo observador.

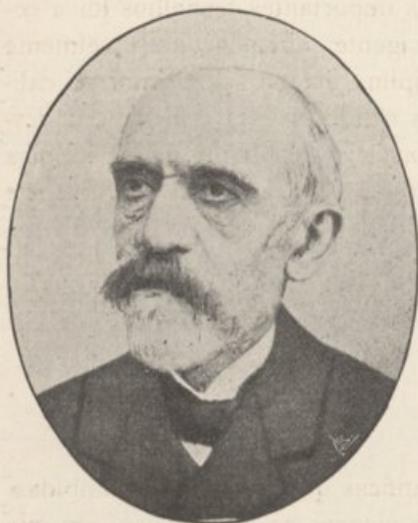
J. HENRIQUES.

Dr. Santos Viegas

Em 10 de julho do corrente ano, faleceu aos 77 anos de idade este digníssimo professor.

Nascera na Covilhã em 1837.

Matriculado na Universidade em Matemática e Filosofia, aos 16 anos, concluiu com distinção a formatura em Filosofia cinco anos de-



Dr. Santos Viegas

pois, em 1858, freqüentando também então o quarto ano de Matemática ¹. Por portaria reitoral de 3 de novembro de 1858 foi incumbido da regência da cadeira de Mineralogia. Em 1859 recebeu os graus de doutor e licenciado em Filosofia. Concorrendo a seguir ao magistério nesta Faculdade, foi nomeado professor por decreto de 22 de fevereiro de 1860. Tomou posse a 17 de março do mesmo ano, contando portanto o ilustre extinto cinquenta e quatro anos de professorado, quasi inteiramente devotados ao ensino. Raras vezes, e só muito

contrariado, aceitou comissões que o afastassem das suas ocupações predilectas. Missões scientificas desempenhou também algumas, e essas com verdadeiro prazer.

Foi deputado às Côrtes pela Covilhã na legislatura de 1870 (sessão única), tendo prestado juramento em 8 de abril, e ainda na

¹ Teve *partido* nos 3.^{os} anos de Matemática e Filosofia e *prémio* nos anos seguintes.

legislatura de 1870-1871, tendo prestado juramento em 25 de outubro.

Seguiu a política do bispo de Viseu, a quem era dedicado; mas, não podendo adaptar-se ao ambiente político, resignou a cadeira de deputado na sessão de 20 de maio de 1871. Mais tarde, foi por duas vezes eleito par pelos estabelecimentos scientificos — em 2 de dezembro de 1885 e 30 de março de 1887.

Administrou interinamente a Imprensa da Universidade desde 10 de março de 1879 até 26 de agosto de 1880; e, por três vezes, em épocas difíceis, foi reitor da Universidade: a primeira, desde 31 de janeiro de 1890 a 6 de agosto de 1892; a segunda, desde 21 de abril de 1906 a 18 de abril de 1907; a terceira, como interino, desde 14 de outubro de 1910 a 19 do mesmo mês e ano¹.

Só com grande sacrificio, e cedendo a repetidas instâncias, exerceu estes cargos, onde prestou relevantes serviços, à custa porém de vivos desgostos. Um dos seus mais importantes trabalhos foi a ordenação da legislação académica vigente. Era incontestavelmente um organizador, cujo método e disciplina até na sua primorosa caligrafia se revelavam; mas a sua linha rígida, avêssa a flexões condescendentes, o seu feitio levemente autoritário, resultante da consciência do próprio valor, a sua sinceridade, rude por vezes, mas que era nele uma forma do culto ardente da verdade, tornavam-no sem dúvida pouco próprio para afeiçoar e dirigir homens. Explicam estas qualidades as desilusões que trouxe da política e dos cargos administrativos que exerceu.



Foi mais feliz nas comissões scientificas que lhe foram incumbidas. Devem citar-se em primeiro lugar as viagens ao estrangeiro, em que teve occasião de conhecer alguns sábios de reputação mundial.

Era sempre com prazer que êle recordava episódios destas viagens, e evocava as figuras imortais de BECQUEREL, REGNAULT, SECCHI, HELMHOLTZ, KIRCHHOFF, LORD KELVIN e outros, que os seus olhos tinham podido contemplar de perto.

A primeira viagem, que durou desde dezembro de 1866 a novembro de 1868, teve por fim estudar a organização do ensino nas principais Faculdades de Ciências de França, Inglaterra, Alemanha e Bélgica, e aperfeiçoar-se no ensino experimental da Fisica. Dela resultaram dois extensos e brilhantes relatórios, que foram insertos no

¹ Foi vice-reitor interino em 1883, desde 18 a 30 de dezembro.

Diário do Governo (números de 10 de outubro de 1867 e 21 de março de 1868).

Na segunda viagem, em 1870, foi a Itália estudar espectroscopia com o P.^e SECCHI, tendo assistido à entrada das tropas italianas em Roma.

A terceira realizou-a em maio de 1876, tendo sido nomeado para assistir às conferências que tiveram lugar em Londres, no Museu de South-Kensington.

Na quarta, em 1881, foi a Paris representar o Governo Português na Exposição Universal e Congresso Internacional de Electricidade e ainda na Conferência Internacional para o estudo da passagem de Vénus pelo disco do Sol. Aproveitou a ocasião para ir a Londres visitar o observatório de Kew.

Na quinta, em 1883, dirigiu-se a Viena de Áustria, onde representou o país na Exposição de Electricidade. Aí trabalhou como membro da comissão científica adjunta à Exposição, recebendo a honra de ser eleito vice-presidente duma das secções.

Fez também parte da comissão encarregada de observar no Algarve o eclipse solar de 22 de dezembro de 1870, observação esta que foi prejudicada pelo mau tempo. Nos dias 17 a 21 tinha observado e desenhado as protuberâncias solares.

Em 15 de junho de 1885 foi eleito delegado da Faculdade ao Conselho Superior de Instrução Pública para o biénio de 1885-1886; e presidiu, no ano de 1895 e seguintes, à comissão encarregada de escolher os livros de texto para o ensino secundário.

Dirigiu a sua Faculdade, como decano, desde outubro de 1880, sendo notável a *oração de sapiencia* pronunciada na inauguração do ano lectivo de 1888-1889 (*Instituto*, vol. xxxvi, pág. 317), em que a elevação dos conceitos, a pureza da linguagem e a elegância sóbria da forma disputam a primazia.



Onde principalmente se exerceu a sua actividade, foi no ensino da Física e nas direcções do Gabinete de Física e do Observatório Meteorológico. Era na cátedra, ou no remanso do seu gabinete, ou entre os seus instrumentos, *que nunca o enganavam* — dizia —, que se encontrava verdadeiramente à vontade, no seu meio próprio, longe das lutas e das mentiras sociais.

Por carta de lei de 21 de fevereiro de 1861 tinha sido criada a cadeira de Física dos Imponderáveis, que desde 1851 vinha sendo reclamada pela Faculdade de Filosofia.

Sendo-lhe confiada esta cadeira, nela adquiriu rápidamente a mais distinta reputação. A orientação moderna que deu ao ensino, sobretudo devida às suas viagens, fez uma verdadeira revolução no nosso meio.

Não menos importantes são os serviços prestados no Observatório Meteorológico. Este estabelecimento começou a ser construído em 1863, sob a direcção do Dr. JACINTO DE SOUSA, principiando regularmente as observações em dezembro do ano seguinte.

Em 1865 já ali prestou notáveis serviços, durante alguns meses, sem remuneração alguma, o Dr. SANTOS VIEGAS; mas a sua acção fez-se sobretudo sentir depois que, em agosto de 1880, por falecimento do Dr. JACINTO DE SOUSA, assumiu a direcção do Observatório.

Além da reorganização dos serviços¹, devem-se-lhe importantes melhoramentos, tais como a instalação em 1885 dum instrumento de passagens, de REPSOLD, e a montagem, em abril de 1903, dum pêndulo horizontal de MILNE. As observações sísmicas começaram a publicar-se em 1909. Últimamente tinha começado a instalação, que não pôde concluir, dum sismógrafo de WIECHERT.

É sobretudo como professor que o Dr. SANTOS VIEGAS conquistou a justa nomeada que o tornou conhecido em todo o país e respeitado de algumas gerações académicas. Alguns dos seus discípulos subiram depois aos mais altos cargos do Estado; e desde muito que o contavam como mestre todos os seus colegas da Faculdade. Coloca-se o Dr. SANTOS VIEGAS a par dos mais eminentes professores que desde 1772 tem honrado na nossa Universidade o ensino da Física, devendo considerar-se o continuador da brilhante tradição deixada por DALLA-BELLA, CONSTANTINO BOTELHO e SANCHES GOULÃO.

Nenhuma aula tinha auditório mais atento do que a sua. Ele conseguia prender a atenção do aluno pela nitidez incomparável da exposição, pela forma toda pessoal de que revestia o raciocínio, socorrendo-se a cada passo de imagens vulgares para tornar fácilmente compreensível qualquer ponto mais abstracto, pelo tom de sinceridade e convicção que imprimia às suas palavras, emfim — nos últimos tempos — pela sugestiva auréola de prestígio que nimbava aos olhos do curso a sua figura de velho apóstolo, em que um corpo resequido, duma magreza quási esquelética, era encimado por uma bela cabeça branca, de vastíssima fronte, respirando toda ela intelligência e nobreza.

Numa prelecção, logo às primeiras palavras dominava os ouvintes.

¹ *Observações meteorológicas, magnéticas e sísmicas, e Táboas psicrométricas para uso do Observatório Meteorológico da Universidade de Coimbra.*

O assunto era muitas vezes dos mais áridos e ingratos; mas êle tinha artes de conservar tensa, ainda assim, a atenção do aluno. Mais do que um professor, parecia então antes um sacerdote oficiando diante de fieis solícitos e cheios de fé.

Quando em 17 de março de 1910 completou cinquenta anos de professorado, foi-lhe prestada uma comovente homenagem, que muito o sensibilizou. Começava o Dr. SANTOS VIEGAS a sua prelecção habitual, quando inesperadamente irrompe péla aula um numeroso grupo de professores e académicos, com o reitor à frente — o sr. Conselheiro Alexandre Cabral —, que passou a ler uma carta régia, naquele mesmo dia publicada no *Diário do Govérno*, em que o Chefe do Estado o felicitava «tendo na maior consideração os relevantes serviços por êle prestados à sciência e ao ensino em tão longa e laboriosa carreira». Depois foram lidas mensagens da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Coimbra. Seguiu-se uma vibrante ovação; e, encerrados por aquele dia os trabalhos escolares, foi o velho professor acompanhado a casa por todos os presentes.

Muito calou no seu espírito esta justa manifestação de aprêço.

Outras distinções lhe foram conferidas, como prémio dos seus merecimentos: tinha a carta de Conselho, as comendas da Rosa do Brasil e Francisco José de Áustria, a grã cruz de S. Tiago, e era cavaleiro da Legião de Honra, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e honorário do Instituto de Coimbra, sócio fundador da Sociedade dos Electricistas de Paris e membro da Sociedade Sismológica Italiana.



Não deixa o Dr. SANTOS VIEGAS o que se chama uma obra científica, porque o horror à publicidade e a pequenez do nosso meio a isso obstaram; mas são incalculáveis os serviços prestados à Universidade de Coimbra, que tanto illustrou e amou, e à educação da mocidade, de quem foi sempre seguro guia e desvelado amigo.

Bem merece da posteridade a sua veneranda memória!

Coimbra, agosto de 1914.

H. TEIXEIRA BASTOS.

Miscelânea

HOMENAGEM A HENRI POINCARÉ

O Senado da Universidade de Coimbra deliberou contribuir com 200 francos para a homenagem que o Instituto de França projecta prestar à memória de Henri Poincaré. Essa homenagem consta da cunhagem de uma medalha com a effigie do grande sábio e da constituição de um fundo de reserva destinado a animar ou recompensar os novos homens de sciências e de letras.

Para pôr em prática esta ideia tão justa e simpática abriu-se uma subscrição internacional, tendo sido resolvido pela respectiva comissão que aos subscritores de verbas superiores a vinte e cinco francos e inferiores a cinquenta fosse concedida uma medalha de bronze, e áqueles que subscrevessem com verbas superiores a cinquenta francos se concedesse uma medalha de prata.

A TRACÇÃO ELECTRICA EM COIMBRA E AS OBSERVAÇÕES DO MAGNETISMO TERRESTRE NO OBSERVATÓRIO DA CUMEADA

Sôbre êste assunto deu-nos o distinto professor A. Ferraz de Carvalho e sábio director do Observatório Metereológico da Universidade, as seguintes informações:

É sabido que êste sistema de tracção prejudica as observações do magnetismo terrestre, desde que o local em que se fazem não esteja suficientemente afastado das linhas da rêde.

Á passagem dos carros estabelecem-se correntes do condutor aéreo para a linha; e, como esta não foi isolada, dela saem ramificações — as *correntes vagabundas*, que podem exercer acções em pontos distantes.

Pela tracção electrica em Lisboa ficaram inutilizaveis as instalações do Observatório Infante D. Luís e em Coimbra já a sua influênciã é manifesta, embora não seja por enquanto tão forte que as prejudique sensivelmente.

Deve-se isso certamente à pequena extensão da rêde, ao afastamento da linha mais próxima e à pequena frequênciã dos carros transitando sôbre esta última.

A influênciã a que nos referimos é claramente indicada pelos gráficos da declinação.

Comparemos os três gráficos de que aqui reproduzimos provas negativas. É um de 26 a 29 de setembro de 1909, antes do estabelecimento da tracção; outro de

17 a 20 de janeiro de 1911, quando já funcionava a linha para o Bairro Alto, e o terceiro de 30 de junho a 3 de julho de 1914, tomado portanto nas actuais condições.

Entre o segundo e o primeiro, pondo de parte variações naturais, não se encontra diferença sensível. O terceiro gráfico porém, apresenta duas partes bem dissimilhanes correspondentes respectivamente às horas em que não ha movimento e áquelas em que circulam os carros. Nesta parte observam-se perturbações periódicas, com intervalos de meia hora, correspondentes, naturalmente, à subida dos carros na secção da linha dos Olivais mais próxima do Observatório.

Nas observações directas da declinação (10^h a. m. e 2^h p. m.) o observador nota muitas vezes perturbações sensíveis, coincidindo com a passagem dos carros.

Relativamente às medidas directas da Inclinação e da Fôrça, resultado das médias dum grande número de observações, não é por enquanto apreciável qualquer influência.

Publicamos a tabela das médias anuais a partir de 1890.

**Médias anuais da Declinação, Inclinação
e Componente Horizontal Magnética de Coimbra**

Anos	Declinação W.	Variação anual	Inclinação N.	Variação anual	Componente Horizontal	
					Unidades C. G. S.	Variação anual
18 0	18. 7.21		59 57.30		0,22459	
1891	2.16	— 5. 5	55.26	— 2. 4	22478	+ 0,00019
1892	17.57.22	4.54	53,10	2.16	22477	— 01
1893	51.44	5.38	50.30	2.40	22518	+ 41
1894	47.17	4.27	48. 1	2.29	22547	20
1895	42. 3	5.14	43,36	4.25	22581	34
1896	36.47	5.16	40.10	3.26	22620	39
1897	32.19	4.28	36.19	3.51	22658	38
1898	27.57	4.22	33.37	2.42	22691	33
1899	24.10	3.47	28.55	4.42	22724	33
1 00	20. 5	4. 5	24.17	4.38	22763	44
1901	16. 4	4. 1	19.37	4.40	22805	37
1902	12.34	3.30	15.25	4.12	22841	36
1903	9.15	3.19	11.56	3.29	22859	18
1904	5.25	3.50	9.23	2.33	22885	26
1905	1.28	3.57	6.23	3. 0	22900	15
1906	16.56.33	4.55	3.13	3.10	22924	24
1907	51.35	4.58	0.42	2.31	22935	11
1908	46.10	5.25	58.57.16	3.26	22946	11
1909	40.33	5.37	54. 8	3. 8	22959	13
1910	34.28	6. 5	50. 5	4. 3	22986	27
1911	27.23	7. 5	46.24	3.41	23008	22
1912	19.44	7.39	42. 2	4.22	23033	25
1913	12.7	7.37	38.37	3.25	23046	13

Na impossibilidade de se obter da Câmara o estabelecimento de condutores aereos dúplos percorridos pela corrente em sentidos opostos, em officio de 15 de

outubro de 1909 para a Direcção Geral da Instrução Pública, o saudoso Director do Observatório e sábio professor, Dr. Santos Viegas, achava que o único remédio para não ser interrompida a longa e valiosa série de observações magnéticas do Observatório de Coimbra consistia na transferência das suas respectivas instalações para local convenientemente escolhido e afastado das linhas excêntricas pelo menos cinco kilómetros.

É o que haverá a fazer quando, pelo alargamento da rêde actual e mais intensa exploração, venham a estabelecer-se linhas em ruas mais próximas do Observatório e seja de maior frequência a passagem dos carros.

OS EXAMES E A COMISSÃO ITALIANA PARA O ESTUDO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Por decreto de 30 de janeiro de 1910 foi nomeada na Itália uma comissão composta de professores, senadores, deputados e publicistas tendo o encargo de elaborar uma proposta de reorganização dos estudos superiores sob os aspectos profissional e científico, disciplinar e administrativo. Esta Comissão ainda não terminou os seus trabalhos, mas chegou às seguintes conclusões, quanto a exames, e que traduzem tendências das nossas reformas do ensino superior:

1.º Abolição dos *exames especiais*, que, tanto em princípio como na prática, contribuem para a degradação da sciência e esterilização dos seus efeitos. Só servem para criar a aptidão para a superficialidade do saber, que dêste modo se estende da escola secundária à Universidade e da Universidade à vida real.

2.º Deve haver unicamente dois exames: o de Estado para as diversas profissões; e o de doutorado (*di laurea*). O exame de Estado deve ser um exame geral, teórico e prático, sustentado perante comissões especiais, destinado a mostrar que o candidato tem a idoneidade necessária para o exercício de uma determinada profissão. O exame de doutorado deve ter um carácter puramente universitário, não dando direito ao exercício profissional.

3.º Ninguém pode ser admitido ao exame de doutorado, nem ao exame de Estado, sem ter conseguido o atestado de assiduidade e aproveitamento, passado por uma Faculdade. Mas cada Faculdade deverá regular os termos em que poderá ser concedido êste atestado.

ULTIMAS ESTATÍSTICAS PORTUGUESAS DA POPULAÇÃO

A Direcção Geral da Estatística, com uma solicitude, que tanto se destaca no nosso meio burocrático, acaba de publicar a estatística do movimento da população de 1908 a 1912.

A nossa nupcialidade é satisfatória, visto a média dêstes cinco anos ser de 6,73 por mil. É um pouco inferior à europeia, que oscila entre 7 e 8 por mil, mas tende a exceder aquela taxa nos últimos anos, pois foi de 7,37 ‰ em 1912 e de 7,08 ‰ em 1911.

A nossa natalidade é *normal*, visto a média dos cinco anos ser de 33,54, considerando-se *normal* a natalidade entre 30 e 40⁰/₁₀₀, *escassa* a natalidade inferior a 30⁰/₁₀₀ e *elevada* a superior a 40⁰/₁₀₀. Nota-se que entre nós não se tem feito sentir a lei do decrescimento da natalidade que se observa nos países mais civilizados. Leroy-Beaulieu frisa este facto na sua recente obra *La question de la population*, mostrando que Portugal e Hespanha fazem, no ocidente da Europa, excepção a esta lei. Parece que o desenvolvimento do bem-estar, da instrução e das ideias e sentimentos democráticos enfraquece a proliferação.

A mortalidade não se pode considerar excessiva, pois a média dos cinco anos é de 20,38⁰/₁₀₀, embora haja já hoje um grande número de países que tem uma mortalidade mais baixa, como a França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra, Suécia, Noruega e Dinamarca.

A emigração é que é desmarcada. A média dos cinco anos é de 9,12⁰/₁₀₀, quando a percentagem europeia é simplesmente de 2,93⁰/₁₀₀. Verdade seja que o mesmo aumento da emigração se tem notado nos países de grande emigração, como na Itália, Hespanha, Hungria, Rússia e Inglaterra. A explicação encontra-se indubitavelmente na carestia da vida e na prosperidade dos países americanos.

MOVIMENTO DO PESSOAL UNIVERSITÁRIO DESDE 1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1914

Faculdade de Ciências

Dr. António dos Santos Viegas, faleceu em Coimbra, em 10 de julho de 1914.

Museu de Zoologia

Bel Horácio Paulo Menano, nomeado naturalista adjunto do Museu de Zoologia, por decreto de 30 de maio de 1914 (*Diário do Governo*, II série, n.º 177, de 31 de julho). Posse em 1 de agosto.

Gerais

Joaquim de Campos Calhau, anulado o decreto que o nomeou para contínuo dos Gerais da Universidade, por decreto de 25 de julho de 1914 (*Diário do Governo*, II série, n.º 177, de 31 de julho).

A evolução da moeda

Antes da sua consagração em Roma como instituição pública, os meios de pagamento não tinham nome comum, que os designasse. Cada um tinha o nome da cousa que se trocava, ou com que se pagava. O *aes* romano servia para designar todas as moedas, fôsem elas de cobre, prata ou ouro ¹, mas o *aes* romano era apenas o nome próprio duma moeda, que só por metonymia podia ser tomado como expressão genérica. Quando, porém, se fundou em Roma a primeira casa de moeda, a casa deu-lhe o nome. O lugar escolhido para a sua fundação foi o templo de Juno Moneta ², edificado no lugar onde Manlio, tendo pressentido a invasão dos gauleses, deu rebate ao povo romano, advertindo-o do ataque do inimigo. É este o significado da palavra *moneta*, aviso ou advertência, e que se juntou ao nome da deusa para certificar a importância do facto, divinizando-o. Sabe-se que às divindades dos velhos cultos se atribuíam funções de proveniências diversas, designando-as, à maneira do que se fez depois no cristianismo, por apelativos acrescentados aos seus nomes próprios. Assim houve Diana Victrix, Minerva Capta, Venus Libitina, do mesmo modo que entre os cristãos se disse Nossa Senhora da Conceição, das Dores ou da Assumpção, falando da Virgem Maria. Um dos apelativos de Juno foi Moneta. A Juno Moneta era a deusa do bom conselho, a deusa que avisava e protegia, tendo sido debaixo da protecção dessa deusa, divindade tutelar da segurança, que o Senado fundou a sua primeira fábrica de moeda. De aí a pouco Moneta tinha passado de nome apelativo de Juno a personagem alegórica.

¹ Em termos de direito, e segundo o jurisconsulto Ulpiano, o nome do *aes*, moeda de cobre, applicava-se também à moeda de ouro.

² A este cognome da deusa se attribue geralmente a origem da palavra Moeda. Devemos porém dizer que o vocábulo *moneta* se encontra no anglo-saxonio, no escandinávio, no antigo alemão, no lituano e no russo, parecendo derivados todos êles do antigo *man*, que significava *cousa de preço*. É uma questão de linguística, apoiada na autoridade de Bopp, e a que só por lembrança aqui fazemos referência.

No tempo de Cícero o atributo tinha-se já desligado do nome da divindade, e Moneta passava a ser por abreviação o lugar onde se cunhavam as espécies metálicas. Depois a palavra Moneta passou por uma nova evolução a designar o produto fabricado, e no fim da República era já vulgarmente empregada na acepção de moeda ¹.

Estava já então uma parte do mundo em pleno uso da moeda metálica, tendo o género humano feito toda a sua longa jornada desde o estado primitivo até às primeiras civilizações. Como se sabe, a aplicação dos metais aos usos monetários começou muito tarde. Antes das expedições ao Oriente não teve a Grécia moeda de ouro, e só a houve em Roma dois séculos antes da nossa era ². A amoedação da prata precedeu a do ouro, e antes da prata tinham sido amoedados o cobre e o bronze na antiga Itália ³, e o ferro em Esparta ⁴. Não foi porque nêsse tempo se desconhecesse o ouro, que êle tardou tanto em servir de moeda. Conheceram-no quási todos os povos desde a mais remota antiguidade. A sciência da linguagem conserva ainda no seu grande lexicon os nomes dados ao ouro pelos Aryas primitivos antes da dispersão. Depois dela mostra uma copiosa sinonimia que o ouro se encontrava em toda a parte, embora em quantidades diminutas. Diz-se que o sanscrito possuia cem vocabulos para designar o ouro, e que o zend, menos rico, como se sabe, tinha mais de doze ⁵. A sua exploração não era também difficil. Não se escondendo tanto como os outros metais nas profundezas da terra, e extraindo-se fácilmente, nas aluviões dos rios e das ribeiras, da simples lavagem das areias, era o seu recolhimento um trabalho, que estava ao alcance de todos. O ouro não era porêem uma utilidade immediata, faltando-lhe por isso essa qualidade essencial da moeda primitiva ⁶. Não servindo para alimentação, e não prestando para utensilios de caça ou de pesca — principais consumos do homem pri-

¹ Lenormant, *La Monnaie dans l'antiquité*.

² Dureau de la Malle, *Economie politique des romains*.

³ Niebuhr, *Histoire romaine*.

⁴ Na Illiada fala-se de pagamentos feitos com moeda de ferro, e Zeno faz o elogio do ferro como substância monetária pelas mesmas falsas razões económicas, com que modernamente Pierre Leroux, o austero reformador socialista do século passado, condenava, num sistema de finanças ascéticas, a intervenção da moeda de ouro.

⁵ Pictet, *Les origines indo-européennes*.

⁶ Nêste ponto se differenceava a moeda natural, directamente utilizada, da moeda metálica, que só é praticamente útil por efeito dum qualquer emprêgo ulterior. É completo, na sua brevidade e concisão, o estudo analítico que da moeda faz Nogaró no seu recente livro *Elements d'économie politique*.

mitivo e do selvagem — de pouco lhes podia servir todo o ouro do mundo. Não tinham que fazer dêle, sendo por isso uma inutilidade. Era a situação do rei Midas, com fome em cima de montes de ouro.

Antes da moeda metálica tinham sido muito variáveis os meios de pagamento. Nos tempos anteriores à mais rudimentar civilização não eram mesmo necessários êsses meios por não haver então compras ou vendas. Nem mesmo a troca existiria ¹. Havia o saque, e havia a pilhagem, de indivíduo para indivíduo, ou de tribo para tribo. Não se conhecia senão um direito — a fôrça, e uma forma de processo — a guerra. A amizade não podia ter sido um sentimento primitivo. Um homem não se associava a outro homem, um grupo de homens não se associava a outro grupo de homens, senão obrigado pela necessidade da defesa. Antes do sentimento dessa necessidade, que mais se deve atribuir ao instinto do que à reflexão, visto ser extensivo a todos os animais, todo o homem era rival doutro homem no áspero concurso da existência. Num meio assim a vida teve de debutar pelo ódio, parecendo naturalmente o extermínio mais útil do que a associação. O isolamento tinha de ser portanto a regra do homem primitivo ², que foi dêsse modo, por necessidade e por instinto, o rude e grosseiro precursor de Malthus. Com horisontes grandes, é certo, mas com os vastos espaços pouco providos, era natural a tendência a destruir todo o excedente de população, e eram excedente de população todos aquêles a quem faltavam as fôrças para seguir a vida errante, e antes a estorvavam. Assim, nas jornadas pela terra vaga, eram sacrificados todos os que não podiam acompanhar a gente robusta e ágil. Expropriavam-se vidas por utilidade pública. Parece uma barbaridade, mas era natural. Alguns actos que mais chocam o sentimento moderno podiam ter sido então verdadeiros actos de piedade. Os pais matavam os filhos débeis, e os filhos matavam os pais inválidos. Eram demais na terra, bôcas inúteis que para nada serviam. Não podendo acompanhar a gente válida nas suas marchas forçadas, o dilema era barbaro, mas era fatal. Entre o abandono à fome ou às feras e a morte propositada, esta deveria ter parecido um acto de misericórdia. Com um sofrimento instantâneo remiam-se prolongados sofrimentos. Chegava a

¹ A evolução da troca, como fenómeno económico, está descrita pelo sr. dr. Marnoco, com a proficiência de grande mestre, que é, em Economia política, no seu livro *Da troca e seu mecanismo*.

² Que o isolamento foi também uma lei da antiguidade, é uma tese estabelecida por Laurent na sua grande história da humanidade, a que êle chamou *Histoire du droit des gens*.

ser generoso. A piedade humana teria assim debutado por um paricídio. A moral não se opunha, porque não havia moral ¹, e aos próprios pacientes teria parecido natural o sacrificio das suas vidas inuteis, como parece aos selvagens, que vão ainda nos nossos tempos pelo seu pé, e muitas vezes gostosamente, ao que dizem os viajantes, meterem-se nas covas, que alguns dêles abriram por suas próprias mãos ².

Num meio assim, faltando às populações primitivas, como ainda hoje falta a muitos selvagens, toda a noção de propriedade, e não se esboçando sequer o mais rudimentar comércio, a moeda era cousa bem escusada. Roubando mais do que trocando, dispensavam-se meios de troca. O vício ou a virtude, o bem ou o mal, o justo ou o injusto, eram diferenciais desconhecidas, ou modalidades ignoradas. nenhuns direitos, nenhuma obrigações, se esboçavam sequer nessas mentalidades bárbaras. Tudo se legitimava, contanto que tivesse por si a fôrça. Esse individualismo feroz, por onde a vida humana começou, tinha de se resolver em anarquia, quando se formassem os primeiros agrupamentos, não lhe pondo termo senão o chefe, quando o havia, ou a acção violenta dos mais fortes contra os mais fracos. A vontade, consciente ou inconsciente, era a única razão das cousas, e acode ao espirito lembrar que passados todos os séculos, que separaram a civilização dos tempos primitivos, está o anarquismo filosófico e literário fazendo a teoria daquêle anarquismo prático. O tigre que me ataca tem razão, mas eu, quando o mato, também a tenho, disse Max Stirner, resumindo nesta máxima dissolvente toda a doutrina anarquista ³. Sabe-se que nesta extrema esquerda dos revolucionários sociais, o indivíduo é tudo. As suas limitações, familia, sociedade, nação, tem de desaparecer. No seu credo só há o *Único* ⁴, e não havendo outra realidade além dêle, cada um poderá dizer, como a sanguinária Medéa de Corneille, *Moi, et c'est asseç*. Teria sido também êste, à parte os refinamentos da civilização, o estado do homem primitivo. A fôrça primava acima de tudo, como depois se

¹ A moral *bestial*, de que Letourneau faz a sua primeira fase, é a completa ausência de moral.

² Hovelacque, *Les debuts de l'humanité*.

³ Depois de Stirner, que passou no seu tempo quasi incógnito, sucederam-lhe, sem contudo o excederem na violência das suas proposições, Bakounine, Bauer, Kropotkine, Grave, Reclus, inspirados todos êles por Feuerbach na Alemanha, e por Proudhon na França, e ambos êstes influenciados pela filosofia de Hegel, então dominante, e de que ainda hoje se sente a influencia nos espiritos.

⁴ *Único e a sua propriedade* foi o título do livro de Max Stirner, em alemão *Der Einzige und sein Eigentum*.

disse fazendo filosofia do direito, mas a fôrça media-se também pelo êxito e pelos resultados felizes. Por isso em Homero se não admirava menos a duplicidade de Ulysses do que a bravura de Achilles. O mais forte precisava ser também o mais astuto. A hipocrisia é tão antiga como o homem, que a aprendeu na dura necessidade de se defender. As questões de Job acêrca das prosperidades do hipócrita não foram uma novidade do melancólico e desalentado filósofo da Iduméa. Foram a queixa dorida de realidades já antigas no seu tempo.

Constituiu assim o roubo pela violência, ou pela astúcia, todo o regime de vida das primeiras idades, e ainda dos estados mais grosseiros da civilização. O disfarce, de que se faz uso popular em muitas das festas periódicas dos diversos povos, pode ser uma sobrevivência de antigos costumes, do mesmo modo que os combates simulados representam formas antigas de fazer a guerra. Na psicologia de todos os selvagens entra sempre um bocadinho da filosofia de Hobbes e da politica de Machiavel. Não devia ter sido diferente a do homem primitivo. O filósofo e o politico copiaram do vivo, e do vivo de todos os tempos. Evidentemente, não sendo compatível com estados tão atrasados qualquer noção de propriedade, nenhum acto de compra ou venda, e nem sequer de troca, foi possível durante o largo período de estado natural, mais longo por certo do que todos os períodos históricos¹. Não se compra, nem se vende, nem se troca, o que se não tem por direito próprio, e sómente se retém pela fôrça. Na vida errante a propriedade imobiliária não podia mesmo existir. Entre os nomadas tudo é mobiliário, e êsse mesmo mobiliário teria de se reduzir ao pouco que cada um podesse levar consigo. O homem primitivo poderia ter dito, como o sábio, *omnia mecum porto*. Sem dúvida a propriedade começou pela ocupação das cousas tiradas ao inimigo, podendo-se definir como modernamente a definiram Rousseau e Proudhon. Fazia-se apropriação pela violência. Num schema das categorias sucessivas, por onde passou todo o movimento económico, a primeira época foi certamente a das relações por coacção, efectuadas pelo rapto e pela pirateria². Dêste modo pode-se dizer que o primeiro Estado, sendo a primeira organização imposta a um grupo vencido por um grupo vencedor, proveiu da sujeição pela fôrça de companheiros mais fracos, ou menos indómitos, a um bandido mais

¹ Weber, no seu *Rythme du progrès*, avalia em 200 mil anos a vida da humanidade prehistórica. É escusado dizer que êste número só pode ser tomado como expressão cronológica significativa duma larga duração.

² Kobatsch, *Politique économique internationale*.

audacioso, ou a um grupo de bandidos mais audaciosos. A história de todos os povos abre sempre pela absorpção duma tribu mais fraca noutra mais forte, desenvolvendo-se depois toda ela, com fortuna vária, numa série de sujeições de uns aos outros. Está nisto o resumo da história universal. Por isso, não tendo conta as definições de Estado, e não sendo nenhuma delas completa, é talvez a que maior parcela de verdade contém a de Carey¹, que definiu Estado a resultante duma associação de bandidos, sendo certo que não foram cousa muito diferente os primeiros Estados que se constituíram.

Pelas mesmas razões, quando dois Estados se tivessem instituído, um ao lado do outro, algum dêles teria de ser submetido e espoliado pelo outro. Como os indivíduos, em estado social mais atrasado, teriam procurado defender-se pela fôrça dos seus chefes. O conto dos carneiros, escolhendo um leão para rei afim de se defenderem dos que eram regidos por um lobo, é a expressão fabulada de primitivas realidades sociais. Já em adiantada civilização propriedade *quiritária*, como disseram os romanos, era a propriedade conquistada pelas armas, adquirida pela fôrça, tirada aos mais fracos pelos mais fortes. O nome denunciava a origem². Isto mesmo se deduz dos ritos simbólicos do direito antigo. Muitas fórmulas legais, e muitas locuções jurídicas, recordam, na sua preciosa sobrevivência, a apropriação por meios violêntos, mais do que por actos de troca, ou de compra e venda. O limite da propriedade adquirida era, na velha jurisprudência germânica, o ponto onde chegava a flecha ou a lança projectada, e na Índia, segundo uma das suas poéticas tradições, considerava-se domínio territorial de Vishnou toda a extensão compreendida entre o lugar donde aquêle Deus védico atirou a sua flecha e o lugar onde caiu. Aos marcos dava-se o feitiço ou o nome das armas com que se combatia, tendo-se dito talvez por isso que na Bretanha se demarcavam os campos com espadas³. Estas tradições mostram, tão claramente como documentos escritos, que toda a propriedade se fazia por conquista, e se conservava pelas armas, e não foi por certo num regime, em que os mais fortes, servindo-se da sua fôrça ou da sua astúcia, tiravam aos mais fracos as cousas que levavam, que a moeda fez a sua primeira aparição.

¹ *Principles of Social Science.*

² As palavras velhas designam muitas vezes cousas novas. Ainda hoje se diz *penas de aço*, porque antigamente se escrevia com penas de ave. As armas, que substituíram na caça as aves de preza, foram designadas pelos nomes dessas aves. Em Max Muller, *Science du langage*, citam-se numerosos exemplos de sobrevivência de nomes, em que muitas vezes se contém a razão histórica das cousas.

³ Michelet, *Origines du droit.*

Da maneira como os homens pensavam e viviam nos primeiros tempos dão-nos também copiosa exemplificação as crianças e os selvagens, parecendo-se psicologicamente as primeiras idades dos indivíduos com as primeiras idades dos povos. É um facto bem observado que as crianças não praticam geralmente actos de troca. A criança, a quem seduz a vista dum objecto nas mãos dum companheiro, pede-o para que lho dêem, e quando lh'o não dão, tira-o, se pode. Só com os anos, com o ensino e com os alvares da reflexão, lhe vem a noção de troca. Esta não aparece nunca, nas suas relações mútuas, como um facto primitivo¹. Mostram também as narrativas dos viajantes² que os selvagens mais atrazados não trocam mercadorias. Dão e roubam. Estas duas relações unilaterais — presente e roubo — entram naturalmente no espírito dos selvagens, mas a troca é cousa ainda muito complicada para que, sem a clara noção de propriedade, e sem a reflectida limitação do *meu é do teu*, possa penetrar no seu espírito, antes de certo tempo e sem esforço³. Presupondo relações comerciais, e o reconhecimento do direito de posse, a troca pacífica representa por isso um largo passo dado já na civilização. É um acto reflectido, resultante da comparação de dois objectos, que tem de ser naturalmente precedido dum debate entre as pessoas contratantes, expresso ou tácito, demorado ou rápido, e que, sendo geralmente pacífico entre gentes civilisadas, deve ter sido quasi sempre violento entre gentes bárbaras. É por isso vulgar nos selvagens fazerem-se essas operações com as armas na mão, havendo assim muitas vezes entre elles pouca distância da troca de mercadorias à troca de tiros. Teem dêste modo os mercados bárbaros alguma cousa de perigoso, podendo facilmente degenerar em guerra, mas são ao mesmo tempo uma festa⁴. Os que trazem ao mercado objectos para venda põem-se a tocar e a fazer barulhos infernais nos seus rudes instrumentos. Assim o comércio bárbaro anuncia-se ao som duma instrumentação não menos bárbara. É o pregão. Ao mesmo

¹ Tarde, *Psychologie économique*.

² Meccdam, Cook, Magalhães.

³ Os habitantes das ilhas Harvei receberam o capitão Cook com grandes festas e numerosos presentes, mas ao passo que assim o acolhiam foram-lhe roubando tudo quanto lhe poderam roubar.

⁴ Ainda hoje, no desembarque duma tripulação em terra de selvagens, ou à chegada duma caravana a um povoado dos sertões, se repetem as scenas do tráfego primitivo. As mercadorias são expostas na praia, e a venda é anunciada ao som de batuques estrondosos, sendo cada mercado uma verdadeira festa. O que se passa nas nossas feiras, com o costumado acompanhamento de diversões populares, é uma das muitas sobrevivências de remotos tempos.

tempo ficam outros espreitando a distância os acontecimentos, e prontos a intervir com as armas, e resolver as questões pela força. Contudo neste regime, que marca evidentemente um progresso sobre os primeiros tempos, todo o tráfego se reduz ainda a entregar, por bem ou por mal, cousa por cousa, conforme a necessidade e a estimação dos objectos, mas este facto demonstra nesses povos, já emergentes para a civilização, vagas noções de valor, que naturalmente serviram de introdução ao invento da moeda, sem a qual todo o comércio teria ainda agora as complicações daquêlê mercado egípcio, de que Maspero fez a pitoresca descrição tantas vezes citada. É neste rudimentar estado social, que aí fica fugitivamente tracejado, que se encontram os primeiros esboços da moeda, e cuja evolução, partindo de simples conchas apanhadas na praia, vai até às notas de Banco representando milhões.

I

No nosso tempo, com todas as facilidades comerciais, e dispondo dos meios de circulação com que os bancos abarrotam o mundo, mal se concebe a existência dum estado social, por mais rudimentar que seja, inteiramente desprovido de instrumentos monetários. A simples troca poderia dispensar a moeda, mas esse regime só poderia manter-se numa vida em comum, de costumes pacíficos, e em pequenos agrupamentos, como foram certamente os das primeiras sociedades constituídas. Desde o individualismo bárbaro, por onde o homem debutou, até à formação desses primeiros agregados humanos, organizados menos por atracção afectiva do que por interesses de defesa, o passo foi largo. Marca a primeira estação na passagem do estado primitivo à precivilização. Foi o primeiro Avatar humano. Então o número de objectos de uso, sendo naturalmente muito limitado, poderia o escambo fazer-se, efectuando a troca directa das cousas que faltassem a uns pelas que podessem, por acaso, sobejar a outros. Tão apoucada devia ser porém a variedade desse pobre mobiliário que as trocas a pouco se teriam reduzido, não possuindo cada um senão as raras cousas que lhe eram indispensáveis. O que porém tinha sido possível, e acaso fácil, entre poucos, teria sido difícil, senão impossível, em agrupamentos mais numerosos, e sobretudo entre agrupamentos diferentes, e mais ou menos distanciados. Nessa obscuridade se esboçaram as relações comerciais dos povos, que da miséria do seu início galgaram a volumes de negócios agora cifrados,

por cada ano, em mais de 200 mil milhões ¹. O comércio, que hoje se faz a todas as horas, por milhares de toneladas, e a milhares de léguas, começou por essa cousa bem simples, como teria sido, por exemplo, trocar um grosseiro utensilio de caça por outro acaso mais grosseiro ainda de pesca. Foi êste o comêço da jornada económica do homem. Com alternativas de fortuna e de desgraça, mas andando sempre, tem vindo o eterno caminheiro, personalizado no Ashavero da lenda, desde a simplicidade dos primeiros tempos até às formidáveis complicações da vida actual. De duas ninharias que se trocaram, gerou-se toda a estonteante riqueza moderna.

Não vem para aqui contar os passos dessa longa jornada, nem descrever as alegrias e as lágrimas, que a moeda tem trazido ao mundo. Está-se muito longe da hora da partida, mas instrue-nos a vida das populações mais atrasadas sôbre o que teria sido essa madrugada, e não é muito difficil compôr a fisionomia do homem primitivo ao espelho, ainda não quebrado, dos selvagenõs contemporâneos. A miséria duns repete a miséria dos outros, vindo a propósito lembrar que muitas vezes se tem olhado para trás com saudades da primitiva simplicidade. Em todos os tempos tem havido Tolstoís, e é no passado que as mais poetadas tradições põem a idade de ouro. Nenhum facto de ordem geral, por mais beneficente que seja, se tem passado no mundo, sem que contra êle se não tenham desencadeado as antinomias da reacção, e toda a reacção é uma proposição de regresso ao passado. Não escapou a moeda a êsse julgamento, tendo-se-lhe atribuido as maiores culpas nas desigualdades sociais. São-lhe por isso contrárias algumas das doutrinas mais recentes. Nem divisão de trabalho, nem comércio, nem dinheiro. Tudo proscrito. São pecados da civilisação. Estes mandamentos da economia política são repudiados por uma espécie de buddhismo económico, que em todos os tempos tem acometido os reformadores. Na antiguidade, uma lei, atribuida a Lycurgo, proibia os actos de compra e venda, ordenando que só fosse permitida a troca de objecto por objecto ². Era a reacção

¹ Só o comércio externo das nações europeias se elevava em 1912 a mais de 130 mil milhões de francos, e o dos Estados Unidos a perto de 4000 milhões de dollars.

² Na sua *Economia politica* diz Roscher que no fim do século XVIII ainda se fazia nos Estados Unidos o comércio por simples troca, e cita o facto de ter estipulado a Companhia da baía de Hudson uma tabela para seu uso do preço recíproco das mercadorias trocáveis. Deve-se notar que essa disposição é mais antiga, datando da fundação da Companhia, dois séculos antes, e que as mercadorias tarifadas eram a moeda corrente na região. Era pois o valor da própria moeda que se determinava.

da austeridade espartana contra os esplendores atenienses. Modernamente, entre as extravagâncias da Convenção, conta-se a do regresso ao regime da troca pela desamoedação do ouro e prata, que os *assignados* não tivessem ainda banido da circulação. Era a reacção do jacobinismo contra as fortunas. É da história de todos os tempos. Por isso o dinheiro, ou o capitalismo mais socialmente falando, tem sido considerados como uma espécie de pecado original, que outros costumes de maior pureza fiscal deverão remir. Nisto estão de acôrdo os ascetas e os filósofos, a Igreja e a Revolução, S. Francisco de Assis e Proudhon.

Da troca simples à troca por via de moeda a passagem não se fez de um pulo. Decompõe-se o acto de troca no de compra e venda, mas antes dêsse desdobramento ter-se-ia passado da troca simples à troca de duas ou mais cousas por uma. É natural que assim tenha sido, confirmando esta suposição as práticas de algumas tribus selvagens. Esta alteração no modo de permutar foi um notável progresso. É a verdadeira data da criação do numerário. Pela primeira vez teria aparecido também a ideia nítida do valor. Quando se davam duas ou mais cousas por uma, êsse acto tinha de ser precedido duma conta e duma avaliação. Contar e avaliar foram os preparatórios da moeda. Antes da moeda, a compra e a venda confundiam-se no acto da troca. Até a mesma palavra servia no velho sanscrito para as designar¹. Ainda hoje o selvagem, que paga e recebe, tem dessa transacção o sentimento dum acto de troca. Quando compra julga que vende. Na sua rudimentar compreensão, tanto se vende a mercadoria compradora como a mercadoria adquirida. São duas mercadorias, que se trocam, servindo por isso de moeda tanto uma como outra.

O característico comum a essas mercadorias foi o da utilidade também comum. Nêste ponto se conformaram as sociedades primitivas, tendo todas elas partido, para as suas trocas, do princípio fundamental da utilidade recíproca. Foi por isso múltipla a origem dos meios de troca, indo cada um procura-los entre os objectos de uso mais geral e constante. Trocaram-se produtos de consumo imediato por outros produtos também de consumo imediato, quer na mesma tribu, quer em tribus de usos e costumes iguais ou parecidos².

¹ Rosen citado por Pictet.

² Coucelle Seneuil diz que as primeiras mercadorias empregadas como moeda foram mercadorias de importação e exportação, donde conclue que a troca teria começado pelo comércio externo, o que não é muito natural, parecendo que antes de terem permutado tribus diferentes, se teria permutado dentro da mesma tribu.

Assim, reproduzindo os selvagens as práticas primitivas, compreende-se bem que ainda hoje sejam incontáveis as substâncias monetárias empregadas. O sal, como condimento raro e muito apreciado no continente negro, é meio de troca vulgar na Africa. O assúcar serve de moeda nalgumas Antilhas, assim como o tabaco em diversos Estados da América do Norte ¹. O chá no Thibet e na China, o arrôz na Indo-China, são também moeda corrente, como eram as tâmaras na Pérsia e o cacau no México em tempos mais apartados. Todos êstes produtos, e muitos outros, de que se poderia fazer uma comprida lista, eram substâncias alimentares, e por isso da mais geral utilidade, mas, do mesmo modo que para os selvagens, não teriam sido considerados de somenos utilidade, nas sociedades primitivas, os objectos destinados à ornamentação. Assim as plumas e os enfeites são cousas muito apreciadas por todas as populações atrasadas ², que tanto se comprazem em satisfazer a vaidade como em matar a fome. Algumas das mercadorias empregadas presuppõem já relações comerciais mais largas. O marfim e os dentes de elefante, por exemplo, não são objectos de consumo immediato. Em troca dum objecto com utilidade para um dos permutantes dá-se outro objecto só com utilidade futura para o outro. É um passo na evolução monetária, e porventura um principio de moeda internacional. Contudo não foi ainda com êste passo que se saiu para fora do regime da troca. Apenas se introduzia um factor novo. A uma utilidade de consumo immediato substituiu-se uma utilidade intermediária, escolhida entre as de maior procura. Evidentemente, não podendo haver equilibrio entre o necessário para uns e o que podesse haver de supérfluo para outros, teriam sido preferidos os objectos que menos dificuldades oferecessem para troca. A raridade ou a aprêço, a generalidade ou a constância, foram as qualidades que, isolada ou combinadamente, deram a preferência a um objecto para denominar o valor dos outros ⁴. Dêste modo empregou-se preferentemente como moeda a mercadoria mais conhecida, mais apeteçada por todos, e por isso mais facilmente trocável. Algumas vezes várias mercadorias se teriam empregado ao mesmo tempo, estabelecendo-se entre elas uma relação de valores, e acaso prevalecendo alguma por selecção. Não há muito tempo ainda fixava a legislação de alguns Estados ameri-

¹ No século xvii foi decretado no Estado de Virgínia o curso forçado do tabaco.

² Humboldt, *Essai sur la nouvelle Espagne*.

³ Veja-se a longa enumeração dêsses objectos em Letourneau, *L'Evolution du commerce*.

⁴ Oliveira Martins, *O regime das riquezas*.

canos o preço recíproco do tabaco, da carne de porco, do trigo e do milho, referindo cada uma destas mercadorias ao preço das outras ¹. É a troca quási nos nossos dias, e já em adeantada civilização.

O inventário, que se tentasse fazer, das cousas usadas como meio de troca pelas populações em estado primitivo, nunca sairia completo, tal é a variedade dessas cousas. De lugar para lugar mudavam os meios de troca, não tendo havido em todo o ciclo monetário, fora do regime dos metais, senão uma qualidade de moeda com geral acceitação numa área extensa, e com uma duração que chegou aos tempos modernos. Foi a moeda viva, e moeda viva foi o gado no regime pastoril, e depois o escravo, que era quási o mesmo, na passagem da sociedade pastora para agrícola. Primeiro que tivesse sido agricultor o homem foi nómada. Antes de tomar posse da terra disfrutou-a sem a possuir ². O nómada só tinha de seu o rebanho que apascentava. A terra era apenas um lugar de passagem, mas as tribus errantes, enquanto a terra não teve dono, tinham todo o espaço livre. Não precisavam de mais nada. No regime pastoril as pastagens eram de todos, ou não eram de ninguém, o que é o mesmo. Os seus rebanhos passavam pela terra como os navios passam pelo mar, que também é de todos. Não tinham outra riqueza. Não tinham mais nada. O gado foi por isso a moeda normal dos povos pastores, e nenhuma, fora das espécies metálicas, foi tão constante e tão geral como êle. As outras mercadorias, que sem conto serviram de moeda, eram locais e inconstantes. O gado não. A área geográfica dos nomadas era toda a terra então conhecida. Era seu o mappa-mundi, e de gados se compunha a fortuna trocável de todos êles. Dêste modo era o gado que mais se devia ter empregado como meio de troca, sendo êste facto demonstrado a todas as luzes pela linguagem, pelas tradições e por numerosas sobrevivências. Usando duma expressão moderna, poderá mesmo dizer-se que nas raças aryanas foi êsse o padrão único de valores. Foram monometalistas

¹ Também não há muito tempo que nalgumas cidades americanas apregoavam os vendedores ambulantes as suas mercadorias oferecendo-as em troca doutras mercadorias.

² A primeira manifestação do direito de propriedade talvez tivesse sido o pagamento de taxas de passagem, como ainda hoje se vê nalgumas populações africanas. Dêste costume foi uma interessante sobrevivência o que há pouco se fazia na Espanha, mais conservadora de tradições do que qualquer outro país europeu. Ainda no século passado cruzavam os rebanhos duma Companhia privilegiada os territórios dêsse país no exercício dum direito consuetudinário, com tribunais especiais que julgavam todas as contestações entre os pastores nómadas e os proprietários das terras.

a seu modo. Todos sabem que a palavra *pecúnia*, dinheiro na lingua dos latinos, vem da palavra *pecus*, gado, e do mesmo modo *feoh*, dinheiro no velho islandez, deriva de *fé*, palavra que significa igualmente gado¹. Nos Vedas e no Avesta todas as avaliações eram feitas em cabeças de gado, e na Illiada dizia-se que a armadura de Diomedes valia nove bois, e cem a de Glanuco. O nome da rupia na India moderna deriva do velho sanscrito *rupa*, que significava também gado². A função preponderante do gado nos livros sagrados da India era assim duplicada pela sua função monetária, e isso prova também que as riquezas consistiam nêsse tempo principalmente em rebanhos. Com efeito o gótico *faihu*, gado, tinha o significado de dinheiro na versão de Ulphila, que traduziu riqueza por *faihuthvaihans*, literalmente abundância de gado, e essa mesma palavra se encontra, tanto nas leis lombardas como nas anglo-saxónias, com o significado de dote ou património³. Ainda hoje o seu equivalente frisão, com a teimosia das velhas linguagens, conserva a significação de rebanho de gado, e no moderno inglês expressa-se pela palavra *fee*, um derivado do gótico *faihu*, gado, a ideia de pagamento, retribuição, salário⁴. Na antiga Grécia propriedade e rebanho expressavam-se pela mesma palavra, que tinha concomitantemente o significado de posse, propriedade, rebanho e gado. Para o erudito Grimm, o mesmo radical grego teria reaparecido nas línguas teutónicas, dando origem a palavras com significação de riqueza, propriedade, tesouro, tributos, tudo debaixo da forma de gado. Dêste modo, consistindo principalmente em rebanhos o património dos antigos, era natural que as suas riquezas se contassem em cabeças de gado, *capita*, provindo de aí o termo económico *capital*, a expressão jurídica *cheptal* na França, e a palavra inglesa *cattle*, que simultaneamente significa gado e capital. O costume de considerar o gado como padrão de valor das cousas tornou-se tão geral entre os povos da antiguidade, e principalmente nos da raça aryaná, que os seus vestígios ficaram existindo durante muito tempo na moeda metálica. Assim as mais antigas moedas que se cunharam na Eubéa, na Phocida e na Itália central, tinham por signo uma cabeça de touro. Dizia-se por isso das moedas de Servio Tulio *bovum oviumque effigie*. Eram sobrevivências da moeda dos tempos do regime pastoril. Compreende-se porêem que faltando a êste meio de pagamento as condições de divisibilidade, não podiam

¹ Edelestand Dumeril, *Memoire sur les runes*.

² Lenormant, *La Monnaie dans l'antiquité*.

³ Pictet, *Les origines indo-européennes*.

⁴ No Zend-Avesta estipulavam-se em cabeças de gado os salários dos médicos.

com êle realizar-se todas as transacções. Um carneiro ou uma ovelha valiam menos do que um boi ou uma vaca, mas essas unidades não podiam ainda servir de pequena moeda. Empregaram-se por isso nos pagamentos os couros e as peles dos animais abatidos. Era moeda de menos valor, que se podia dividir, fragmentando-a materialmente, e que foi, por assim dizer uma primitiva moeda divisionária ¹. Foi uma espécie de bilhão bárbaro.

Do gado fez-se um sistema monetário completo. Assim como 20 shillings valem um soberano inglês, 15 carneiros na Escandinávia, 10 em Roma e 5 na Grécia valiam um boi ². Deve-se dizer que esta relação não era menos teórica do que foi, no regime da moeda metálica, a da prata com o ouro. Muitas vezes variava a escala progressiva dos valores, segundo o aprêço que se dava às diferentes moedas vivas. Parece que na moeda pecuária se teriam exemplificado todas as questões monetárias supervenientes, apenas com a diferença que vai do estado embrionário ao estado complicado. Datam do seu tempo os empréstimos a juros. Do mesmo modo que o gado serviu de moeda primeiro que o dinheiro, precederam talvez os empréstimos em gado os empréstimos em dinheiro. Já alguém disse que lhes poderiam ter servido de modelo ³. O juro, que a tantas controvérsias tem dado lugar, teria parecido então cousa natural. A distinção entre capital e rendimento, entre produtor e produto, põe-se mais de manifesto na moeda pecuária, que por isso não pode ter contra si o argumento da esterilidade do dinheiro. Sabe-se como o juro foi combatido pelos filósofos na antiguidade, e pela Igreja nos tempos cristãos, sobressaindo às razões dos moralistas, e às do direito canónico, a da improductividade do dinheiro, invocada já por Aristóteles, e repetida mais de 2000 anos depois pelos socialistas revolucionários. Não se podia porêem taxar de esterilidade a moeda pecuária. É de si um capital fecundo. Foi com o exemplo dos rebanhos de Jacob que o judeu Schylock da peça de Sakspeare defendeu a legitimidade do seu negócio. O capital dinheiro frutifica pelo trabalho, mas o capital pecuário frutifica naturalmente. As relações entre êsse capital e o seu rendimento não aparecem acompanhadas das complicações que tanto se prestam a subtilezas. Num tempo em que as transacções se efectuavam principalmente em cabeças de gado, os empréstimos feitos assim deviam ter suscitado a ideia do juro. Eram um capital vivo, produzindo um acréscimo de valor, e representando assim cousa

¹ Na linguagem dos Lapónios a mesma palavra servia para designar pele e dinheiro, o que poderá significar também a miséria dessa população.

² Lenormant, *La monnaie dans l'antiquité*.

³ Kovalewsky, *La loi et la coutume au Caucase*.

parecida com o juro. Quando se emprestava uma vaca, estipulava-se que esta seria restituída no fim do ano com uma cria. No fim de dois anos já não era sòmente uma cria, mas outra vaca ¹. Era o juro composto. Contando à moderna, poderá dizer-se que era um juro anual de 50 por cento. Parece que na antiguidade grega e romana se teria pago por êste preço o aluguer do dinheiro, mas ainda que assim não fosse, e que a taxa do juro não tivesse excedido 18 por cento, como escreveram historiadores da economia política ², tem-se de contar com a maneira como se faziam as reduções do gado a dinheiro. Quando em Roma se substituiu por dinheiro o pagamento das multas em cabeças de gado, as avaliações fizeram-se com extrema modicidade ³, o que teria elevado o valor do dinheiro.

Está escrito em página anterior que também os escravos serviram de moeda. Com efeito, pelas antigas leis islandezas, as rendas, as multas, as composições e os preços, tudo se calculava em moeda viva, em bois ou vacas quási sempre, mas também algumas vezes em escravos ⁴. No código de Brehon tudo era *viva pecunia*. Esta expressão *viva pecunia*, traduzida depois na Gran-Bretanha por *living money*, tanto designava cabeças de gado como escravos, equiparados ao gado para os efeitos de pagamentos. Os escravos serviram assim de moeda numa grande parte do mundo, e durante muito tempo. Já Pausanias se referia a pagamentos com escravos na antiguidade grega e latina, e idênticas disposições teve a Escócia nos séculos XIII e XIV. Era mesmo a moeda mais apreciada. Foi o ouro do tempo da moeda viva. Por isso não só se capitalisava em escravos, mas valorisava-se por todos os modos êsse capital vivo. Creavam-se escravos para acumular riqueza, e educavam-se, ensinando-lhes officios, para que valessem mais, e fossem melhor moeda, moeda mais forte, como se diria agora. Preparar escravos era negócio muito aconselhado por Catão ⁵. A escravatura, que tanto escandalisa o sentimento moderno, era uma cousa natural. Conformava-se aos costumes do tempo, e nem sempre o leilão humano repugnou à piedade christã. O próprio Bossuet desculpou a escravatura, dizendo que se o vencedor tinha todo o direito sòbre o vencido, ao ponto de lhe poder tirar a vida, praticava, conservando-lha, um verdadeiro acto de clemência ⁶. Não admira por isso que os escravos tivessem sido também moeda

¹ Tarde, *Psychologie économique*.

² Boeck, *Économie politique des Athéniens*.

³ *Levis aestimatio* diz Cícero na *Republica*.

⁴ *Ancient laws of Ireland*.

⁵ Salvioli, *Le capitalisme dans le monde antique*.

⁶ *Avertissements aux protestants*.

corrente na Igreja. Até mesmo depois de restringido o poder liberativo da moeda humana no pagamento de mercadorias postas em circulação, se continuou ainda a receber em escravos as multas eclesiásticas¹. Nem aos mais venerados santos da cristandade repugnava servirem-se de escravos como moeda corrente nas suas obras de caridade. Pagava-se em escravos a beneficência cristã. O famoso apóstolo da Irlanda, S. Patrício, gabava-se de ter distribuído em esmolas, nas suas visitas aos pobres nada menos do que o preço de 15 homens, ou 105 mulheres, visto que na antiga Irlanda era de sete mulheres, pela tabela do *Senchus Mor*, o valor legal de um homem². Parece mesmo que no ocidente céltico era a mulher mais utilizada como moeda corrente do que o homem, sendo quasi sempre fixado em mulheres ou em vacas³, o preço das compensações a dinheiro, ou das multas a pagar.

No tempo e no espaço nenhum outro sistema monetário teve a generalidade da moeda viva, gado primeiramente, acumulado mais tarde com escravos. Do direito consuetudinário dos povos pastores passou para a legislação. O que era só costume codificou-se. As leis draconianas na Grécia, e em Roma as leis Ateeria-Tarpeia e Menenia-Sestia, ordenaram que tudo se avaliasse em cabeças de gado, e por tal maneira o fizeram que passados alguns anos tinham os censores transferido para o Estado, em multas, quasi todos os rebanhos dos particulares. A moeda metálica já então tinha entrado em circulação, e depois de Solon ter revogado as leis de Dracon, convertendo em valores monetários os valores expressos em gado, o mesmo fez em Roma a lei Júlia-Papíria. Vê-se porém, pelo que fica escrito, que o costume continuou a prevalecer sobre as leis, mostrando os factos apontados que à entrada dos tempos modernos ainda a moeda viva tinha curso numa boa parte da Europa. Durou muito, e durará sempre nas tradições. Nunca se apagarão os vestígios que dela ficaram, não só na nomenclatura monetária, como atraz se disse, mas também materialmente na própria moeda metálica. Tendo começado pelo animal vivo, acabou pela sua effigie na moeda cunhada, passando pela moeda de sola, que poderia ter sido uma substituição simbólica da parte pelo todo, e fragmentando-se em couros ou peles por acomodação à exigência dos pagamentos.

Em artigos seguintes continuaremos.

ANSELMO DE ANDRADE.

¹ Blanqui, *Histoire de l'économie politique*.

² Jubainville, *Cours de littérature celtique*.

³ *Pretium ancillae* ou *Pretium vaccae*.

Contribuições para o estudo anátomo-patológico do ôvo humano

I

O estudo da anatomia patológica do ôvo, e mais especialmente ainda o do feto humano, está ainda no seu início.

As lesões do corion e da placenta, expulsa na segunda metade da gestação, teem prendido mais as atenções e suscitado interessantes trabalhos de investigação, que aliás não teem elucidado por completo todos os pontos obscuros desta questão; mas o estudo do feto, particularmente nos primeiros meses de vida intra-uterina, tem sido quasi por completo abandonado.

É sabido que doenças crônicas dos pais, tais como a tuberculose, a diabetes, a sífilis, e muito especialmente esta última, teem uma influência altamente nociva sobre o feto, cujo desenvolvimento podem afectar e mesmo interromper desde as primeiras semanas. Contudo, não se deve inferir da extrema freqüência destas doenças, que o material de estudo abunde, pois que à morte do feto nem sempre se segue a expulsão num lapso de tempo tal que não sobrevenham alterações autolíticas que o inutilizam para o estudo histológico.

Embora adicionemos a estas todas as causas de morte do feto no primeiro terço da vida uterina, tais como alterações do sangue materno, carcinoma, inflamações crônicas uterinas, lesões vasculares do cordão, alterações placentares, encontrar-nos-hemos com um material de estudo extremamente exíguo, motivo suficiente para o atraso neste capítulo do estudo das doenças do ôvo humano.

A nossa singela contribuição baseia-se no estudo dum feto recebido em 1907 no Laboratório de Anatomia Patológica e posto à nossa disposição pelo falecido professor dr. Raimundo Mota.

Este feto provinha de abôrto duma doente em tratamento de sífilis secundária numa das enfermarias hospitalares. Não era acompanhado de placenta, que, embora pedida pelo Laboratório, não foi enviada. Tinha 22 milímetros de comprimento, medidos do vertex ao

coccix, segundo a técnica de His (*Scheitelsteisslänge*). Toda a face e parte do crânio eram cobertos por um coágulo que, resistindo à tracção, evitamos destacar para não deformar a extremidade cefálica.

O aspecto exterior e o estudo subsequente mostraram que nele não havia lesões de autólise importantes que prejudicassem o nosso estudo.

Dividimos o feto em três fragmentos, dos quais um abrangia a cabeça, outro o torax e parte do abdómen até à horizontal da inserção do cordão umbilical, e o terceiro a parte restante do tronco.

Depois de inclusão na celoidina foram feitos cortes cuidadosamente seriados. É do estudo da 1.^a série de cortes que extratamos as notas que a seguir expomos.



A série de cortes, feitos transversalmente no fragmento correspondente à cabeça fetal, demonstra que o crânio é formado por uma cavidade limitada por uma parede membranosa.

A cavidade, deformada pelas pressões recebidas, é achatada no sentido ântero-posterior, a sua parede muito enrugada, especialmente na metade esquerda, e com uma depressão bem nítida na parte superior desta mesma face.

Tomemos um dos cortes num ponto da parede em que não haja deformações e vejamos a sua estrutura, utilizando uma média ampliação (Oc. 1, Obj. 4 Leitz), fig. 1, e para detalhes mais minuciosos o sistema Oc. 4, Obj. $\frac{1}{12}$ Im. Hom. Leitz.

A zona das arcadas (z. a.), que reveste exteriormente a membrana limitante interna (m. l. i.), é pouco nítida. As suas células em cinesse tão características são escondidas pela acumulação das células espongioblásticas da placa interna (p. i.).

Os núcleos das células constituintes desta placa, fortemente cromófilos, uns alongados, outros arredondados, dispõem-se em numerosíssimas filas, tão apertados uns contra os outros, que não é possível verificar detalhes do tecido de suporte, nem estabelecer com nitidez o sentido em que se dispõem os primeiros. O protoplasma das células, a que pertencem estes núcleos, é extremamente difícil de distinguir e apenas se pode notar que as células se comprimem tão estreitamente que o seu protoplasma deve ser uma simples camada. A eosina apenas deixa neste massiço de núcleos, aqui ou além, uns estreitos laivos perinucleares.

A esta camada segue-se uma outra, colocada exteriormente (c. i.), em que os núcleos são muito menos numerosos. As células têm o mesmo reduzidíssimo protoplasma e os núcleos a mesma cromofilia

intensa. As malhas do tecido de suporte são mais visíveis, embora fragmentadas. A fragilidade e difícil coloração do tecido de suporte e a avidez para os corantes básicos dos núcleos destas duas camadas não deve ser estranha a autólise destes tecidos, anterior à sua fixação. Na parte mais externa desta camada, numa estreita fita, os núcleos são raros, motivo porque não hesitamos em fazer a diferenciação,

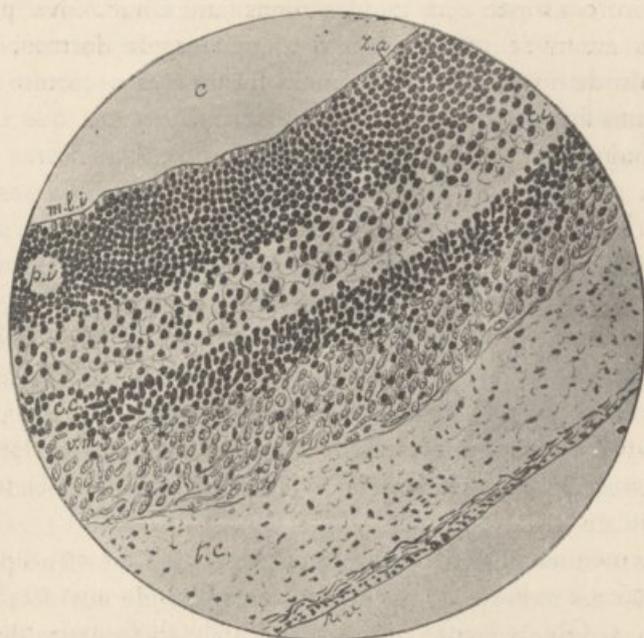


Fig. 1. — Corte n.º 68; Col. Hematoxilina Boehmer-eosina. Oc. 1, Obj. 4, Leitz. Comp. tubo 145 mm. Câmara clara Leitz. Prancheta à altura da platina. Desenho reduzido a $\frac{2}{3}$. c, cavidadecentral; m, l, i, membrana limitante interna; a, zona das arcadas; p, i, placa interna; c, i, camada intermediária; c, c, camada cortical; v, m, véu marginal; t, c, camada de tecido conjuntivo; r, v, revestimento externo.

como His, chamando à primeira camada intermediária propriamente dita ou camada dos núcleos maduros (*reifere Kernzone*) e à segunda, camada paucicelular.

Juxtaposta a esta camada clara fica exteriormente uma outra escura, a camada cortical (c. c.). Os núcleos têm a basofilia exagerada das camadas anteriores, mas aqui parece estender-se ao protoplasma pois em ponto algum a eosina o denuncia. As células são em geral alongadas, orientadas de maneira indefinida; são os neuroblastos de His. O tecido de suporte é irreconhecível. Esta camada continua-se quasi insensivelmente com o véu marginal, pois que não se encontram elementos que permitam afirmar que exista ainda o *stratum cribosum*.

No véu marginal (v. m.) encontram-se algumas células com os

caracteres das células redondas da camada cortical e numerosíssimas outras mais ricas em citoplasma, mas de morfologia mal definida porque os seus contornos se confundem, providas de núcleo alongado, de contôrno bem nítido, pouco corado, contendo numerosas e finas granulações; estes núcleos, que oferecem as maiores analogias com os das células nevróglícas adultas, pela sua colorabilidade estabelecem inteiro contraste com os das zonas anteriores. Na parte mais periférica notam-se núcleos muito alongados, fusiformes, dispostos tangencialmente que se tornam mais freqüentes no limite desta camada, junto da membrana limitante externa.

Forrando esta limitante externa observam-se duas outras camadas: a interna (t. c.) muito espessa, contendo células dispersas e feixes conjuntivos que deixam entre si espaços que contêm uma substância amorfa, infiltrados de sangue, que em muitos pontos forma toalhas de glóbulos vermelhos alterados morfológicamente, onde se destacam leucócitos; esta camada é muito frágil e ao seu nível encontram-se freqüentemente fendas extensas e é por ela que se fragmentam de preferência os cortes; constitue o primeiro rudimento da pia-mater. A externa é formada de tecido conjuntivo em que predominam as fibras, revestida por um epitélio. E a matriz do esqueleto da abóbada craniana e da dura-mater.

Esta estrutura demonstra que o encéfalo já não está no período de preparação do cortex, que no homem corresponde aos dois primeiros meses do desenvolvimento embrionário. É característica do primeiro período de diferenciação cortical, correspondente, segundo os dados da embriologia moderna, à oitava semana ou princípios da nona.

Esta idade, avaliada pelo estudo histológico do *pallium*, é confirmada não só pelo que dissemos relativamente à estrutura da abóbada do crânio primordial ao qual pertencem as duas últimas camadas que descrevemos, mas ainda pela fase evolutiva em que se encontra a sua base. Nos cortes que a interessam deparamos com extensas toalhas cartilaginéas. Ora é sabido que a condriificação do crânio membranoso começa pelo segundo mês ou princípios do terceiro.

Êste resultado era previsto pelo estudo da abóbada, pois que a separação da camada conjuntiva premonitória da formação da pia-mater precede a cartilaginização da base do esqueleto membranoso.

É fácil de ver pelo estudo dos cortes sucessivos que há uma certa discordância evolutiva nos diferentes pontos do cortex em diferenciação. Já mesmo a maneira como esta se faz está um pouco em dis-

cordância com o que nos ensina His na série brilhante dos seus microfotogramas.

A zona cortical é relativamente muito desenvolvida, mas os seus elementos constituintes estão atrasados na sua evolução citogenética. Nos neuroblastos distintos o protaxónio, é pouco nítido.

As células que constituem a zona das arcadas mostram uma fraquíssima actividade mitótica, que, atendendo à idade do feto, deveria estender-se mais interiormente na placa interna.

A diferenciação na placa interna é tal que não conseguimos ver nenhuma célula piriforme com o seu protaxónio. Na camada intermediária a orientação dos núcleos é caótica. O véu marginal tem uma riqueza celular excessiva e inexplicável.

Estudando pontos diversos da parede da cavidade central encefálica, especialmente onde não existem irregularidades de superfície, desde logo se nota que o valor, com que cada uma destas camadas entra na sua constituição, é variável, traduzindo fases diversas de diferenciação cortical.

Assim, há pontos em que a parede do *pallium* tem a estrutura própria do período de preparação, sem camada cortical, não tendo apesar disso *stratum cribosum*. É o que se observa, por exemplo, ao nível de *A* na fig. 3. Neste ponto a placa interna é muito espessa e mais ainda a camada de tecido conjuntivo mucoso que reveste a limitante externa. É também esta de todas as camadas a que apresenta maior variabilidade de espessura no que muito influe o grau de infiltração sanguínea.

Noutros pontos há restos do *stratum cribosum*.

É ainda digna de menção a irregularidade de disposição das camadas, tal como se observa em *B* (figs. 2 e 3).

Além desta discordância de diferenciação, é notável, e mais merecedora de especial registo, a viciação do desenvolvimento.

Assentamos em que o feto, que estamos estudando, tinha oito ou nove semanas de vida intra-uterina. No encéfalo dum feto, cuja evolução se faça normalmente, já no começo da sexta semana os hemisférios são distintos do diencéfalo, do qual são separados pela cissura peduncular e do rinencéfalo pela cissura rínica de Turner. Entre os dois vê-se um sulco profundo, cujo pavimento é a parede superior do ventrículo do talamencéfalo.

Nas semanas seguintes o aspecto exterior vai-se complicando pela formação e acentuação cada vez maior de detalhes, tais como o recesso infundibular e os pedículos das vesículas óticas.

A estas modificações da topografia exterior correspondem outras da conformação interior, determinadas pela invaginação das paredes

dos hemisférios e pela formação das fendas coroideas. Assim às oito ou nove semanas já não existe uma cavidade encefálica única.

Simultaneamente no crânio primordial formam-se septos membranosos incompletos, nascidos ou da abóbada, um longitudinal, a foice primitiva do cérebro, e três transversais, ou da base, pilares posterior e médio de Rathke.

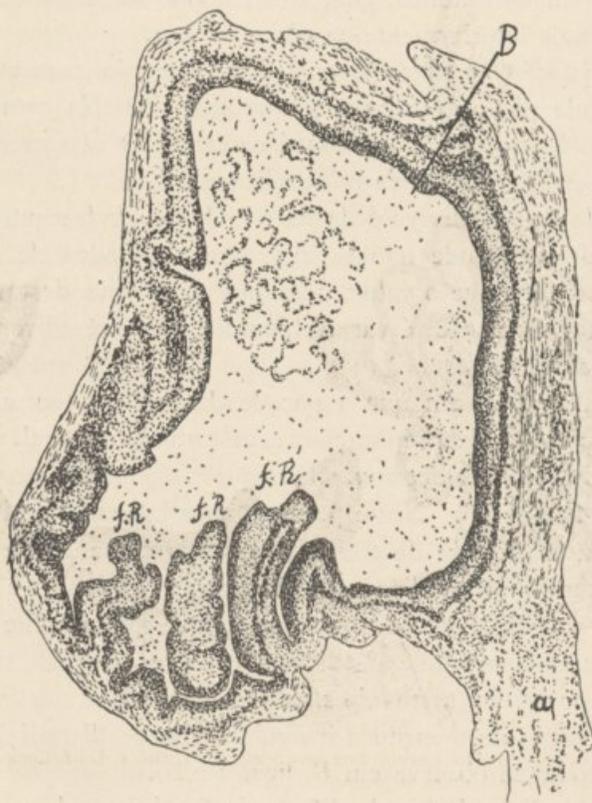


Fig. 2. — Corte n.º 68; Col. Hematoxilina Bœhmer-eosina. Oc. 1, Obj. 1, Leitz. Comp. tubo 145 mm. Câmara clara Leitz. Prancheta à altura da platina. *f, R*, franjas vilosas.

Ora na série dos cortes dêste feto, os primeiros, correspondentes ao ponto mais alto da abóbada, mostram uma cavidade única (figs. 2 e 3) e só nos mais próximos da base existe um septo ântero-posterior e outro transversal, mas qualquer deles sem ligação com a abóbada e o primeiro completo.

Esta divisão da cavidade encefálica nada tem de análogo no feto normal.

Mas além desta anomalia verifica-se a existência de numerosas pregas (fig. 2 *f. R.*) flutuantes na cavidade. Estas vilosidades existem na metade esquerda do encéfalo e não só na parede mas também